

A Classe Operária

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

NCz\$ 0,40



ANO 64 — VI FASE — n.º 13 — DE 23 DE FEVEREIRO A 9 DE MARÇO DE 1989

Uma história das sucessões brasileiras

No primeiro artigo de uma série o jornalista José Carlos Ruy mostra que as eleições presidenciais sempre desembocaram em crises, no Brasil. Pág. 6.

Lucélia Santos, atriz e ativista política

Em entrevista exclusiva ela conta que está repensando sua vida artística. E fala sobre ecologia, dívida externa e sucessão. Págs. 12 e 13.

Degradação por trás das grades

Presídios e delegacias superlotados, sem segurança e sem pessoal especializado. Os presos não são recuperados para o convívio social, e sim lançados numa verdadeira universidade do crime. A *Classe* visitou delegacias, conversou com presos e entrevistou o advogado Hélio Bicudo. Leia nas páginas 10 e 11.



CORRENTE CLASSISTA: ALGO NOVO NO SINDICATO



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Realiza-se entre os dias 24 e 26 no Rio o 1º Congresso da Corrente Sindical Classista, evento de importância histórica. Páginas 14, 15 e 16

A CLASSE OPERÁRIA

Diretor e Jornalista responsável: João Amazonas

Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antônio Martins, Carlos Pompe, Umberto Martins

Diagramação e Arte: Mazé Lopes Leite

Fotografia: Aguinaldo Zordevoni

Arquivo: Rosane Montiel

Administração e Assinaturas: Jeosafá Gonçalves

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 Bela Vista — CEP 01318 — S. Paulo/SP

Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Av. Thomás Espíndola, 314, CEP 57060, fone (082) 223-7128, Maceió; AMAPÁ — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1037, CEP 60000, fone (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS — 704, Bloco G Casa 67, CEP 70302, fone (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS — Av. Alfredo Nasser, 356, CEP 74000, fone (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, fone (098) 221-5440, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548 fundos, CEP 78030, fone (065) 321-7908, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARA — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800 fone (091) 223-8911, Belém; PARAIBA — Praça 1817, 80, 2º andar, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — Rua Dr. Pedrosa, 249, CEP 80420, fone (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1216, CEP 64020, fone (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP 20031, fone (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuza, 99, CEP 59020, fone (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787, fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Willians, 434, CEP 69300, Boa Vista; SERGIPE — Rua Itabaianinha, 145, sala 104, CEP 49010, Aracaju; SANTA CATARINA — Praça 15 de Novembro, 21, sala 703, CEP 88010, Florianópolis.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia. Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.



Em defesa da ciência e da tecnologia

Muitos problemas, dificuldades e ameaças, e relativamente poucas ocasiões de satisfação têm caracterizado as áreas de educação, ciências e tecnologia. Sob fogo cruzado, as universidades federais lutaram e ainda lutam pela credibilidade e pelos recursos públicos. Enquanto isso, as caixas dos órgãos federais de financiamento à ciência e tecnologia nunca estiveram tão vazias.

Para quem pensava que dias melhores viriam, bastou ser anunciada a nova reforma administrativa para constatar a real importância que o governo federal dispensou à comunidade científica e à nação brasileira, extinguindo o Ministério da Ciência e Tecnologia — MCT. Criado por pressão dos especialistas no setor e tendo sua importância reconhecida pelo ex-presidente Tancredo Neves, o MCT vinha sendo um importante instrumento para promoção do desenvolvimento nacional. Representava um dispêndio muito reduzido e sinalizava, para o país e para o mundo, o compromisso do Brasil com seu próprio futuro.

Mas as dificuldades não pararam aí. Os órgãos de pesquisa do extinto MCT sobreviveram à reforma administrativa, mas não escaparam à contenção orçamentária ditada pelo presidente Sarney com o chamado "Plano Verão". Todos os recursos disponíveis para o pagamento de pessoal, manutenção e investimento estão hoje reduzidos a 32,5% do que o Congresso Nacional aprovou em dezembro, ao votar o Orçamento Geral da União.

O total aprovado pelo Congresso era de NCz\$ 1,034 bilhão. Foi reduzido para NCz\$ 336,35 milhões. Órgãos como a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) terão seus recursos reduzidos a 13,35% do aprovado em dezembro. Enquanto isso o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) terá sua verba cortada a 5,7% da dotação prevista. É um duro golpe. Além da falta de recursos decorrentes do pacote econômico e da reforma administrativa, a burocracia está emperrando a liberação das verbas. Sequer os NCz\$ 336,35 milhões restantes estão disponíveis, pois se determina que o novo ministério só receberá as verbas quando tiver seu CGC (Cadastro Geral do Contribuinte). Com isso ficam sem receber os funcionários do ministério extinto e os 29.140 bolsistas, dos quais 3.500 vivem no exterior com suas famílias.

Uma pesquisa ou um trabalho científico em desenvolvimento não pode ser interrompido e reiniciado dias ou meses depois no mesmo ritmo. Além da concentração e do esforço essa tarefa requer dedicação exclusiva. Com a suspensão dos recursos, projetos em desenvolvimento fatalmente serão interrompidos, representando anos de atraso.

Torna-se inadiável que o governo reveja sua posição e que destine para ciência e tecnologia 2% do PIB, necessários para o

desenvolvimento científico nacional. Para superarmos os desafios colocados ao país neste liminar do século XXI é preciso também que as questões da área sejam tratadas por um órgão situado no mais alto nível dentro do Executivo. (Jaime Arturo Ramirez, coordenador da Associação dos Pós-graduandos da UFMG)

A MPB não perdeu o fôlego

Bastante esclarecedor e informativo o artigo de Carlineo França Teixeira na "Classe" nº 10 acerca do rock nacional. O que aconteceu durante muito tempo foi que, por diversas razões, havia uma grande indisposição entre os ligados na MPB e os ligados no rock. Raul Seixas, roqueiro inveterado, afirmava que não era um rapaz latino-americano (contrapondo-se a Belchior) e que gostaria de ser americano do norte. Pensamentos do tipo, que não eram apenas dele, reforçavam a idéia de aliança entre o rock e dominação cultural.

Nos dias que correm, no entanto, não dá mais para fazer uma separação tão estanque entre a MPB e o rock nacional, que já pode ser considerado uma vertente de nossa música popular. Muitos fenômenos têm ocorrido com nossos roqueiros ao longo de suas carreiras. Vide as recentes declarações de Lulu Santos e as mudanças ocorridas em Moraes Moreira e Os Novos Baianos. Estes quando surgiram, em meados de 60, só faziam rock, e rock paulista. Até que em 73, depois de sacarem outros sons feitos no Brasil gravaram um LP antológico com músicas como "Preta Pretinha" e "Brasil Pandeiro", do grande Assis Valente.

Inúmeros são os fatores que levam as pessoas a gostarem mais desse ou daquele ritmo, a se identificar mais com esse ou aquele estilo de música. Gostar de samba não significa necessariamente não gostar de rock ou música clássica (outro tabu entre alguns comunistas) ou jazz, etc., e vice-versa.

Só não concordo com Carlineo quando ele diz que os "monstros sagrados" da MPB perderam o fôlego. Chico Buarque, por exemplo, continua em plena forma como poeta e como observador. Que o digam as músicas "Francisco", "Uma Menina" e "Estação Derradeira" — todas de seu último LP. Mesmo músicas como "Aparar de Você", "Fado Tropical", "Quando o Carnaval Chegar" e "Cálice", que transpiram toda a atmosfera ditadura militar, deixaram muito claro que a luta pela liberdade transcendia à superação da referida ditadura. Elas, e mais "Cordão", "Deus lhe Pague" e "O que Será", entre outras, são hinos à libertação plena do homem, e não meras canções circunstanciais.

Ao mesmo tempo músicas como "Purificar o Subaé", "Sampa" e "Podres Poderes", todas mais ou menos recentes, revelam um Caetano Veloso de costas para o mar. "Comunhão", "Olha", "Coração Civil" mostram a visão ampla do mundo de Milton Nascimento.

Os ritmos e estilos musicais não excluem, muito pelo contrário. A "Internacional" será sempre a "Internacional", tanto executada por uma guitarra como por um cavaquinho. Para concluir gostaria de repetir a proposta de Toquinho em uma das suas mais recentes composições: "Música é a mistura das bandeiras/ O som não tem fronteiras/ É made in coração".

(Evandro da Costa Favacho, Ribeirão Preto, SP)

Era preciso cobrir o Carnaval

Estranhamos a ausência de cobertura do carnaval na "Classe". Especialmente das manifestações populares de crítica que ocorreram ao longo dos festejos.

Aqui em Marília o Bloco Popular ganhou o primeiro lugar em sua categoria, com o enredo "A união do povo é a bandeira da esperança". O bloco firmou tradição na cidade e foi organizado com o apoio de militantes do PCdoB. Este ano as alegorias (Sarney Mouche) foram inspiradas nos desenhos da capa deste valeroso jornal. (Octacílio José da Costa, presidente do Bloco Popular, Marília-SP)

PCdoB na TV

O PCdoB ocupará no próximo dia 23 de março, às 20h30, cadeia nacional de rádio e TV para apresentar aos brasileiros suas idéias sobre a situação política do país. Marque desde já em sua agenda. Divulgue entre os amigos, e organize reuniões para assistir coletivamente e debater as idéias apresentadas no programa.

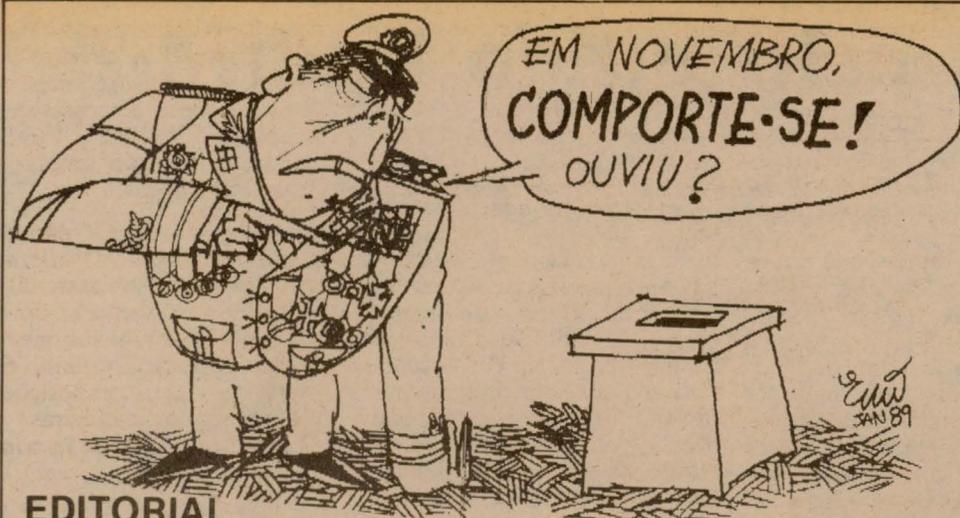
Assine já o seu jornal "A Classe Operária"
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
Endereço.....
CEP..... Cidade..... Estado.....
Profissão.....

"A Classe Operária" custa muito pouco:

Assinatura trimestral: NCZ\$ 2,40; Trimestral de apoio: NCZ\$ 4,50
Assinatura semestral: NCZ\$ 4,80; Semestral de apoio: NCZ\$ 9,00

Preencha hoje mesmo este formulário e envie para:
Editora Anita Garibaldi Ltda.
Rua Adoniran Barbosa, 53 Bela Vista — Cep 01318 S. Paulo



EDITORIAL

Democracia de araque

A direita se prepara para as eleições. E, na linguagem dessa gente, isto significa sobretudo encontrar formas para restringir os meios do povo expressar, com o voto, suas preferências.

Primeiro foi o general Euclides Figueiredo. Saudoso do que ele considera bom tempo da ditadura fascista, o general ameaçou: "se houver baderna, a eleição poderá não ocorrer, e sim golpe". E logo explica a sua democracia de araque: "Se for empossado um comunista, a democracia só acontecerá pela força". Todo sabem que, na mente da elite verde-oliva, "comunista" é qualquer pessoa com um mínimo de ligação com o povo e disposição de defender seus direitos elementares.

Em suma, votar todos podem. Mas se a esquerda vencer — isto é, se houver "baderna" —, golpe, imagina o general.

Mas a coisa é mais grave. Do alto de sua sabedoria jurídica, o ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e atual ministro da Justiça, Oscar Dias Côrrea, pontificou: "Não é possível que os partidos que não têm representação de espécie alguma continuem a ter horário de TV". E mais, descontente com o plurarismo partidário — aliás consagrado na Constituição que S. Excia tem obrigação de defender — o capitão, desculpem, o ministro, taxou de "desorganização partidária" a possibilidade de todas as correntes se organizarem livremente. Deve ter combinado com o general de não usar a palavra "baderna". Desorganização será mais jurídico?

Na última eleição, o PMDB tinha, em São Paulo, 2.280 segundos de propaganda na TV por dia. O PCdoB tinha apenas 46. Mesmo com esta competição desigual, venceu Luíza Erundina, do PT, apoiada pelo PCdoB. O povo derrotou o partido que, na teoria do Exmo Sr. Oscar Corrêa, teria mais "representação". E há pouco tempo, era o PDS o recordista de "representação". Igualmente repudiado pelo povo, nas ruas e nas urnas.

Oscar Corrêa completa a sua visão rancorosa contra a liberdade pregando que os partidos sejam sumariamente cassa-

dos segundo um critério arbitrário e injustificável: Quem não fizer 500 mil votos na primeira eleição, ou um milhão na segunda, ou dois milhões na terceira, será extinto. O grande sonho do ministro deve ser o exemplo americano, onde só os grandes magnatas das multinacionais têm partido em plano nacional — o chamado partido democrata e o denominado republicano, cada dia mais iguais.

Mas o eminente jurista, além de odiar o direito de organização, não gosta da liberdade de expressão, não gosta que os brasileiros sejam informados das opiniões políticas divergentes. Ele acha que "uma hora é demais" para os programas na TV. É de fato maçante aturar 60 minutos de demagogia e mentiras dos tais partidos de "grande representação" mas de idéias curtas. Mas os partidos progressistas têm muita coisa a dizer, denunciar e propor. É isto que incomoda os direitistas. Ainda mais em ano eleitoral, quando seus candidatos, já desmoralizados e sem nenhuma perspectiva de votos sentem a terra fugir dos pés.

O general Euclides e o ministro da Justiça têm o direito de ter saudades do regime militar. Mas o povo não vai abrir mão de suas conquistas democráticas. Quer se organizar em partidos, expressar suas idéias livremente, e escolher seus governantes nas urnas sem nenhuma interferência. Este mesmo povo que derrotou a ditadura agora prepara-se para unir as suas forças e derrotar as oligarquias na luta sucessória. Quer derrotar Sarney e todos os corruptos, entreguistas e inimigos da liberdade que o acompanham.

Diante destes arreganhos da direita, ganha ainda mais urgência e importância a proposta do PCdoB de união das esquerdas contra as elites — para vencer as eleições de 15 de novembro e para criar um movimento de massas poderoso, capaz de realizar as mudanças essenciais aos trabalhadores e à nação. Chega de golpes. Chega de traças. Unir o povo para vencer.

A arrogância dos donos do transporte coletivo

Edson Silva*

Por fim, depois de muitos anos de administrações públicas submissas e covardes, francamente favoráveis ao patronato, o povo de Porto Alegre vibrou com uma atitude diferente, corajosa de um governante. É que a Prefeitura Municipal, dirigida por Olívio Dutra, do PT, decidiu intervir nas três principais empresas de transportes coletivos da capital gaúcha. Em seguida ampliou a medida para outras três companhias, como resposta à petulância dos empresários do setor.

Habitados com o trânsito livre que têm tido nos caminhos do poder municipal, os proprietários dos transportes coletivos exigiram aumento das tarifas desde a posse do novo prefeito. A administração da Frente Popular julgou a exigência improcedente. Mais ainda agora, com o congelamento dos salários determinado pelo governo Sarney.

Inconformados, os patrões logo passaram à pressão, de maneira arrogante. Ameaçaram locaute, retirando de circulação todos os ônibus caso o aumento das tarifas não fosse decretado. Ameaça que se consumou quando a prefeitura determinou a intervenção em três empresas. Outras 11 retiraram seus veículos, tumultuando o transporte coletivo.

A firme atitude do prefeito teve o imediato apoio dos trabalha-

dores. Um comitê, formado pelo PT, PCdoB, PSB, PCB e PSDB, foi encarregado de discutir a condução das intervenções e organizar o apoio popular às medidas da prefeitura.

O transporte público não pode ser fonte de enriquecimento de capitalistas. Nos últimos 24 meses, a tarifa aumentou 7.400%, contra uma inflação de 6.900%. Segundo Olívio Dutra "os empresários precisam entender que a prefeitura mudou. Acabou o tempo em que eles ditavam as regras como queriam."

Impõe-se todo o apoio à intervenção, e que gradativamente o transporte público seja estatizado, a fim de garantir sua condição de utilidade pública a preços suportáveis pelos usuários.

São atitudes determinadas, como estas adotadas pela Prefeitura de Porto Alegre, que o povo reclama dos governantes no enfrentamento dos graves problemas que afligem a nação brasileira. Ao mesmo tempo, chegam à prefeitura várias denúncias de sabotagem por parte das empresas, de desvio da rota normal, de pressão sobre motoristas e funcionários para que não prestem serviços durante a intervenção. A luta de classes vai ficando cada vez mais acirrada.

*Da direção nacional e presidente do PCdoB no Rio Grande do Sul

Erundina vai às ruas defender a greve geral

Olival Freire*

Em avaliação realizada pela administração da Prefeitura de São Paulo sobre o primeiro mês da gestão Luíza Erundina, a principal conclusão anunciada é que "o novo governo ainda não conseguiu resultados satisfatórios quanto à obtenção de recursos externos e renegociação de dívidas e pagamentos atrasados".

Não nos parece uma conclusão acertada. A prefeita de São Paulo não pode ter como objetivo fazer uma administração que "arrume a casa." Mesmo porque provavelmente não conseguiria, com a crise econômica que toma conta do país e a natureza antipopular de aparatos administrativos como este, alcançar êxito.

Luíza Erundina projetou-se nacionalmente como liderança no campo popular. Foi prefeita da maior cidade do país numa coligação com o PCdoB e PCB. Precisa agir como tal. Denunciando os inimigos do povo e buscando a mobilização popular em defesa de seus interesses. E isto não vem sendo feito. No episódio do Pacote de Verão a administração

petista resolveu apoiar o congelamento. Ora, não se pode combater este pacote e apoiar seu falso congelamento. Às vésperas do Pacote, elevou as tarifas de ônibus...

Entretanto parece estar em curso uma alteração nesta postura. Erundina foi à Praça da Sé para apoiar a justa greve geral contra o Pacote de Verão convocada para os dias 14 e 15 de março. Nesta via estreitará suas ligações com as forças que lhe deram sustentação na campanha e que a elegeram prefeita, derrotando as elites paulistanas.

O Partido Comunista do Brasil reitera sua posição ante a administração de Luíza Erundina. Independência na firme defesa dos interesses populares e apoio político. Não só pela natureza da recente campanha, mas também pela batalha que os comunistas travam para a formação de uma frente popular que dispute a Presidência da República com um programa de transformações profundas. O presidente do PCdoB em São Paulo

Grupos de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Uma Carta talhada pelo antigo figurino

João Amazonas*

Entrará em circulação nos próximos dias, publicado pela Gráfica do Senado, o livro "Em defesa da Unidade Popular" sobre a atividade parlamentar do deputado alagoano Eduardo Bomfim, do Partido Comunista do Brasil, durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. O prefácio, de autoria do presidente nacional do Partido, João Amazonas, é uma avaliação multilateral do caráter da nova Lei Maior que rege o país desde 5 de outubro de 1988. É um importante material de estudo e de orientação política, uma opinião acertada defendida com segurança pelo dirigente do PCdoB.

Finalmente, o Brasil tem nova Constituição. Durou vinte meses a atividade constituinte, verdadeira batalha política na qual alinharam-se as mais diversas tendências, desde a **direita** assumida até a **esquerda** autêntica, radical, representada pelo Partido Comunista do Brasil.

O povo brasileiro reclamou anos a fio a convocação da Assembléia Constituinte para pôr termo à Carta outorgada pelos militares. Alimentava a esperança de que o novo texto registrasse mudanças substanciais no quadro jurídico-institucional. Acompanhou por isso o processo de elaboração da Lei Maior, a partir do funcionamento das Comissões e Subcomissões Temáticas, passando pela Comissão de Sistematização, chegando à da Redação Final. Seguiu as votações parciais, nas distintas comissões, e as gerais de plenário nos dois turnos decisivos. No encadeamento dos trabalhos foi-lhe ficando clara a correlação existente entre as forças atuantes, indicando claramente que as classes dominantes dispunham de maiorias compactas para decidir das questões fundamentais.

A Constituição de 88, anunciada aos quatro ventos como democrática e até avançada, é na realidade uma edição melhorada da Carta de 46. No essencial, traz pouca ou nenhuma alteração de fundo. Se se considera que o eixo fundamental de toda Constituição é a questão do poder, dos mecanismos que asseguram o controle do Estado por determinadas classes, fácil é concluir que a Carta atual mantém o velho esquema de dominação dos grandes capitalistas e dos latifundiários aburguesados ou não. Os chamados três poderes e as relações entre eles permanecem no mesmo nível das Constituições anteriores, ressaltando as do período da ditadura militar que garantiam a hegemonia dos generais no governo. Não houve qualquer inovação.

A começar pelo poder Executivo que se sobrepõe aos outros poderes. A forma adotada de governo presidencialista permite um modelo de administração autocrático. O presidente da República, tanto na

Carta de 34, como na de 46 e na de 88, exerce o predomínio das decisões basilares da vida política do país. Governa à sua maneira, sem considerar ou ao menos reconhecer as funções co-participantes dos demais poderes. Ainda que originário do voto popular, o presidente, uma vez eleito para um mandato de 5 anos, dissocia-se da fonte que o elegeu. O povo não conta com instrumentos apropriados para interromper democraticamente o mandato do presidente, caso se afaste dos compromissos assumidos com a nação. Acresce ainda que o sistema presidencialista tal como se exerce no Brasil sofre a pressão direta do militarismo que intervém desabridamente nos negócios públicos. A nova Constituição continua atribuindo às Forças Armadas incumbências que não lhes cabem — as de garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem. Apoiados em dispositivos como tais os militares agrediram inúmeras vezes o regime democrático.

No que tange ao poder Judiciário, a Carta de 88 fez ligeiras alterações superficiais. Conserva a mesma instituição anacrônica, totalmente desligada da soberania popular. Os juízes, geralmente nomeados

pelo poder Executivo, não prestam contas a ninguém de sua atividade, são vitalícios e inamovíveis ainda que péssimos intérpretes da Justiça. Mantém-se o mesmo sistema moroso e caro no qual as pendências se arrastam, sem prazos estipulados, por longos períodos. A tradição dessa justiça não se assenta no propalado respeito ao princípio de que todos são iguais perante a lei. Suas decisões tendem ao favorecimento das classes mais poderosas.

Quanto ao Legislativo, dependente cada quatro anos do sufrágio universal, tem uma estrutura antagonizada pelo bicameralismo, eleito diferenciadamente: a Câmara dos Deputados pelo voto proporcional e o Senado pelo voto majoritário. São duas câmaras com idênticas funções, mas com representatividade distinta. Não foram criadas condições para o acesso ao Legislativo de importantes segmentos da população. Poucos, pouquíssimos são os operários aí presentes e nenhum camponês ou trabalhador rural. Embora esse órgão do poder público tivesse recuperado algumas de suas prerrogativas, retiradas na época da ditadura, continua sem força real para sustentar princípios e posições que contrariem substancialmente a vontade do chefe do Executivo. É na realidade um poder menor, homólogo em grande parte dos atos oriundos da Presidência da República e incapaz de defrontar exigências antidemocráticas das Forças Armadas formuladas direta ou indiretamente, com ameaças subjacentes.

É evidente que uma Constituição com semelhante estrutura de poder não atende às necessidades do desenvolvi-

mento político da nação, nem propicia a consolidação de um regime efetivamente democrático. É um elemento de contenção da maioria da nação, tolhida de exercer o direito supremo de decidir dos destinos do país. Nela têm peso exagerado os instrumentos de repressão. Institui o estado de defesa, versão localizada do estado de sítio mantido também no texto constitucional. Cria uma polícia política, própria dos regimes fascistas ou fascizantes, a fim de zelar pela ordem política e social das classes dominadoras. Admite os serviços de informações, tipo SNI, cuja missão é controlar e espionar a vida dos cidadãos.

Certamente, na Carta de 88 ampliaram-se certos direitos políticos e sociais graças à luta das correntes progressistas na Assembléia Constituinte e à pressão do movimento popular. Essa ampliação constitui um avanço, mas somente em relação às Constituições anteriores. Se se considera tais direitos no plano mundial, salta à vista a defasagem com as conquistas já alcançadas em outros países. A jornada semanal de 44 horas de trabalho, por exemplo, diminui o tempo até aqui estabelecido. Admitindo-se, porém, que em muitos lugares, inclusive na América Latina, existe a jornada de 40 horas e, na Europa, de 38 horas, verifica-se que as 44 horas constituem um avanço insignificante. Ainda são muitas as restrições aos direitos dos trabalhadores. Quase todos os dispositivos constitucionais que os favorecem estão sujeitos à regulamentação. E esta, em geral, tende a limitar os direitos formalmente proclamados. Veja-se o caso da greve. Afirma-se esse direito e ao

mesmo tempo condiciona-se a punições por abusos cometidos. Que abusos? A lei vai dizer e pode dar interpretação muito elástica a esse conceito, reduzindo o espaço permissível à paralisação do trabalho.

A bancada do Partido Comunista do Brasil destacou-se na luta por uma Constituição democrática e progressista. No campo político, social, na ordem econômica, na defesa do meio ambiente, na proteção aos indígenas. Reclamou insistentemente a extinção do latifúndio, o fim do monopólio da propriedade da terra. Batalhou pela reforma urbana para acabar com a especulação imobiliária e garantir moradia decente às massas populares. Deu particular atenção à defesa do que é nosso, dos brasileiros, contra as ações predatórias e espoliadoras do capital estrangeiro. Algumas de suas propostas foram aceitas, a maioria rejeitada.

O deputado Eduardo Bomfim foi ativo participante dessa luta. Representou a bancada do PCdoB numa das Comissões mais importantes — a da organização dos poderes e forma de governo. Apoiado nas teses do Partido, defendeu a mudança do sistema governamental, visando a modernização da sociedade brasileira. Fez crítica acérrima ao presidencialismo que, durante um século, serviu a oligarquias regionais, à grande burguesia e ao capital financeiro internacional, representando fator de atraso do país e sério obstáculo ao progresso social. Tem sido, além disso, um sistema manipulado e fortemente influenciado pelo militarismo. Ainda que reconhecendo as limitações do parlamentarismo burguês, Eduardo Bomfim propugnou a sua adoção no Brasil como meio de democratizar os órgãos do poder, facilitar a educação política das massas e abrir caminho às transformações de profundidade que o país necessita.

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), criticando o caráter conservador da Constituição de 88, a fim de ajudar os trabalhadores e o povo a elevar sua consciência política e conhecer o caráter e as limitações da nova Carta, empenhar-se-á na luta pela aplicação integral dos direitos políticos e sociais nela inscritos, repudiará todas as tentativas de retrocesso institucional publicamente defendidos pelos setores mais reacionários. E prosseguirá batalhando por um poder efetivamente popular, por um Estado representativo das classes e camadas sociais da sociedade brasileira.



Foto: Arquivo

Eduardo Bomfim: profícua atividade na Constituinte por um sistema de governo democrático.

* Presidente nacional do PCdoB

CRÔNICA

DE BRASÍLIA

O Congresso e o "Plano Verão"

Moacyr de Oliveira F^o

Das nove medidas provisórias enviadas ao Congresso Nacional pelo Palácio do Planalto, como parte integrante do Plano Verão, seis foram aprovadas, duas rejeitadas e uma deixou de ser apreciada no prazo constitucional, perdendo automaticamente seus efeitos. Os pontos fundamentais do plano e exatamente os mais danosos, como por exemplo o arrocho salarial, foram aprovados através de um processo de negociação conduzido e comandado pelo PMDB e pelo seu presidente Ulysses Guimarães, que assim dividiu com o Planalto a responsabilidade por mais uma política ostensiva de arrocho salarial sobre os trabalhadores. A alteração proposta por Ulysses pouco significa em termos de atenuação deste arrocho, na medida em que o reajuste de 1,5% ao mês durante três meses, incluído no texto por Ulysses, não consegue neutralizar as perdas do poder aquisitivo dos salários. A aprovação dessa medida foi fruto de uma grande pressão exercida pelo governo sobre o Congresso, acenando com o falso dilema de que ou se aprovava o Plano Verão ou se levava o país ao caos. O plano foi aprovado e o caos continua reinando no Brasil, com a cumplicidade do dr. Ulysses Guimarães.

Já a rejeição das duas medidas provisórias que tratavam da privatização das empresas estatais — a que autorizava o governo a promover o saneamento das empresas e depois vendê-las e a que autorizava a privatização de diversas estatais, inclusive a venda de 49% das ações de empresas como a Petrobrás, Eletrobrás e até mesmo a Casa da Moeda — foi uma vitória parcial dos setores progressistas e nacionalistas do Congresso Nacional. Isso porque, apesar da rejeição, a tese privatizante ainda continua em vigor no Congresso Nacional e conta mesmo com apoios significativos.

No caso da reforma administrativa proposta pelo Plano Verão, com a extinção de diversos órgãos, inclusive os ministérios da Ciência e Tecnologia e da Reforma Agrária, a situação é mais complexa. Em primeiro lugar, a não-votação da medida provisória no prazo estabelecido pela Constituição significou que não havia no Congresso Nacional maioria suficiente para rejeitar a medida. Com a retirada do quorum e a sua não-apreciação abriu-se indiretamente o caminho para que o governo voltasse a reeditar a medida, com pequenas alterações, mantendo na essência a proposta de extinção dos ministérios. Os setores progressistas defendiam a rejeição da medida, argumentando que, caso isso ocorresse, seria mais difícil para o governo reeditá-la, na medida em que isso significaria uma afronta aberta à decisão soberana do Legislativo.

Os episódios que envolveram a apreciação das medidas provisórias do Plano Verão trouxeram ensinamentos importantes. Em primeiro lugar eles revelaram a utilização abusiva pelo governo do instrumento das medidas provisórias, incluídas na Constituição para casos de "urgência e relevância". Isso não tem sido observado pelo governo, que prefere fazer da medida provisória um instrumento idêntico ao decreto-lei. Essa tese, aliás, já havia sido levantada pelos setores progressistas, notadamente pelo PCdoB, quando do debate dessa matéria na Constituinte. Cabe agora ao Congresso Nacional regulamentar com urgência a tramitação das medidas provisórias para evitar os abusos até aqui cometidos pelo governo, definindo com precisão o que é "urgência e relevância", impedindo que medidas não apreciadas possam ser reapresentadas na mesma sessão legislativa e estabelecendo critérios claros para os prazos de convocação do Congresso Nacional para a apreciação das medidas provisórias.

Conservadores em apuros

A direita e o centro realizam seguidos esforços para atuar unificadamente na sucessão, mas não obtêm sucesso. Enquanto isso surge, entre a esquerda, sinais animadores de maturidade.

A grande batalha da sucessão presidencial, que a cada dia ocupa mais espaço no noticiário dos jornais e da televisão, revelou nas duas últimas semanas que as forças conservadoras enfrentam uma grave dificuldade. Elas constatarem que precisam chegar rapidamente a um entendimento, para evitar uma vitória da esquerda. Seus líderes e teóricos fazem seguidas declarações a este respeito e várias reuniões são promovidas com esta finalidade. Ao mesmo tempo, a realidade teima em contrariar os desejos. Os mesmos representantes do centro e da direita que falam em unidade são levados por razões objetivas a dispersarem-se em inúmeras candidaturas, sem que haja até o momento perspectiva de unidade à vista.

A "Convergência Democrática"

A articulação mais expressiva pela unidade conservadora foi realizada no último dia 10, no Rio de Janeiro, sob o título de "Movimento de Convergência Democrática". Liderado por homens que ocuparam postos destacados nos governos militares, como os ex-ministros Mário H. Simonsen, Ernane Galveas e Miguel Reale, o movimento proclama-se "de centro" e deixa claro que tem por objetivo enfrentar "as idéias do socialismo estatizante", que estariam ganhando força às vésperas da eleição.

Ainda mais explícito que a "Convergência" foi o editorial publicado no dia 19 pelo jornal "O Estado de S. Paulo". Depois de dizer que existem possibilidades concretas de uma vitória eleitoral da esquerda, hipótese que qualifica como "desastre", o editorial lamenta o fato de que entre os conservadores "há candidatos em excesso e carência de viabilidade política". E conclui com um apelo urgente à "escolha de um nome viável para enfrentar os candidatos que já largaram na frente".

Problemas objetivos

Vista pelos conservadores como algo fundamental para assegurar o controle do processo político brasileiro, a unidade entre o centro e a direita é, no entanto, algo que se defronta com obstáculos muito reais. Na luta desesperada que travam para evitar a realização das transformações de que a sociedade necessita, os diversos setores das classes dominantes foram assumindo, ao longo dos últimos anos, compromissos e projetos políticos distintos. A tarefa de unificar em poucos meses estes projetos, que muitas vezes divergem em pontos importantes, e construir um programa unitário com conteúdo consistente torna-se extremamente problemática.

E as dificuldades começam no próprio PMDB, o maior dos partidos conservadores. Às vésperas da convenção nacional da agremiação, marcada para o próximo dia 12, o deputado Ulysses Guimarães sentiu que para ter alguma chance nas próximas eleições pre-

cisava aparecer de alguma forma como "oposição" ao governo Sarney. E acertou então uma aliança com o grupo "Novo PMDB", que reúne a ala do partido menos comprometida com o Palácio do Planalto.

Na verdade, o gesto de Ulysses era pouco mais que uma jogada propagandística. Ele deixou de fora da chapa que apresentou para compor o Diretório Nacional do PMDB todos os líderes do partido que pertencem ao primeiro escalão do governo, mas incluiu em contrapartida direitistas e sarneyzistas notórios, como os deputados Milton Reis e Expedito Machado, fundadores do "Centrão", e o governador de Minas, Newton Cardoso. Esta atitude tímida e contraditória, no entanto, foi suficiente para provocar um início de racha entre os peemedebistas. Com o apoio ostensivo do Palácio do Planalto uma chapa alternativa foi articulada às pressas e, liderada pelo ministro Jader Barbalho, pode se constituir no embrião de uma dissidência que reduziria ainda mais as chances eleitorais de Ulysses. Para piorar as coisas alguns dos integrantes da chapa ulyssista à convenção, como os governadores Orestes Quêrcia e Miguel Arraes, realizaram insistentes manobras, nos últimos dias, para acumular força e tornar viável o lançamento de suas próprias candidaturas.

Maciel contra Aureliano

Dificuldades semelhantes a estas atingem o PFL e o PDS. No último dia 21 o presidente do Partido da Frente Liberal declarou à imprensa que a corrente que lidera não apoiará a candidatura do ex-ministro Aureliano Chaves, majoritária no PFL, por achar que ele é muito identificado com Sarney. Já o PDS assiste a uma disputa acirrada entre suas duas principais lideranças, o senador Jarbas Passarinho e o ex-deputado Paulo Maluf, que buscam ambos a indicação do partido para concorrer ao pleito.

Os sinais de que compromissos assumidos no passado tornam difícil uma unidade conservadora

hoje aparecem com clareza também no PSDB. O partido procurou apresentar o senador Mário Covas como um homem que poderia unir o centro e a direita "moderna", e ao mesmo tempo enfrentar com chances reais as forças de esquerda. Na semana retrasada, porém, o empresário Antonio Ermirio de Moraes, que engajou-se pessoalmente neste projeto, reconheceu que sua concretização é difícil, já que a maior parte dos empresários demonstra desconfiança em relação a Covas, qualificado por eles como "radical demais" na Constituinte.

Por fim, o lançamento das candidaturas de Ronaldo Caiado e Jânio Quadros contribuiu para tornar ainda mais difícil a unidade. A imprensa relatou, a este respeito, que os dirigentes da UDR rechaçaram ponderações de líderes regionais da entidade, que preferiam o apoio a um nome que pudesse unificar todas as forças conservadoras, argumentando que a UDR é a única barreira que se impõe à escalada marxista, e que a esquerda tem de ser liquidada antes de que se constitua numa ameaça.

Avanços da esquerda

Enquanto o centro e a direita continuavam a se dividir em inúmeras facções a esquerda dava sinais, nos últimos dias, de que estava preparada a trilhar o único caminho que pode levá-la à vitória em 15 de novembro: o caminho da unidade. Ao reunir-se no dia 19 para examinar o quadro sucessório a Executiva Nacional do PT adotou por unanimidade resolução favorável a uma coligação com o PCdoB, PSB e PV, já no primeiro turno das eleições. Os petistas decidiram também manter a candidatura de Lula para presidente, mas apoiar a indicação de um vice pertencente a um dos outros partidos da coligação.

E sinais de disposição à unidade vieram também do PDT. Num encontro com o presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, e com os deputados comunistas Haroldo Lima e Aldo Arantes, o líder da bancada pedetista na Câmara, Brandão Monteiro, disse concordar com os pontos de vista que lhe foram apresentados por Amazonas, favoráveis à construção de uma frente única entre os partidos da esquerda no 1º turno da disputa.



AS SUCESSÕES NA HISTÓRIA

Crise política permanente

Foto: "Retrato do Brasil"

José Carlos Ruy*

As eleições presidenciais sempre resultaram em crise no Brasil desde a República Velha até a ditadura militar. A mesma perspectiva parece desenhar-se em 89, quando os conflitos de classe tornam-se cada vez mais agudos.



Nas democracias estáveis do Ocidente, as eleições são sempre momentos em que o poder fica "suspenso", submetido à avaliação popular, e a rotatividade dos ocupantes dos cargos mais altos é encarada com naturalidade e mesmo desejada como elemento de garantia da estabilidade e da saúde do sistema.

Democracias dessa espécie, contudo, são minoria no mundo em que vivemos. A maioria dos países capitalistas pobres é governada por ditaduras (que estão fora de moda nos últimos anos) ou por governos instáveis, cuja sucessão é sempre motivo de graves crises políticas.

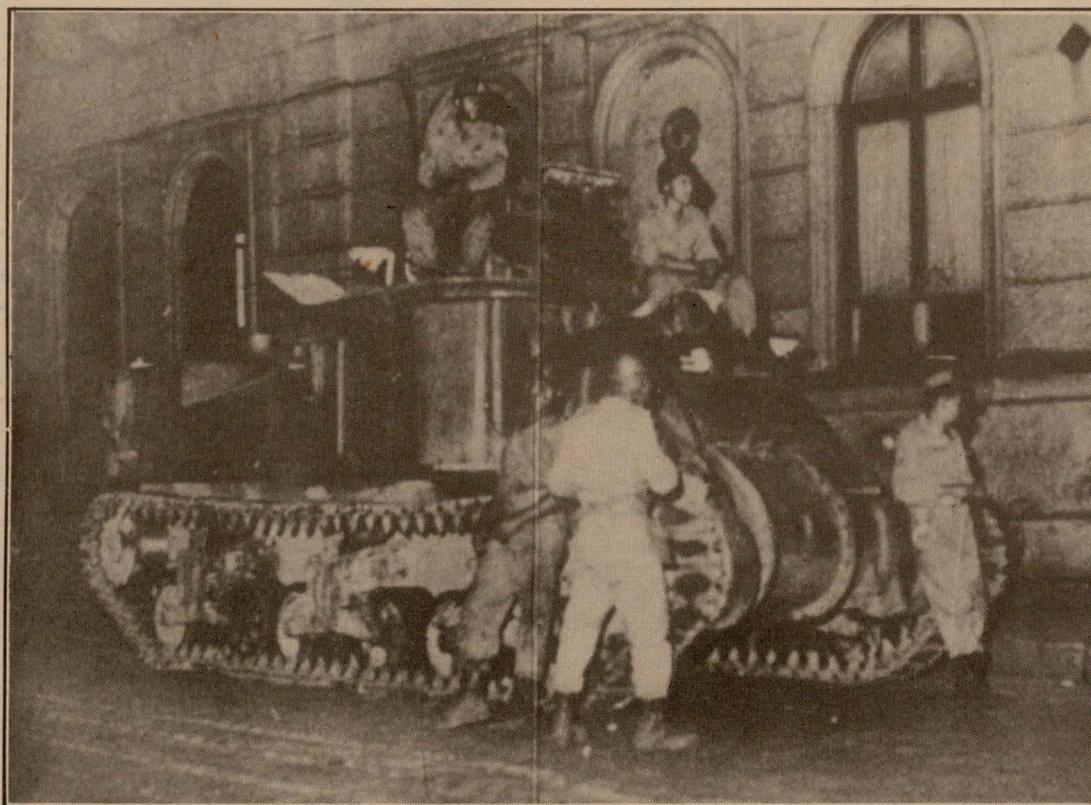
O Brasil é um país que se encaixa neste modelo. A República, que comemora seu centenário este ano, tem sido um sistema de crise política permanente, que se acentua cada vez que se aproxima da sucessão presidencial. Mesmo nos governos militares a troca de ocupantes da Presidência foi traumática e conflituosa, ao contrário da lenda apregoada pela direita e pelos conservadores.

Poder central contra oligarquias

A República brasileira já nasceu sob este signo, fruto de um golpe militar que depôs o Imperador e abriu um período de disputas intensas entre setores urbanos (classe média e parte da burguesia) radicalizados e a coalizão de latifundiários e grandes comerciantes de exportação. Deodoro da Fonseca, o marechal que comandou a derubada do Imperador, manteve-se apenas dois anos à frente do governo; tentou fechar o Congresso que fazia oposição a seu governo, e acabou deposto pelo vice, o marechal Floriano Peixoto. Ele consolidou a República, baseado nos setores urbanos radicalizados, e tentou desbancar, nos Estados, as oligarquias reminiscências do período imperial, substituindo-as por outras favoráveis aos republicanos. Não conseguiu, e teve que transmitir o poder a Prudente de Moraes, expoente latifundiário, cujo governo marcou o início da hegemonia das oligarquias estaduais sobre o governo federal. Os radicais que haviam lutado pela República e haviam apoiado Floriano foram derrotados e o novo regime, contra seus sonhos mais queridos, transformou-se numa "democracia" de oligarcas, onde a participação popular era uma caricatura cruel.

A oposição ganha, armada

A luta contra o domínio da oli-



Freqüentemente as sucessões resultaram em conflitos armados. Na foto, em 1955, tropas do general Lott cercam o palácio do Catete.

garquia, contudo, continuou — e cresceu nos anos seguintes. Ela transpareceu nas crises que marcaram a sucessão de Nilo Peçanha (cujo breve governo foi um choque permanente com as oligarquias mais importantes), na Campanha Civilista liderada por Rui Barbosa que disputou, com o marechal Hermes da Fonseca e vaga ocupada por Nilo. Hermes tentou também depor as oligarquias estaduais, sem êxito. A luta antioligárquica cresceria no governo de Epitácio Pessoa — que precisou antecipar a campanha presidencial, onde a oligarquia, unida em torno de Artur Bernardes, enfrentou a Reação Republicana de Nilo Peçanha. Esse conflito atingiu seu auge no governo Artur Bernardes, obrigado a enfrentar revoltas tenentistas (e a Coluna Prestes) e explodiu sob Washington Luis, o último presidente da República Velha. Ele tentou impôr Julio Prestes como sucessor, usando os mesmos métodos corrompidos que haviam garantido vitórias ao governo em todas as eleições daquela época. Pelos resultados eleitorais ele venceu ao candidato da oposição, Getúlio Vargas. Em vão: a vitória que foi negada nas urnas foi obtida, pela oposição, pelas armas; Washington Luis foi deposto e Vargas assumiu a presidência, abrindo uma nova etapa na história do país.

Disputas entre poderosos

Além do conflito entre as oligarquias e seus adversários, as sucessões da República Velha foram abaladas também por embates interoligárquicos, como ocorreu no momento de encontrar os substitutos para Rodrigues Alves e Hermes da Fonseca. No primeiro caso, havia quatro postulantes: Rui Barbosa, Campos Sales, Bernardino de Campos e Pinheiro Machado — e o nome de Afonso Pena surgiu como solução conciliatória. Mais tarde, na sucessão de Hermes da Fonseca, houve nova cisão da oligarquia, opondo Pinheiro

Machado a Campos Sales — e a saída foi o nome de Venceslau Brás, que unificou a oligarquia.

Depois de 1930, o país entrou em nova fase, mas a estabilidade continuou um sonho. Getúlio Vargas, que chegou ao governo em 1930 à frente de uma revolução, foi eleito pela Constituinte de 1934 e deveria entregar o posto ao sucessor eleito em 1938. Essa eleição, contudo, não chegou a ocorrer — anulada pelo golpe de estado de 1937, que deu início ao Estado Novo. Getúlio governou até 1945, quando foi deposto por uma coalizão de oficiais reacionários, apoiados pelos norte-americanos.

Getúlio assusta a direita

Quando Getúlio voltou à presidência, trazido pelo voto popular, em 1950, nova crise. Embora moderado, o nacionalismo do presidente assustava as elites e o capital estrangeiro, que movimentaram-se para tentar impedir sua posse. Não conseguiram, e foram convencendo de que o voto popular era um instrumento de ação política que ameaçava seus interesses. Afonso Henriques, um político da UDN, o principal partido dos reacionários, chegou a propor, no início dos anos 50, a adoção do voto qualificado — o voto do eleitor simplesmente alfabetizado valeria um, valor que subiria de acordo com a posição social do indivíduo, chegando a valer 10 para os que tivessem curso universitário.

A elite inquietava-se e pretendia aumentar os limites à já tacaña democracia da constituição de 1946. Assim, a conspiração contra Getúlio cresceu, levando à seu suicídio em 1954 — um dos finais de governo mais trágicos da história do país. A sucessão de presidentes efêmeros que se seguiu mostra a cruza do conflito. Os vitoriosos de 1954 pretendiam consolidar-se no poder; o presidente Café Filho, sucessor de Getúlio, não conseguiu-se manter no cargo e afastou-se alegando doença; Carlos Luz,

presidente da Câmara dos Deputados e articulado com os golpistas, assumiu o cargo e dava sinais de que impediria a posse do presidente eleito em 1955, Juscelino Kubitschek, visto pelos golpistas como a volta do dispositivo governamental varrido com o suicídio de Vargas. Carlos Luz, por isso, foi deposto pelo marechal Lott, que garantiu assim a posse do nome consagrado nas urnas. Este teve que enfrentar duas rebeliões militares (Aragarças, em 1956, e Jacareacanga, em 1959).

Depois de Juscelino, a história é mais conhecida. Ele foi sucedido por Jânio Quadros, que ficou apenas nove meses no cargo e renunciou, em agosto de 1961, movimento inicial da crise que culminaria, em 1964, na deposição de João Goulart e na instalação da ditadura militar no país.

Diretas dentro do quartel

As oligarquias, que conseguiram sobreviver a todo esse período, uniram-se no começo dos anos 60, à alta burguesia e aos agentes do capital estrangeiro, fornecendo a base que permitiu aos militares conquistar o poder e mantê-lo por duas décadas, eliminando e derrotando o movimento popular por reformas, na sociedade brasileira. Foi iniciada outra série de presidentes, escolhidos pelos chefes militares e ratificados por um Colégio Eleitoral espúrio e manipulado. A própria manipulação do Colégio Eleitoral pelos generais-presidentes, mudando suas regras a cada indicação presidencial, demonstra os problemas sucessórios enfrentados mesmo sob a ditadura. Castelo Branco, o primeiro presidente militar, teve que aceitar a imposição de Costa e Silva como sucessor, apoiado pelos coronéis da "linha dura". Costa e Silva adoeceu antes de determinar o mandato, e foi substituído pela Junta formada pelos ministros militares. Sua substituição foi decidida nos

quartéis, uma "democracia" de generais onde as várias correntes disputaram o cargo. O general Garrastazu Médici foi "eleito" pelo Alto Comando do Exército, com apoio da Marinha e da Aeronáutica, por 10 votos, contra 8 dados a Orlando Geisel, 6 a Antonio Carlos Muricy, 5 a Albuquerque Lima e 1 a Ernesto Geisel.

O último general

A sucessão de Médici, outra crise — os "duros" foram vencidos pelo grupo castelista dirigido por Geisel e Golbery do Couto e Silva — e Ernesto Geisel foi indicado para a presidência contrariando os desejos do todo-poderoso presidente Médici. Na sucessão de Geisel, o confronto entre "duros" e os castelistas quase transforma-se num conflito armado entre as facções do Exército — levando à demissão do candidato dos "duros", o ministro do Exército Silvio Frota. A crise tornou-se aberta e pública, mas Geisel conseguiu impor o candidato de sua preferência, o general Figueiredo, que teria o destino de ser o último da série dos generais-presidentes. Ao contrário de Geisel, ele não conseguiu impor-se à crise, que corroeu as bases de sustentação não só de seu governo mas também do regime militar, levando à eleição, no próprio instrumento criado pelos militares para perpetuar-se no poder, o Colégio Eleitoral, do primeiro presidente civil depois de 1964.

Os conflitos acirrados

A transição para a democracia, contudo, não está completa nem consolidada. Os militares conservam enorme parcela de poder tutelar sobre o governo e a sociedade, as elites insistem em manter privilégios insuportáveis para a Nação, e o povo — cada vez mais — toma iniciativas em defesa de seus interesses. Mesmo limitadas, crescem as greves operárias e a luta camponesa torna-se cada vez mais aguda. Desenha-se um quadro em que os interesses sociais em choque exigem soluções radicais e definitivas. O povo lutou contra o Regime Militar esperando um governo que fosse mais favorável a seus interesses, e dá sinais de que vai à eleição presidencial animado por esse espírito. As elites, por sua vez, julgam descaídas as modestas conquistas populares na nova Constituição, e esperavam poder eliminá-las. Para isso, prepararam-se para a disputa eleitoral tomando iniciativas seja como a formação da Convergência Democrática, uma coalizão da grande burguesia para apoiar um candidato, seja pela articulação da candidatura de Ronaldo Caiado, da UDR. Ao mesmo tempo, a elite espalha boatos de interrupção do processo democrático. As sucessões presidenciais sempre foram momentos de crise aberta no Brasil, e esta não é diferente das outras — novamente, os ingredientes para a crise estão colocados.

* Cientista político, redator do jornal "Retrato do Brasil" e colaborador da "Classe Operária" em São Paulo

Arrocho e entreguismo de "Verão"

Aldo Arantes

Em artigo especial para "A Classe Operária", o vice-líder do PCdoB na Constituinte mostra por que o pacote econômico do Governo não derrotará a inflação, e denuncia os prejuízos terríveis que ele causa aos trabalhadores e à soberania nacional.

A inflação de 1.000% ao ano passou a ser um grave problema para a economia brasileira. É indispensável tomar medidas no sentido de impedir que cheguemos à hiperinflação.

O combate a este mal pode ser feito por dois caminhos: um, à custa do povo, dos trabalhadores e o outro, à custa dos ricos, das classes dominantes.

O governo Sarney tenta empurrar goela abaixo um pacote econômico como se fosse a única alternativa de saída da inflação e da crise. Cincamente chegou a afirmar que o país estava diante de um dilema: ou o derramamento de sangue ou lágrimas e sofrimentos. Ou seja, ou golpe militar ou uma política econômica de opressão e exploração do povo.

A alternativa proposta pelo governo além de jogar o peso da saída da crise sobre os ombros do povo, não resolve o problema porque não ataca as causas fundamentais do processo inflacionário.

Procurando transformar as medidas provisórias em verdadeiros decretos-leis, o presidente Sarney enviou ao Congresso Nacional 9 delas. Os seus aspectos principais são os seguintes:

1 — ARROCHO SALARIAL

O chamado "Plano Verão" fixou um falso congelamento em que os empresários tomaram conhecimento desta medida antecipadamente, remarcando de forma afrontosa todos os preços. Mesmo assim, a tabela do governo, que saiu posteriormente, fixou os preços superiores aos remarcados pelo comércio. Enquanto o governo deu este tratamento aos empresários e comerciantes, fixou o reajuste salarial pela média dos 12 últimos meses, expressos em OTN. O resultado foi uma perda salarial, em janeiro, de 50%, segundo calculou o DIEESE, antes de tomar conhecimento de que a inflação de janeiro foi de 70,28%. Ao adotar esta medida no combate à inflação, o governo deixou explícita sua concepção de que os salários seriam fatores inflacionários. Isso é absolutamente falso. Não há uma relação entre maiores salários e maior inflação. Pelo contrário, a experiência tem demonstrado que quanto maior a inflação, maior tem sido o arrocho sala-

rial. O DIEESE mostrou que em 83, quando o salário-mínimo em termos reais era maior que o atual, a inflação era de 311,63%. Atualmente, com a inflação de 1.000%, o poder de compra do salário-mínimo é menor.

A política de arrocho salarial foi colocada em prática pela ditadura militar, gerando uma brutal concentração de renda e uma queda do poder aquisitivo dos salários. O que o governo faz é aprofundar esta política. O salário-mínimo de 1988 corresponde, em seu poder aquisitivo, a 34,5% do salário-mínimo de 1940 e é um dos mais baixos do mundo, ficando atrás de países como Chile, Peru, Uruguai e Argentina.

Fruto do combate vigoroso feito pelos partidos progressistas no Congresso Nacional, contra o arrocho salarial do pacote, o presidente em exercício, Ulysses Guimarães, enviou outra medida de emergência onde assegura reposição de perdas salariais em torno de 4,5%, distribuídas em 3 meses. É portanto uma alteração ridícula, que não modifica o arrocho contra os trabalhadores. Porém, ela tem o mérito de reconhecimento por par-

te do governo das perdas salariais.

2 — DESESTATIZAÇÃO

Além do arrocho salarial, um outro componente da política econômica ortodoxa imposta pelo FMI aos países do Terceiro Mundo é a desnacionalização da economia. O caminho da desnacionalização atualmente se faz via privatização das empresas estatais. Porque estas empresas, como a Cia. Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce e a Petrobrás, além de terem importante papel no desenvolvimento do país, representam um obstáculo ao processo de desnacionalização da economia brasileira. Por isto, passaram a ser alvos de um ataque virulento das multinationais e dos seus aliados.

Dizer que as estatais são responsáveis pelo déficit público é falsear a verdade. É importante destacar que existem inúmeras estatais altamente lucrativas, tais como a Usiminas, que foi responsável pela produção de 50% do aço consumido no Brasil e obteve um lucro de 50 milhões de dólares no ano passado. No entanto, ela está na lista das que serão desestatizadas.

Em artigo publicado na "Folha de S. Paulo", o professor Luiz Carlos Meryge, da Fundação Getúlio Vargas, afirma que entre 80 e 85 as empresas estatais tiveram uma redução real dos seus investimentos de 29% e tiveram uma redução com gastos de pessoal em 7%, enquanto os encargos financeiros cresceram 172%. Aí, portanto, reside a fonte de pressão sobre as finanças públicas. São os encargos financeiros decorrentes das absurdas taxas de juros praticadas no país por determinação do governo.

A gravidade da medida provisória de desestatização proposta pelo governo fica mais evidente quando, em outra medida, o governo propõe assumir as dívidas das empresas estatais, de sociedades de economia mista e suas subsidiárias e controladas. Ou seja, o governo vai sanear todas estas empresas para entregá-las aos grandes capitalistas. Ressalte-se que até 70% do preço da venda poderá ser objeto de financiamento. Tais medidas, longe de reduzir, aumentarão o déficit público.

E o dispositivo mais grave é aquele que permite a venda do capital das empresas estatais a

"pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras". A única restrição que se faz é a de que a União deverá ter 51% do capital votante de 11 empresas. No entanto, os estrangeiros poderão, a partir desta medida, ser sócios de empresas como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Casa da Moeda, Eletrobrás, Petrobrás e Telebrás. Ou seja, é a abertura completa do país aos capitais estrangeiros. É o avanço vertiginoso na política econômica dependente aos capitais estrangeiros. O povo brasileiro não pode ficar passivo face a este ato de verdadeira traição nacional. A oposição a esta medida de emergência do governo no Congresso Nacional foi tão intensa que ela terminou sendo rejeitada. No entanto, o governo certamente procurará outros mecanismos para colocar em prática tal política.

3 — CORTE DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Esta é outra medida de contenção das despesas públicas que não vai interferir substancialmente sobre as causas determinantes da inflação. Porém, irá causar prejuízos ao

Foto: "Retrato do Brasil"



"As medidas do governo trarão mais desemprego, e mais fome"



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

processo de desenvolvimento do país. E esses cortes, obviamente, irão atingir áreas como a educação, a saúde e investimentos produtivos de grande importância para o Brasil.

4 — EXTINÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS

Com o objetivo, segundo o governo, de conter as despesas públicas, Sarney propõe a extinção de alguns ministérios. Porém, além de tal medida não significar economia expressiva para o Tesouro Nacional, ela acarreta graves prejuízos. A extinção do Ministério da Reforma Agrária é a confissão pública de que o governo Sarney quer colocar de lado em definitivo esta questão. Mas a questão agrária continua se agravando. Os assassinatos de trabalhadores rurais são cada vez mais constantes em decorrência da brutal concentração da propriedade territorial. Outro absurdo está na proposta de extinção do Ministério da Ciência e Tecnologia. O desenvolvimento cien-

tífico e tecnológico é de vital importância para a conformação de um modelo econômico de desenvolvimento independente. Enquanto o governo propõe a extinção desses dois ministérios de fundamental importância para o país, ele propõe a manutenção de **status** de ministro para o chefe do Gabinete Militar, para o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, para o chefe do SNI e ao mesmo tempo, de forma sub-reptícia, mantém o Conselho de Segurança Nacional, extinto pela Assembléia Nacional Constituinte, sob o nome de Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional como secretaria-executiva de todos os conselhos da Presidência da República.

5 — EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

A medida de emergência tal como foi formulada tem por objetivo dar satisfação aos setores empresariais. Na verdade, do ponto de vista financeiro, pouco representa, porque a

demissão de 60 mil trabalhadores significará uma economia de 400 milhões de dólares por ano. No entanto, só de incentivos e subsídios ao setor privado, o governo dispendeu no ano passado em torno de 4,5 bilhões de dólares. O mais grave dessa medida, no entanto, é o prejuízo que ela causará a inúmeras áreas da pesquisa científica e tecnológica. Tanto assim que cientistas de renome internacional, como Rogério Cerqueira Leite, se manifestaram de forma categórica contra as demissões indiscriminadas e os prejuízos que tal medida acarretará.

6 — DESVALORIZAÇÃO DO CRUZADO

A desvalorização do cruzado em 17% representa o aumento do montante, em cruzados, da dívida externa em quantia equivalente a 14 bilhões de dólares. Tal medida favorece as exportações, e portanto ela encarece as importações em 17% e inibe o processo de desenvolvimento econômico nacional.

7 — RECESSÃO ECONÔMICA

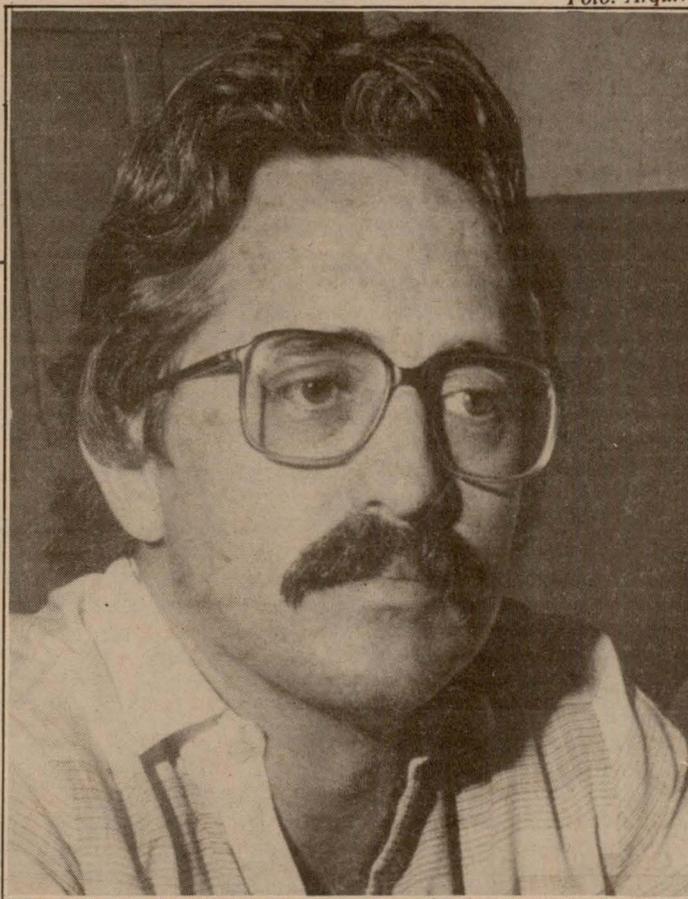
Como consequência desse conjunto de medidas adotadas pelo governo, o que se pretende é uma recessão econômica como caminho para combater a inflação. É o caminho ortodoxo, que levará à queda da produção nacional e ao desemprego em massa de trabalhadores.

Tal modelo econômico foi inspirado pelos economistas que traçaram a política econômica do regime militar, Octávio Gouvêa de Bulhões e Mário Henrique Simonsen. Ele expressa as diretrizes fundamentais determinadas pelo FMI para os países do Terceiro Mundo: arrocho salarial,

desnacionalização da economia, contenção de gastos públicos e recessão econômica. Através desse conjunto de medidas, contém-se a demanda interna e gera-se excedentes de exportação capazes de pagar a dívida externa. Tal modelo econômico favorece aos banqueiros internacionais, nacionais, aos exportadores e aos grandes capitalistas brasileiros. As consequências de tais medidas recaem sobre os trabalhadores, assalariados em geral e sobre os pequenos e médios empresários que produzem para o mercado interno.

* Deputado federal pelo PCdoB de Goiás e vice-líder da bancada comunista na Constituinte

Foto: Arquivo



As causas da inflação brasileira

As causas mais imediatas, conjunturais, do processo inflacionário brasileiro estão relacionadas com as altas taxas de juros praticadas no mercado brasileiro e com os custos do pagamento das dívidas interna e externa. Ou seja, as causas determinantes da inflação não são os salários nem os investimentos públicos, mas sim os custos financeiros tanto do governo quanto dos demais segmentos da economia. Estes custos financeiros são repassados para os preços das mercadorias, acelerando o processo inflacionário.

I — AS TAXAS DE JUROS

As altas taxas de juros praticadas no mercado brasileiro, ao lado de favorecer os banqueiros, os agiotas e a especuladores, grandes beneficiários da crise brasileira, são peças decisivas na política econômica do governo. Por isso mesmo, o governo Sarney atropela a Constituição ao não colocar em prática a fixação da taxa de juros em 12%.

Inicialmente, as altas taxas de juros foram adotadas como política de governo com o objetivo de estimular o endividamento externo. Na continuidade, com a conversão da dívida externa em dívida interna, as altas taxas de juros passaram a ser uma necessidade para que o governo pudesse garantir a colocação, no mercado, das Letras do Tesouro Nacional. No entanto, aí reside uma das causas fundamentais do processo inflacionário brasileiro. O professor Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, afirmou em artigo publicado no "Correio Braziliense" que "o Tesouro vem gastando 500 milhões de dólares por dia com o pagamento dos juros da dívida pública diante da imoral remuneração de 25% ao mês". As consequências das altas taxas de juros no processo inflacionário são tão graves e evidentes que até a "Folha de S. Paulo", em editorial do dia 23/1, afirma: "Uma das maiores fontes de in-

certeza em relação ao controle do déficit é a taxa de juros. Mantido o nível atual, os encargos financeiros da União em 89 aumentarão em quase 100% nos próximos 3 meses. O déficit elevaria em 3% o PIB, e a dívida mobiliária aumentaria 50%". Aí reside um dos aspectos decisivos para uma política que vise, de fato, combater a inflação e reduzir o déficit público. É falsa a versão de que o componente fundamental do déficit público diz respeito aos gastos com a máquina administrativa. Tais despesas são irrisórias diante da dimensão dos prejuízos causados ao país pela manutenção das altíssimas taxas de juros. No entanto, o governo não se dispõe a tocar nesta questão porque isso desequilibraria o seu modelo econômico e traria prejuízos aos banqueiros.

II — DÍVIDA INTERNA

A dívida interna, ao lado da dívida externa, passou a ser um fator fundamental de pressão inflacionária no país. Em 1973, o ex-ministro Delfim Netto aumentou significativamente a dívida pública interna, através da venda de títulos da dívida pública, com o objetivo de enxugar o fluxo de cruzeiros despejados pelo Banco Central em troca de dólares. Na verdade, cada vez mais foi ganhando dimensão a conversão da dívida externa em dívida interna. Com a estatização da dívida externa, o governo necessitava cada vez mais de dólares para manter o pagamento dos serviços da dívida, e o caminho era comprar os dólares dos exportadores em troca das Letras do Tesouro Nacional, transformando, portanto a dívida externa em dívida interna. E com a manutenção das elevadas taxas de juros, com o objetivo de manter o interesse dos empresários na compra dos títulos do Tesouro Nacional, a dívida interna foi crescendo como uma bola de neve. E os gastos governamentais aumentaram mais ainda porque o governo resolveu subsidiar

os mais diferentes setores da atividade econômica para reduzir o impacto das altas taxas de juros. No entanto, aí se abria um novo caminho para ampliação das despesas públicas.

A questão da dívida interna transformou-se num mostrengo tão grande que, segundo o professor Lauro Campos, da Universidade de Brasília, somente os serviços da dívida pública se apropriam de pelo menos 50% da receita prevista da União. Portanto, um dos fatores decisivos da pressão inflacionária brasileira é o montante da dívida interna. No entanto, também em relação a este problema, o governo não tomou nenhuma medida. Os especuladores têm se beneficiado das altíssimas taxas de juros. Porém, o governo não tem a coragem nem o interesse de tomar uma medida que signifique o congelamento ou uma renegociação da dívida interna. Isto porque iria ferir os interesses de grandes empresários nacionais e estrangeiros que têm recursos investidos em Letras do Tesouro Nacional, agora transformadas em Letras Financeiras do Tesouro.

III — DÍVIDA EXTERNA

O calcanhar de Aquiles de toda a crise econômica brasileira está na dívida externa. A política de endividamento externo, adotada pela ditadura militar, trouxe consequências extremamente graves para a economia do país. A dívida externa brasileira cresceu de 3,664 bilhões, em 1965, para mais de 110 bilhões de dólares em 1987, sendo que, em 1965, os serviços da dívida representavam 28,8% do total das exportações brasileiras. Em 1987, passaram a representar 97,3% do saldo da balança comercial. O volume dessa dívida foi determinado, particularmente, pelo crescimento assombroso das taxas de juros internacionais que subiram de 7% ao ano em 78 para 21% em 80. Tal oscilação das taxas de juros no mercado finan-

ceiro internacional foi um mecanismo utilizado pelos países desenvolvidos para repassar o ônus da crise do petróleo para os países do Terceiro Mundo.

O endividamento externo brasileiro chegou a tal ponto que o país paga de serviços da dívida externa o equivalente a 7% do PIB, ou seja, 17 bilhões de dólares. Somentes de juros, o Brasil pagou no ano passado 13,5 bilhões de dólares. Isso representa uma sangria sem precedentes na economia brasileira. É nesta grave situação que reside o fulcro da crise econômica do país.

A dívida externa brasileira é ilegítima. Grande parte do seu montante decorre do aumento das taxas de juros internacionais, fruto de uma decisão unilateral dos países imperialistas. Por outro lado, o processo de espolição sobre a economia brasileira se dá também pela queda do preço dos nossos produtos de exportação no mercado internacional. Além de injusta, a dívida externa brasileira tornou-se impagável. O seu montante é tão vultoso que não há condições econômicas de pagar a dívida e assegurar a continuidade do desenvolvimento do país. Assim sendo, a questão decisiva para superação da crise econômica

brasileira reside no não-pagamento da dívida externa. Este é um ato de soberania nacional. No entanto, o governo não adota nenhuma medida neste sentido e procura iludir o povo afirmando que as causas da inflação estão relacionadas com os salários dos trabalhadores, com as empresas estatais e com os gastos do governo.

O combate da inflação é uma necessidade inadiável. Porém, o PCdoB e as forças progressistas não admitem que se procure combater a inflação às custas do povo trabalhador e da soberania nacional.

A saída efetiva para o combate à inflação está na adoção de medidas que atinjam as suas causas fundamentais: a fixação da taxa de juros em 12% ao ano, o congelamento ou renegociação da dívida interna e o não-pagamento da dívida externa, além da criação de impostos sobre as grandes fortunas. Este é o caminho que permitirá a ampliação do poder aquisitivo dos trabalhadores, a retomada do desenvolvimento e o combate à inflação às custas daqueles que sempre se beneficiaram com o sofrimento do povo brasileiro. (A.A.)

Quem defende a Amazônia?

Mário Simões*

Os credores estrangeiros do Brasil têm manifestado nos últimos dias um súbito interesse pela preservação da Amazônia. Estranha atitude, por parte de quem apóia sistematicamente, e há décadas, a destruição da floresta.

Criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para acompanhar as ameaças de internacionalização da Amazônia. Esta é a proposta defendida pelo líder do PCdoB na Câmara, Haroldo Lima, e por significativos setores do Congresso, para se contrapor à ofensiva política que círculos econômicos e políticos norte-americanos e europeus desencadearam nas últimas semanas, alegando um suposto interesse de preservar a maior floresta tropical do mundo.

Na sexta-feira que antecedeu o carnaval o influente jornal americano "The New York Times" sugeriu em editorial a conversão de parcela da dívida externa brasileira em um fundo destinado a financiar um certo "Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente". O "Instituto" seria criado especialmente para viabilizar as "conversões" e, a prevalecerem as cláusulas de um acordo semelhante já

firmado com a Bolívia, teria sede em Washington. O mesmo editorial informa que a proposta já havia sido apresentada ao chanceler brasileiro Abreu Sodré e ao próprio presidente José Sarney, quando da visita ao Brasil de uma delegação de senadores estadunidenses em dezembro último.

Sodré, diz o jornal, "endossou entusiasmado a idéia", e Sarney teria reagido indignado, em ares de grande defensor da soberania nacional. O editorial ataca o presidente e "seus generais", que estariam por trás de uma visão "xenófoba". Mesmo sem falar abertamente em internacionalização o artigo provocou grande reação no Congresso Nacional.

Discurso oportunista

As recentes investidas do imperialismo, a pretexto da defesa da ecologia, dos direitos humanos e dos direitos dos índios, foram registradas também no ano passado, quando o Banco Mundial (BIRD) acusou as autoridades brasileiras de adotarem nos últimos 25 anos programas de desenvolvimento na região sem proteger a natureza. Mais que acusar o banco sugere, no extenso relatório divulgado às vésperas de sua assembleia anual, medidas para "salvar" a Amazônia.

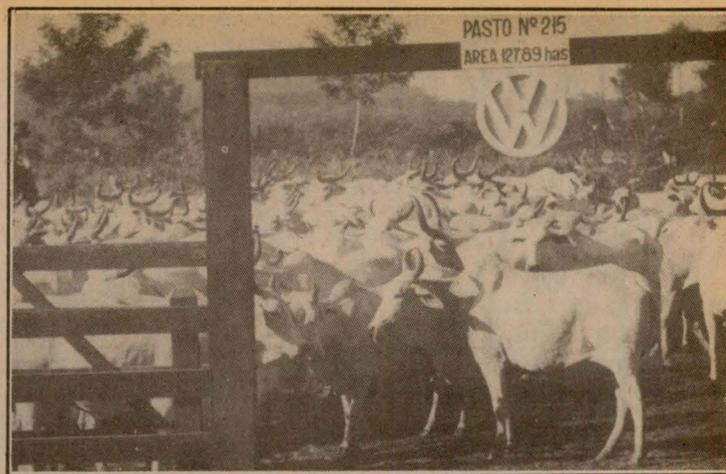
A possibilidade de haver objetivos escuros por trás deste discurso

é evidente. O BIRD que agora propõe a defesa da ecologia é o mesmo que financiou e continua financiando estradas cortando terras indígenas, hidrelétricas como as de Balbina e Samuel — das quase 60 que a Eletrobrás pretende construir na região, devendo inundar 5% de todo o território da Amazônia, ou cerca de 25 milhões de hectares — e outras obras semelhantes. As suspeitas são ainda maiores porque a súbita preocupação com a natureza surgiu também no ex-presidente americano Jimmy Carter, e no candidato derrotado Michael Dukakis, que pretendem vir ao Brasil em maio para visitar a floresta e o índio Davi Yanomani, ganhador do prêmio Global 500, da ONU.

Neste contexto realiza-se esta semana em Altamira (PA) o Primeiro Encontro das Nações Indígenas do Xingu — um momento de especial importância para se analisar esta complexa realidade. Os índios querem impedir a construção da hidrelétrica de Cararaô, defendida entre outros pela UDR. Estarão também presentes diversos representantes estrangeiros — sejam os ligados a grupos que defendem tradicionalmente os índios, sejam outros vinculados ao imperialismo norte-americano e europeu.

Congresso quer soberania

A soma de todos estes fatos ge-



Floresta transformada em pasto: assim o imperialismo "preserva" a Amazônia.

rou intensa repercussão no Congresso. Pelo PCdoB falou o deputado Eduardo Bonfim. Segundo ele "está em curso em nosso país a entrega da Amazônia em função da dívida externa, que a nosso ver não deve ser paga porque é ilegítima". Também o líder do partido no Congresso, Haroldo Lima, interveio para alertar, lembrando o Barão de Itararé, que "há mais coisas no ar que os aviões de carreira". E frisou: "O imperialismo não tem nenhuma autoridade moral para falar a respeito do equilíbrio ecológico e muito menos do respeito aos direitos humanos. As multinacionais que atuam na região são as principais responsáveis pelas queimadas, desmatamentos e desequilíbrios ecológicos que existem hoje na Amazônia.

Pelo PT, a deputada Lurdinha Soignon, do Espírito Santo, destacou que este tipo de proposta só surgiu em decorrência da fragilidade do governo Sarney, "que tem-se mostrado submisso no trato com os credores internacionais e realizado uma política entreguista".

O deputado José Carlos Sabóia (PSB-PL) acredita que a questão ecológica tem de ser pensada em termos de um projeto de desenvolvimento regional e não pode ser desvinculada do seu contexto social, porque isso favorece a direita interna. "Não podemos ter o mesmo discurso da direita, como se o que estivesse sendo feito na região até agora fosse correto", afirmou ele.

É preciso ter proposta

Já seu colega Nelson Friederich apresentou a mesma preocupação sobre a necessidade de a esquerda não se confundir com a direita. Ele chegou a propor a organização de um seminário onde seria unificada uma proposta da esquerda sobre a Amazônia. Friederich acha importante ressaltar que a ocupação estrangeira da região já é expressiva: 18 mineradoras multinacionais detêm 491 mil quilômetros quadrados de áreas de mineração, o que equivale aos estados de São Paulo, Espírito Santo e Santa Catarina somados.

* Correspondente da "Classe Operária" em Brasília

O banquete dos mendigos de Brasília

Foto: Roosevelt Pinheiro

Calucho Carvalho*

No dia 13 de fevereiro o Departamento de Saúde Pública do Distrito Federal enterrou 5 toneladas de carne de boi contaminada, que haviam sido apreendidas na saída da cidade de Unai (MG) e que seriam vendidas irregularmente nos açougues de Brasília. Para "desestimular o consumo por parte dos catadores de detritos", segundo a explicação dos técnicos da Saúde Pública, a carne foi enterrada junto ao lixo hospitalar, no aterro sanitário que fica próximo à Via Estrutural. O que se seguiu, porém, foi um ritual macabro onde homens e crianças disputavam com urubus e cachorros o que seria para eles a possibilidade de ter comida em casa durante alguns dias.

Barriga cheia

"Lá em casa há muito tempo não se come carne. Hoje eu, minha mulher e meus dois filhos estamos de barriga cheia e vamos até ter churrasco no final de semana." Isso foi o que declarou o catador de lixo conhecido por "Neném", que desenterrou uma parte do traseiro de um boi e levou para sua casa na pequena cidade goiana de Santo Antonio do Descoberto, que fica no entorno do Distrito Federal. Essa, porém, não é a mesma condição de Margarida

Santos de Jesus. Enquanto muitos comemoravam o fato ela se lamentava de não ter conseguido pegar nenhum pedaço. "Cheguei tarde, dotó. Mas da próxima vez não vou perder. Agora, tá todo mundo de olho esperando o caminhão voltar."

O caso da carne contaminada não é inédito, não constitui nenhuma novidade. Diariamente centenas de pessoas disputam o lixo com a mesma naturalidade com que se vai à feira ou ao supermercado. "As crianças acordam cedo e vêm catar resto de comida aqui ou no lixo da feira", diz dona Maria José, mãe de quatro filhos e moradora na Ceilândia, uma das cidades-satélites mais miseráveis do Distrito Federal.

Fundada em 1971, Ceilândia conta com aproximadamente 600 mil habitantes. Segundo dados recolhidos pela Cobal numa pesquisa realizada em 1985, 88% da população recebe menos de um salário-mínimo e consome apenas 30% da reação necessária para a sobrevivência humana. A apenas 30 quilômetros dali, em Brasília, surge diante dos olhos outro quadro igualmente aterrador, só que desta vez pelo desperdício patrocinado por muitos daqueles que detêm o poder e ocupam as dependências dos palácios da chamada "capital do terceiro milênio".

Sistema degradante

Para Agnelo Queiroz, presidente do Diretório Regional do PCdoB do Distrito Federal e médico da Fundação Hospitalar do GDF, o mais grave é que este é apenas mais um episódio que mostra "a degradação de um sistema em agonia, onde a maioria da população vive em condições subhumanas". Ele afirma que o povo precisa "romper de forma radical com este sistema".

E ao lado de todo o problema político e social responsável pelo quadro de degeneração humana há também a irresponsabilidade pública e o descaso governamental. Há quase dois anos o único incinerador de que o Serviço de Limpeza Urbana de Brasília dispunha está quebrado. Todo o material que deveria ser incinerado é abandonado no aterro, muitas vezes a céu aberto, pondo em risco a já precária saúde da população. Para que o incinerador volte a funcionar serão necessários três a quatro meses, e enquanto isso Brasília deverá continuar a conviver com cenas dantescas como estas.

*Colaborador da "Classe" em Brasília



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

No aterro sanitário, homens disputam alimento com os bichos

Escola Superior de Criminalidade

Carlos Pompe

Até o momento em que encerrávamos esta edição, ninguém havia sido indiciado criminalmente pelo assassinato de 18 presos no domingo de Carnaval, dia 5 de fevereiro, no 42º Distrito Policial, no Parque São Lucas, Zona Leste de São Paulo (veja Classe nº 12). Nos depoimentos sobre a tragédia, o investigador Celso José da Cruz chegou a dizer que os presos "correram para a cela-forte", e por isso morreram asfixiados. "Nada mais"! Só faltou dizer que os próprios presos se trancaram naquele cubículo sem ar...

Enquanto o crime não é apurado, as condições precárias dos presos e a insegurança nos distritos policiais continuam. Detentos, funcionários da Segurança Pública e a própria população ficam expostos a riscos e ao tratamento desumano que é dado pelo poder público aos marginalizados.

Os presídios de São Paulo estão superlotados. Novos presídios estão para ser inaugurados. Suas obras, inclusive, foram aceleradas depois da chacina do 42º DP, mas prevê-se que até junho próximo também estarão superlotados... Com isso, em todos os Distritos Policiais existem presos cumprindo pena. Um drama que se arrasta há 10 anos.

O 3º Distrito, na rua Aurora, região central, é o que tem mais detentos cumprindo pena. "São quase 100 presos, quando a nossa capacidade é para 20", explica o delegado Wander José Maia. As celas, preparadas para receber até cinco detentos, ficam com 25! Eles têm que dormir por revezamento, recebem as visitas (15 minutos por semana) em condições absolutamente precárias, e não têm direito ao banho de sol, já que a delegacia não possui infra-estrutura que possibilite aos prisioneiros saírem das celas.

"O nosso pessoal é totalmente despreparado para a função de carcereiros. Não temos sequer condições para isso. O problema é antigo, vem de 1978-79. De lá para cá, o Estado passou por vários governadores. Todos fizeram discursos falando da segurança na campanha eleitoral. Mas nenhum resolveu efetivamente esse problema. E a responsabilidade acaba sobrando para o delegado", afirma o dr. Wander.



Cela superlotada do 3º Distrito: nas delegacias estão aidéticos, tuberculosos, sífilíticos...

Para ele, "trata-se de um desvio total de nossas funções. As delegacias devem ter funções ligadas ao judiciário, de apuração e desvendamento de infrações. No entanto as investigações são suspensas para que possamos garantir a carceragem. E com riscos para todos nós!"

Finalidade da pena fica desvirtuada

O dr. Wander conta que, recentemente, numa rebelião de presos em Presidente Prudente, um carcereiro foi queimado pelos detentos — "deixou 3 fi-

lhos e viúva. Além disso, desenvolvemos uma atividade insalubre. Nas delegacias são amontoados presos aidéticos, tuberculosos... E nós não temos preparo e nem equipamentos para lidar com esse pessoal."

O delegado destaca que os detidos ficam "na total ociosidade. O certo seria eles trabalharem. O trabalho é o caminho para recuperar o delinqüente. Prepará-lo para voltar ao convívio social. Quando acontece uma tragédia, como essa da 42ª DP, a opinião pública fica assombrada. De fato, aquilo não pode acontecer.

Mas aquela gente não poderia estar lá. Delegacia não é presi-

dio! E a finalidade da pena fica absolutamente desvirtuada. O detento não é condenado

Fotos: Edson Ruiz



Irene Dias Luque: "Fiz concurso público para delegada, e não para carcereira"... Na 5ª Delegacia, na Liberdade, estão cumprindo pena 17 presos, na mais completa promiscuidade.

para ser recuperado para sociedade. Ele é simplesmente afastado da vida social até cumprir a pena. Depois, volta para sociedade do mesmo jeito que saiu. Quando não pior ainda..."

O advogado Kalil de Melo percorre as delegacias de São Paulo há 5 anos, prestando serviços para os presos. "Nesse período já assisti a muitas barbaridades", conta. "Mas o que acho mais grave é o fato de réus primários ficarem trancafiados com marginais reincidentes. A gente vê garotos de 18, 19 anos em condições de serem recuperados, convivendo na mesma cela com criminosos condenados a 12, 18 anos de prisão. Isso é pernicioso. A prisão acaba sendo uma universidade do crime."

A 5ª Delegacia de Polícia, na Liberdade, abriga atualmente 17 presos que cumprem pena. Eles ficam ali aguardando a transferência para o Presídio do Hipódromo. A situação já foi pior nessa delegacia, conta a delegada Irene Dias Luque: "Houve um motim em 1986 — os presos quebraram a carceragem e queimaram os colchões. Por isso houve um esvaziamento. Mas os presos que ficam aqui não têm direito a receber visitas, já que nós não temos capacidade para garantir a segurança."

Ela lembra o episódio ocorrido no 6º Distrito, no Cambuci, quando bandidos da "Falange Vermelha" atacaram a delegacia para libertar integrantes da quadrilha, e o pessoal de plantão não tinha como se defender — inclusive o delegado foi baleado. "As delegacias estão sob constantes ameaças", afirma a dra. Irene. E protesta: "Eu fiz concurso público para delegada, não para carcereira. Aqui nós não temos guardas externos, se os policiais saem para uma ocorrência, aqui só ficam o delegado, o escrivão e o carcereiro. Não somos só nós, é toda a população que fica exposta à insegurança."

Delegados contra o sistema medieval

A Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo pronunciou-se sobre os acontecimentos do 42º DP, deplorando mais uma vez o fato de delegacias serem transformadas em presídios: "Diversas foram as denúncias e manifestações pelos meios de comunicação, entre outras, para que essa situação tivesse um fim. Esta Associação apelou até à ONU", afirma nota da entidade.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

de. E mais: "Os xadrezes são inadequados, sob todos os aspectos. São infectos, úmidos e sombrios. Os presos não recebem a mínima assistência médica, dentária, familiar, judiciária, espiritual, profissionalizante ou de lazer. Vivem amontoados, deitam-se por revezamento e convivem com Aids, tuberculose, hepatite, sífilis e outras doenças contagiosas. Sua única distração é a tentativa de fuga, o que é comum pela total insegurança física dos distritos, pela falta de guarda, pela precariedade das revistas. A ressocialização é uma utopia."

Segundo ainda a Associação dos Delegados, "as visitas raras dos órgãos corretores nada resolvem. As promessas episódicas dos governos que se sucedem ao ritmo dos casos agudos e de repercussão não têm passado de promessas. São mais de 3 mil presos hoje, só nos Distritos da Capital, cumprindo uma 'pena' à qual não foram condenados. (...) O que tememos é que, passado o estrépito e o clamor público em torno dessa condenável mortandade, os Distritos Policiais continuem, como há 10 anos, encobrindo suas marmoras medievais, os policiais civis continuem desviados de suas verdadeiras funções, sempre expostos a riscos que não são seus e que as autoridades maiores continuam disfarçando sua omissão."

Aliás, a impunidade ronda a violência policial. No último dia 19 mesmo, na Bahia, o segundo tenente PM Ubiracy Barbosa da Silva foi promovido. No entanto, ele está indiciado na morte, por asfixia — como na 42ª DP — de dois suspeitos que trancou no porta-malas de um de seus carros no dia 4 em Salvador — um dia antes da chacina dos 18 da cela-forte em São Paulo.

Impunidade propicia repetição de crimes

Às vezes, contudo, o policial é punido. Foi o que ocorreu no Rio Grande do Sul, em 1978. Na cidade gaúcha de Tenente Portela, três agricultores foram presos por causa de uma briga de bar pelo inspetor Léo Ivanderli dos Santos. Como a cidade não dispunha de um xadrez adequado, ficaram trancados no camburão, hermeticamente fechado. No dia seguinte estavam todos mortos, por asfixia. A Justiça se abateu sobre o inspetor: ele foi suspenso do trabalho por 30 dias...

A violência contra os presos — inclusive torturas e tratamentos degradantes — não envolve somente investigadores e integrantes da polícia civil. Assim como a falta de condições adequadas para o cumprimento da pena não ocorre somente nas delegacias,

Violência também na Casa de Detenção

As periódicas rebeliões na Casa de Detenção de São Paulo são testemunho disso. Trata-se do maior presídio da América Latina, "um coração de mãe, onde sempre cabe mais um", no dizer de um de seus ex-diretores. A situação subumana já foi objeto de inúmeras denúncias, sempre reno-

vadas a cada levante dos presos. A Casa de Detenção tem capacidade para 2 mil detentos, e lá estão mais de 6 mil!

É um mundo à parte (veja entrevista com o dr. Hélio Bicudo, nesta página). Ali a corrupção envolve detentos e não-detentos. Paga-se para o "privilegio" de uma cela individual com vista interna ou externa. Paga-se para a falsificação de documentos da Justiça

visando a obtenção de prisão-albergue. Ocorre o tráfico de cocaína e de maconha, a exploração do detento, o desvio de alimentação. Existem "hoteis" para a prostituição... "Na Casa de Detenção tudo tem seu preço", afirmou um ex-detento, após cumprir cinco anos de prisão.

E denunciar as atrocidades é sempre um risco. Em 8 de novembro de 1984, por exemplo,

Alice Ferreira de Souza denunciou que por várias vezes seis guardas da Casa de Detenção foram à sua casa, nas Perdizes, exigir dinheiro e jóias em troca da "proteção" que davam ao seu filho, Antonio Carlos Ferreira. Dois meses depois seu filho foi libertado, após cumprimento da pena. Dias após a liberação de Antonio Carlos, a casa de Alice foi invadida. Ela e o filho foram mortos a tiros...

Polícia preventiva, e não repressiva...

O advogado Hélio Bicudo, secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo (gestão Luíza Erundina), notabilizou-se nos anos 70 pelo combate destemido que fez ao Esquadrão da Morte. É profundo conhecedor do sistema jurídico e penal brasileiro. Nesta entrevista à Classe Operária ele defende um tratamento de recuperação dos marginalizados.

Classe: Como está a questão penal no Brasil, hoje?

Bicudo: O problema tem que ser visto de forma global, levando em conta a necessidade de segurança das pessoas. A polícia, a Justiça e o presídio não podem ser vistos separadamente. Isto cria um problema de violência que começa na política, não é corrigido na Justiça e é agravado no sistema carcerário — porque no Brasil não temos um sistema penitenciário, mas sim um sistema carcerário.

Classe: Qual a diferença entre "penitenciário" e "carcerário"?

Bicudo: No sistema penitenciário a prisão não é um fim em si, mas um meio para recuperar as pessoas. Se for apenas prisão, então só segrega as pessoas e, depois de cumprida a pena, as devolve às vezes em condições até piores do que quando foram presas. Temos hoje em São Paulo, por exemplo, os mesmos problemas de 50 anos atrás. Os presídios não têm pessoal adequadamente treinado nem para administrá-los, e nem para o dia-a-dia com o condenado. Os guardas de presídio fazem um concurso de be-a-bá e vão tratar com presos — o que é uma coisa difícil, a de recuperar um criminoso para o convívio social. Com isso, o condenado entra numa rede de corrupção, que tem suas regras próprias, e passa a viver naquele meio, onde impera a violência.

Classe: Qual seria a solução para o problema?

Bicudo: O problema começa na organização policial,

voltada para a repressão, e não para a prevenção. Uma polícia que só chega depois do crime, nunca antes. Então não temos uma polícia ligada à população, mas policiais que só agem depois do crime consumado, para prender o criminoso. A incapacidade de ser estabelecido o policiamento preventivo propicia a violência do bandido.

Classe: Como seria o policiamento preventivo?

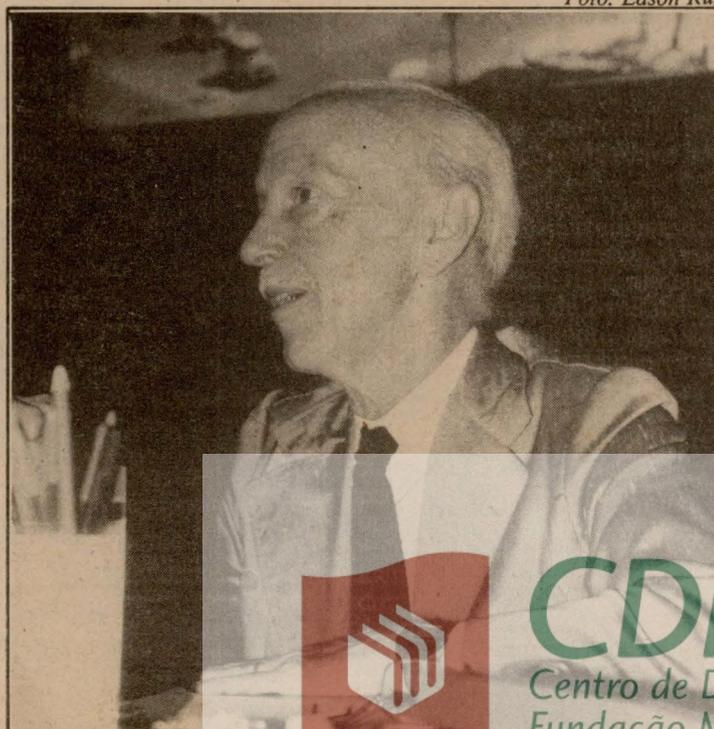
Bicudo: Seria um policiamento localizado, fiscalizado por um juiz do mesmo local, feito em pequenos distritos. Os policiais devem contemplar os direitos constitucionais (prisão só em flagrante ou com ordem judiciária competente). Os policiais sempre atuando numa mesma região, fazen-

do a ronda a pé, ficam conhecendo moradores, conhecem a área, sabem quando tem um desconhecido circulando por ali. Quando precisam de reforços, chamam os carros da PM. Mas isso implicaria num aumento do número de policiais, e aí o Exército não permite. A PM é subordinada às Forças Armadas, e o Exército não vai permitir um efetivo da PM maior que o efetivo do Exército regular. Com isso o treinamento do policial não é feito no sentido social, mas no sentido militar, repressivo. Além disso, há o problema do Judiciário...

Classe: Como deveria ser o Judiciário?

Bicudo: São coisas que implicariam numa discussão mais ampla... não existem fórmulas prontas. Mas o Judiciário brasileiro é elitista, foi feito para o Brasil colonial. Não tem contato com a população. Quem é que conhece um Juiz de Direito? É avis rara. Precisamos de juizes que conheçam as pessoas que julgam. Muitas vezes o julgamento é feito sem que o juiz sequer conheça o réu, sem ouvir nenhuma testemunha. Julga na base dos papéis. Com is-

Foto: Edson Ruiz



Bicudo: "Exército não permite que efetivo da PM seja maior..."

so, acontece de inocentes serem condenados, culpados serem absolvidos ou não receberem a pena adequada... Juiz tem que conhecer a comunidade e julgar com conhecimento de causa. Julgar o crime feito por uma pessoa concreta. Além disso, quando o juiz impõe uma pena, hoje, não acompanha seu cumprimento. Então o réu será submetido à pena do juiz e mais às penas administrativas — a corrupção, a violência, os desvios do sistema carcerário.

Classe: O episódio das mortes na cela forte foram demonstração da falência do sistema carcerário?

Bicudo: O sistema penitenciário deveria ser em favor do preso, para recuperá-lo. Mas todas as portas foram fechadas. Há pessoas que têm figurino irrecuperável. Essas deveriam ter tratamento especial. Mas todos, mesmo os recuperáveis, são lançados na mesma vala... A maioria dos presídios está falida. Deles não sai ninguém que depois possa viver em sociedade. O egresso não consegue emprego ou apoio para sua recuperação. Então volta ao crime e, preso novamente, recebe uma pena mais pesada que a anterior. Se o detento ficasse num pequeno distrito, onde conhece e é conhecido pelas pessoas, onde o juiz acompanha a sua pena, poderia haver um outro tratamento. Com o passar do tempo, a depender do comportamento do detento, ele poderia começar a trabalhar fora e dormir na cela... até a sua condenação poderia ser modificada. Mas o atual sistema é de total despersonalização do preso. Ele entra na penitenciária, e já sente o sistema viciado. Mesmo as oficinas que são construídas nas prisões... Bem, na primeira rebelião, a oficina vai logo pro vinagre! O prisioneiro trabalha ali de má vontade. Não é o que ele quer. O preso sabe que, na penitenciária, ele é uma coisa, não uma pessoa. Ele não é nada lá dentro. Não há como recuperar um preso nessa condição dessas.

O coração de Luc

A estrela

fazendo "um balanço muito sério" cada vez mais por um sentido político na relação entre as lutas ecológicas e a tra

Classe: Você parece estar seguindo uma trajetória oposta, num certo sentido, à de alguns artistas. Muitos dos que ensaiaram uma participação na campanha das diretas, por exemplo, estão hoje mais entretidos na atividade artística individual. Você, pelo contrário, tem se envolvido cada vez mais em ações com caráter coletivo, ações políticas. É como se você visse esta fase da vida do país como um instante em que é ainda mais necessário intervir, participar, influir no rumo dos acontecimentos.

Lucélia: O que você diz é verdade. Eu vejo minha vida enveredar cada vez mais por um sentido que é social e político também. Ao contrário da maioria das pessoas, eu não acho política uma coisa chata. Chato é deixar o poder político nas mãos de quem o detém hoje no Brasil. Já a política pode ser muito saudável, dependendo da direção em que você leva o barco.

A luta pela ecologia passa pelo fim da miséria

O meu envolvimento, o meu compromisso, é com a população injustiçada. Acho que desde criança eu tinha este sentimento, uma coisa meio emocional, intuitiva. Mas nunca tive formação política, exatamente por pertencer à geração da ditadura militar — eu nasci em 57, em 64 era criança. Também não participei das fases mais duras da resistência. Quando passei a entender o que estava ocorrendo no Brasil, pelos anos 70, eu era muito nova. Meus amigos e companheiros de hoje estavam ou no exílio ou na prisão. Minha primeira campanha foi "dentro da cadeia", foi minha adesão à luta pela anistia. De lá para cá nunca parei de atuar politicamente. Se o trabalho aparece mais agora é porque a situação do país mudou. Além de não serem proibidas, nossas ações encontram mais espaço, a população procura compreendê-las, a própria imprensa acaba divulgando mais. E eu, que enveredei pelo caminho da ecologia, que de uns tempos para cá tem revelado uma força tão grande, acho que esta questão é profundamente social, ao contrário do que dizem os preconceituosos. Passa pela vala aberta das favelas urbanas, pela péssima qualidade de vida, pela disputa do alimento com os ratos que o povo é obrigado a empreender, pela péssima qualidade de vida a que nós próprios somos forçados a nos submeter.

Classe: Um dos episódios mais marcantes de sua militância foi certamente a participação nos protestos contra o assassinato de Chico Mendes. Além de passar várias semanas no Acre, você promoveu coletiva de abaixo-assinados, deu seguidas entrevistas e participou até mesmo da prisão de envolvidos no crime. Que a levou a se envolver tão profundamente no caso?

Lucélia: Foi o próprio Chico Mendes, em primeiro lugar. Eu já vinha acompanhando a luta dele antes da tragédia, e tinha notícia inclusive do assassinato de várias outras lideranças da região, homens não tão famosos como Chico mas igualmente ativistas do sindicato.

O Chico era uma pessoa extraordinária, que encantava por seu enorme carisma — um homem que se alfabetizou já adulto, tendo de caminhar horas na floresta até seu professor. Eu me tornei sua companheira, no sentido de achar que o que ele dizia, que o que ele pregava em relação à floresta, era algo muito correto. No início do ano passado ele esteve no Rio para um seminário em que fez uma exposição sensibíllissima, brilhante, sobre o projeto de reservas extrativistas, que passaria pela reforma agrária na região dos seringais, no Acre, e pela exploração racional de espécies como o babaçu, as plantas que produzem borracha, a castanheira e outras. Em seguida fui para Xapuri pela primeira vez, a convite dele. Aprendi muito lá. Participei inclusive do I Encontro das Mulheres da Floresta, uma experiência

muito enriquecedora, onde mulheres de formação absolutamente diferente da nossa — roceiras, caboclas, seringueiras — falaram sobre questões feministas vistas pela sua ótica particular. Também assisti às eleições para a diretoria do sindicato, em que o Chico foi eleito presidente pela segunda vez.

Um dos sentidos principais da viagem, porém, era prestar solidariedade a ele, que já era alvo de ameaças dos proprietários de terras e fazer ver que o líder da luta dos seringueiros não estava isolado, havia gente de todo o país de olho no que poderia acontecer com ele. Foi uma ilusão achar que esta tática os impressionaria...

Enfim, fizemos vários discursos em praça pública, e a meu pedido um fotógrafo da "Folha de S. Paulo" fotografou o Darci Alves, filho do mandante do crime, que já naquela época ficava rodeando acintosamente o sindicato, o nosso grupo, a praça em que nos reuníamos. Eu já estava envolvida inteiramente com o problema, cheguei a conversar com o governador Flaviano Melo solicitando proteção efetiva para o Chico.

A polícia não prende os assassinos de Chico Mendes porque não quer

Depois disso mataram mais um companheiro, a coisa foi ficando mais feia, as violências eram sucessivas, o nível de ameaças tornou-se permanente.

O processo todo foi culminar com a tragédia que todos conhecem. Ao saber do assassinato, parti imediatamente para Xapuri. Acabou Natal, acabou tudo... Eu não conseguia acreditar, no meu íntimo, que os fazendeiros chegassem a tanto.

Mas a minha presença, que a princípio tinha um caráter até meio pessoal, de apoio aos amigos e companheiros que precisavam da nossa solidariedade, foi tomando um outro rumo. Soubemos que o delegado Romeu Tuma ia se deslocar ao Acre, e precisávamos agir contra a impunidade que havia favorecido o crime. O próprio delegado Mauro Spósito, da Polícia Federal, que havia feito declarações caluniosas contra o Chico dias antes do assassinato, e que vinha protegendo acintosamente o mandante era o encarregado de apurar os fatos. Então, nessa primeira providência foi pedir o afastamento imediato desse homem das investigações, o que conseguimos.

E a coisa continuou sendo tratada de forma tão absurda, mesmo após o afastamento, que a gente chegou à conclusão que a polícia não pegou todos os pistoleros por não querer. Todo mundo os conhecia e sabia onde se encontravam, e só prender. Tanto isso é verdade que eu encontrei na estrada — e aí entra a história toda — um dos pistoleiros, que é o nhecidíssimo. Eu vi o cara na estrada. Havia terminado de passar por uma barreira de vinte policiais, e estava indo tranquilamente para casa! Ai eu fui aos policiais e disse a eles: "Assim não é possível o cara está lá, eu vi agora." Eles foram atrás e prenderam. Prenderam um. que há dezenas na mesma situação, não são presos porque a polícia não quer, não tem vontade política, não tem determinação para prender.

Foi nesse sentido que eu participei dos acontecimentos do Acre. É claro que isto tudo põe em risco a minha própria segurança, em certo sentido, porque quando eu fui à polícia, logo depois de cruzar com os bandidos, em nenhum momento ocorreu que ela fosse leviana a ponto de dar divulgação pública à denúncia. Eu estava no Estado há dias, e ia permanecer por lá. Todos sabiam onde eu me hospedava, onde podiam me encontrar. Então é um risco a que eu fui submetida. De qualquer jeito, acho que fiz o que era minha obrigação.

Classe: Como você consegue conciliar esta atividade política intensa com a vida artística?

Lucélia: Essa necessidade de conciliar sempre uma coisa dura, porque eu tenho espírito de mobilização. Eu me entusiasmo com as coisas, e quando elas me mobilizam emocionalmente eu trabalho, me empenho, me canso, me esgotei às vezes. E tenho conseguido levar adiante minha carreira de atriz e essa militância política que está se ampliando cada vez mais.

Agora, eu te digo que realmente é difícil fazer as duas coisas. Eu fui à floresta no início do ano, estou voltando dentro de alguns dias e irei mais vezes ainda em 8

No ano passado também estive por lá, e mais de uma ocasião. Isso porque o Brasil é muito grande, e eu acho que é preciso conhecer de perto as realidades tão múltiplas que ele concentra. Eu não acredito, por exemplo, que seja possível governar sem entender este país plantado em Brasília. Você precisa ir até onde os problemas estão, enxergar, conhecer. Isto exige muita disponibilidade.

Foto: Arquivo



A "Escrava Isaura": sucesso internacional

o político Lucélia Santos

Entrevista a Antonio Martins

A "Escrava Isaura" e "Luz del Fuego" revela que está de sua carreira artística, e que sua vida "enveredada" diz o que pensa sobre o caso Chico Mendes, sobre a transformação social e sobre as eleições presidenciais.

Preciso descansar mais um pouco da televisão

Ao mesmo tempo estou fazendo um balanço muito sério da minha carreira. Eu comecei muito nova, com 14 anos já era atriz profissional de teatro em São Paulo. Nunca mais parei de trabalhar. Com 17 anos estreei em televisão e fiz a "Escrava Isaura", que teve aquele sucesso imenso. Desde então, nos últimos treze anos, dediquei a maior parte da minha vida à televisão, principalmente, e ao cinema e ao teatro apenas em plano secundário — sendo que eu sou, por formação, uma atriz de teatro. Como eu trabalhei muito esse tempo todo, sempre fiz uma novela com um filme, um filme com outra novela, uma novela com uma peça de teatro, tudo sem parar, trabalhando às vezes vinte horas por dia, cheguei a um estado de esgotamento físico e emocional muito grande no ano passado, ao fazer "Carmem", minha última novela. Fora que desde 83 eu passei a fazer diversas viagens ao exterior, por conta do sucesso das novelas brasileiras em muitos países.

Então, no fim do ano passado eu resolvi descansar um pouco, e ao mesmo tempo repensar minha vida profissional como atriz. É o que estou fazendo. Acabei de gravar "Carmem" em maio do ano passado e pretendo ficar pelo menos até maio deste ano refletindo. Tenho lido muitas peças, e estou encaminhando duas produções para teatro, mas não tenho pressa, não quero me sentir pressionada. Uma coisa me parece certa. Eu ainda não descansei o suficiente da televisão.

Também do ponto de vista estético tenho observado tudo, e tenho procurado uma espécie de encantamento, porque acredito que você só pode se submeter a um projeto profissional quando está encantada por ele. Isso significa que estou qualificando meu projeto de atriz, acho que já trabalhei bastante para chegar a esse ponto. Eu estou me dando este direito de ficar até maio "fingindo de morta". Enquanto isso, tenho participado da campanha "Salve a Amazônia", inclusive assistindo pessoalmente várias atividades, como o encontro dos índios, agora em Almirante, e o encontro dos povos da floresta, que será em março no Acre.

Quero frisar que faço isso, que tenho dotado esta opção, de modo muito consistente e tranqüilo. Estou cheia de esperanças com a eleição presidencial e com o futuro. Sinto que apesar de tudo este é um país muito promissor, muito rico, um país

que pode conduzir mudanças muito importantes nesta virada do século.

Classe: Aliás, como você vê a relação entre a luta ecológica e a transformação política e econômica da sociedade?

A saída do Brasil é fazer reforma agrária e não pagar a dívida

Lucélia: Eu não vejo estes aspectos desassociados. A luta pela ecologia não é algo superficial. Ela passa, por exemplo, pela erradicação da miséria no nosso país. Eu acho, inclusive, que estamos vivendo um tempo em que os caminhos se cruzaram, em que a transformação social e a preservação da vida são uma coisa só. Acho que não se pode falar mais numa das coisas sem se referir obrigatoriamente à outra, e é esse o sentido que tento dar à minha atuação política. Não se pode falar da preservação da vida sem falar por exemplo na miséria brasileira, e não se pode falar em uma sociedade diferente sem defender o próprio ar que se respira, o ambiente geográfico em que, enfim, se vive. Não se pode defender melhores condições de vida para um operário sem exigir a despoluição de seu ambiente de trabalho. Que representa o salário-insalubridade que as empresas pagam diante de ouvidos destruídos, de pulmões arrasados?

A frente progressista é fundamental nessas eleições

E sem dúvida eu acho que a transformação do Brasil, para que ele seja um dia o país que nós queremos, exige duas decisões fundamentais: Primeiro, reforma agrária, porque não se pode pensar o Brasil, mais nem um minuto, sem garantir, de acordo com as características próprias de cada região, o acesso dos trabalhadores à terra.

Segundo, a dívida externa. A minha impressão é que não se deve pagar nada. É preciso que o país pare com este pagamento infernal de juros e assumam a consciência de que na verdade é credor da comunidade financeira. Além de tudo, a dívida foi feita à revelia da nação, por um governo ilegítimo, e para financiar projetos absurdos, como usinas atômicas que nunca geraram um watt de potência, rodovias como a Transamazônica, que destruíram a natureza para ligar o nada ao lugar nenhum, e absurdos tão grandes ou maiores que estes.



Lucélia: "Política não é uma coisa chata. Chato é deixar o poder nas mãos de quem o detém."

Classe: Certamente as eleições presidenciais deste ano têm muito a ver com a construção de um futuro diferente para o povo. E tem surgido com força a idéia de articular uma frente progressista, unindo partidos como o PT, o PV a que você pertence, o PCdoB e o PSB. Qual sua opinião a respeito?

Lucélia: Eu acho fundamental que esta frente se forme. É a união das forças que querem mudar o país, é nosso objetivo, também. E na minha opinião deve ser formada por estes partidos mesmo que você relacionou. Restaria escolher um candidato, e tenho a impressão que deveríamos somar forças em torno do Lula.

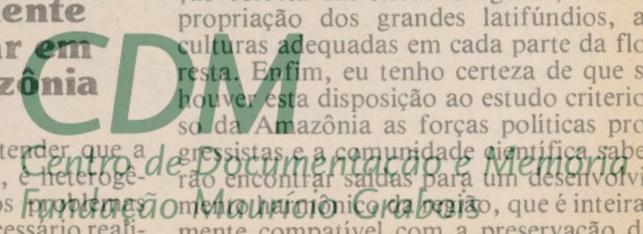
Classe: Um dos problemas fundamentais que um governo progressista terá de enfrentar é a questão amazônica. Que itens você, que está tão envolvida com o problema, apontaria para constarem num programa das forças populares para a região?

O novo presidente precisa estudar em detalhe a Amazônia

Lucélia: É preciso entender que a Amazônia é enorme, é heterogênea, e tem inúmeros problemas específicos. Seria necessário realizar estudos sobre as características pró-

prias de cada região específica, para chegar inclusive a conclusões sobre a exploração econômica racional e preservacionista de cada uma destas regiões. O que vai tornar possível descobrir estas alternativas é a pesquisa árdua, o conhecimento de fato das inúmeras potencialidades que a Amazônia concentra. Enquanto isso é indispensável acabar terminantemente com a exploração predatória, com a remessa de nossas riquezas ao exterior. O que enviamos de ouro, de madeiras, de inúmeras outras riquezas, através inclusive da prática generalizada da corrupção é algo absolutamente inimaginável.

O que a gente reivindicaria de um candidato, portanto, é que ele assumisse um compromisso inequívoco em defesa da região, e que incentivasse o desenvolvimento de estudos os mais amplos para definir as formas adequadas de atividade econômica — a mineração sem o emprego de mercúrio e sem poluir os rios, a demarcação correta das terras indígenas, a desapropriação dos grandes latifúndios, as culturas adequadas em cada parte da floresta. Enfim, eu tenho certeza de que se houver esta disposição ao estudo criterioso da Amazônia as forças políticas progressistas e a comunidade científica saberão encontrar saídas para um desenvolvimento econômico que é inteiramente compatível com a preservação da natureza.



“CSC fará um grande congresso”

Será aberto nesta sexta-feira, dia 24, no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o 1º Congresso da Corrente Sindical Classista (CSC). Está prevista a participação de aproximadamente 2 mil delegados, representando cerca de 600 entidades sindicais, inclusive delegações oficiais da Federação Nacional dos Trabalhadores Urbanitários, Federação Nacional dos Aeroviários, Federação Nacional dos Médicos, federações estaduais de trabalhadores rurais de Goiás, Bahia e Amazonas, Sindicato Nacional dos Aeronautas, além de outras associações sindicais. “Um acontecimento expressivo”, conforme Sérgio Barroso, da coordenação nacional da CSC, que concedeu a seguinte entrevista à “Classe Operária”:

“Classe”: Quais as perspectivas da Corrente Sindical Classista?

Barroso: A corrente busca forjar um sindicalismo mais avançado, classista, unitário e de luta no país. Não existe perspectiva para o movimento operário e sindical no Brasil hoje se ele não abraçar politicamente as idéias avançadas que ajudem a luta geral do povo rumo à liquidação do sistema capitalista, e é esta a proposta da corrente.

A trajetória do movimento operário brasileiro indica que, para alcançar um nível mais elevado, é preciso que o sindicalismo rompa com as concepções mais atrasadas e reformistas, que sempre precisaram ser batidas, derrotadas, para possibilitar o avanço da luta dos trabalhadores. A situação atual, após a reorganização do movimento sindical a partir de 1978, é de desenvolvimento desta luta, dentro deste processo de evolução de um capitalismo marcadamente dependente, mas já com um certo grau de organização econômica acentuado.

Este desenvolvimento capitalista concentrou grande parcela do proletariado em grandes empresas e aumentou substancialmente a participação relativa dos trabalhadores em atividades de serviços na produção. Sobre a base deste desenvolvimento, e também favorecido pela desarticulação do sindicalismo e do movimento revolucionário pelos anos de ditadura militar, surgiram com força idéias antiunitárias, de um lado, e, de outro, concepções claramente reformistas, de colaboração de classes. Tais idéias proliferaram destacadamente a partir do processo de democratização. A corrente é também um instrumento de combate a essas concepções.

“Classe”: Qual o papel que cabe à corrente e ao movimento sindical diante da crise brasileira?

Barroso: A crise que o país atravessa é sabidamente profunda e tem caráter estrutural. Ela coloca a necessidade de que o movimento operário e sindical jogue um papel realmente de vanguarda no processo de libertação popular, uma vez que para livrar a nação da crise é preciso conquistar um novo tipo de governo.

A Corrente Sindical Classista (CSC) tem esses objetivos mais gerais, o papel dela, nesta situação, é ser uma alternativa avançada para o movimento sindical e os trabalhadores, um instrumento para influir nesta luta política mais geral.

“Classe”: Qual o balanço de um ano de existência da CSC?

Barroso: A receptividade do movimento sindical à corrente foi e é muito positiva. A divisão de fato do movimento sindical, as debilidades das duas centrais (CUT e CGT), além da existência de um campo grande do movimento que não se aproxima das atuais articulações intersindicais, tudo isto favoreceu a estruturação da corrente, que responde à necessidade de respostas mais unitárias e combativas do movimento sindical no país. Este quadro possibilitou a coordenação da corrente em todos os Estados brasileiros, depois do rompimento com a direção da CGT em abril de 1988. A CSC vem se estruturando como uma força importante do movimento sindical hoje, que se esforça para estar presente nas lutas dos trabalhadores — sin-

dical e política mais geral — e deverá sair fortalecida deste congresso.

“Classe”: Existe, atualmente, alguma perspectiva de unificação do movimento sindical brasileiro?

Barroso: Uma das principais tarefas da CSC é sustentar a bandeira da unidade orgânica do sindicalismo brasileiro. Sabemos que, na situação atual, os setores pelegos — a direita do sindicalismo, o de “resultados” e outros — não só não têm interesses na unidade como procuram a todo custo impedir, mesmo nas lutas concretas, a unidade de ação contra patrões e governo, são divisionistas.

De outro lado, na CUT infelizmente ainda prevalece o exclusivismo político, uma marca divisionista bastante acentuada. Apesar disto, a tendência do congresso da corrente classista é se definir por uma aliança prioritária com a CUT, que possa abrir caminho para a discussão política no sentido da construção de uma unidade mais ampla.

“Classe”: Quais os motivos que justificam uma aliança prioritária com a CUT?



Foto: Arquivo

“É preciso ter uma perspectiva avançada para as lutas”

Barroso: Esta aliança prioritária ou trabalho de frente única com a CUT é necessária por duas razões básicas. A primeira é que os trabalhadores precisam juntar forças no movimento sindical para enfrentar a crise econômica e também pela situação política que surgiu após as eleições de 1988, que forçam os setores populares a levar adiante as conquistas, os avanços obtidos no campo político.

Ao lado disto, há ainda a tentativa de rearticulação da CGT, hoje uma central identificada plenamente com a direita, uma central de direita, que precisa ser levada em conta. Nós achamos que atuar no campo da CGT corresponde, hoje, a uma manifestação declarada de traição aos trabalhadores. A CGT causa repúdio entre os sindicalistas mais avançados e mesmo entre os mais moderados. É o principal instrumento de domesticação dos trabalhadores a serviço

dos patrões. Além disto, é uma central em completa decadência, praticamente só existe no Rio de Janeiro, onde é sustentada pelos revisionistas do PCB, e em São Paulo, onde é dirigida por Magri e Joaquinão. O resto que está filiado à CGT é sindicato de carimbo.

“Classe”: Fale sobre os principais temas e as prováveis resoluções do congresso.

Barroso: Antes de tudo, o congresso vai tirar uma resolução firme em defesa da greve geral. O movimento sindical tem uma dívida de honra com os trabalhadores em relação a este plano, que consolida o maior arrocho salarial da história do país, e que vai inevitavelmente piorar a situação de vida dos trabalhadores e exigir mais luta. O congresso deve ainda debater a situação política do país. É uma grande oportunidade para que o sindicalismo discuta a sucessão presidencial e defina qual o melhor caminho a ser seguido pelos trabalhadores. Evidentemente também serão debatidos outros temas de grande relevância como a privatização das estatais, dívida externa, reforma agrária e a violência no campo.

“Classe”: E quanto à participação no encontro, o que se espera?

Barroso: A expectativa é de realizar um congresso com uma participação relativamente grande, cerca de 2 mil delegados representando aproximadamente 600 entidades sindicais. Isto será um grande êxito, considerando a realidade e a organização do movimento sindical. Do congresso nós pensamos também sair com uma nova estruturação da corrente em nível nacional. A idéia é compor um secretariado, uma direção mais definida, que contemple a necessidade de consolidar organicamente a CSC em todos os Estados, conceder-lhe uma estrutura própria, em melhores condições materiais, financeiras e políticas de funcionamento.



Foto: Aguiinaldo Zordanoni

Sérgio Barroso foi primeiro secretário da CGT até a criação da corrente classista.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Um acontecimento histórico

O 1º Congresso Nacional da Corrente Sindical Classista, a ser realizado no Rio dias 24, 25 e 26, reveste-se de particular importância e certamente ocupará lugar de destaque na história do sindicalismo brasileiro. Na pauta do encontro estão temas relacionados à conjuntura de crise política e econômica, a situação do sindicalismo e a definição de um plano de ação que impulse a luta dos trabalhadores. Também deverá ser tomada uma posição resoluta a favor da greve geral contra o pacote.

O encontro evidencia a consolidação da tendência sindical mais avançada existente no país. Reside nisto sua enorme relevância. Não se pode dizer que a idéia e os esforços desenvolvidos no sentido de implantar uma corrente classista no movimento sindical sejam uma coisa nova e menos ainda específica do Brasil, pois a rigor ela acompanha toda a história da organização e da luta do proletariado no mundo.

Consciência histórica

O que diferencia a corrente classista de outras tendências sindicais e constitui, digamos assim, seu traço ou sua característica fundamental, é precisamente a finalidade que se propõe, de elevar a consciência, e com ela o nível de luta, do proletariado à altura de sua missão histórica, do seu papel de coeiro do capitalismo e vanguarda de um novo sistema social — o socialismo.

A história registra a ação de idéias deste tipo no movimento sindical — de uma corrente classista —, com maior ou menor grau de organização e características variadas, desde o século passado, quando as parcelas mais avançadas do



A Corrente Sindical Classista foi fundada na plenária sindical realizada na cidade de Campinas (SP), em 1988

proletariado atingiram a consciência do papel reservado pela história à sua classe e o socialismo deixou de ser uma utopia para se transformar numa ciência.

Essas idéias sempre se desenvolveram na luta sem quartel contra tendências de variadas matizes que, em última instância, desviavam o proletariado dos seus objetivos maiores, dificultando sua compreensão sobre a origem da exploração capitalista e o modo de superá-la e contribuindo assim para mantê-lo escravizado ao sistema. Evoluíram no combate frontal às tendências reformistas, especialmente, que limitam os objetivos da luta de classes às conquistas econômicas e reformas dentro do capitalismo, de modo a minimizar os efeitos da exploração preservando, no entanto, o sistema que a origina.

Esta concepção, que mantém bem alta a bandeira histó-

rica do proletariado e luta com todas as forças para retirá-lo da órbita de influência das idéias burguesas e pequeno-burguesas, teve momentos de grandes êxitos em plano mundial neste século, principalmente após a revolução soviética de 1917. Porém, sofreu um terrível golpe na década de 50, com a ascensão de idéias reformistas que, desde então, hegemonizam o movimento operário e sindical em todo o mundo. Mas, apesar dos pesares, ela vem retomando seu lugar e agora já conta, no Brasil, com uma força relativamente expressiva.

Congresso histórico

Neste contexto, é inegável que o primeiro congresso da corrente classista possui uma relevância histórica, constitui um passo significativo na marcha do proletariado brasileiro em direção aos seus objetivos

cardiais, principalmente se for considerada a circunstância em que se realiza — de verdadeira encruzilhada histórica em que o país vive.

Várias das lideranças que hoje organizam a corrente classista surgiram no período da retomada das mobilizações dos trabalhadores, ainda durante o regime militar, no final da década de 70. Foram, então, expoentes do movimento pela rearticulação das intersindicais, participando da realização unitária do 1º Conclat em 1981.

Quando da cisão do sindicalismo brasileiro, em 1983, esse mesmo setor fez duras críticas aos fundadores da CUT, condenando a ação exclusivista e divisionista, as práticas anti-sindicais e o paralelismo. Durante mais de dois anos, participaram de uma articulação nacional, a Conclat, que tinha como eixo principal a reunificação do movimento sindical e a construção de uma central

única. Inviabilizada essa proposta — principalmente devido à intransigência da CUT —, o setor classista contribuiu de maneira decisiva para a fundação e estruturação da CGT.

No interior da nova central, entretanto, as teses classistas esbarraram em obstáculos erguidos por dirigentes sindicais apelegados, que acabaram fundando o chamado "sindicalismo de resultados" e tomando a direção da CGT de assalto em janeiro de 1988. A nova direção sindical se opôs a articulações unitárias, como a greve geral de outubro de 1987, e passou a defender abertamente propostas patronais na Constituinte, além de apelar para o banditismo sindical.

Diante do golpe direitista, os sindicalistas classistas romperam com a direção da CGT e fundaram a Corrente Sindical Classista (CSN) em abril do ano passado, numa reunião plenária realizada em Campinas (SP). A CSC nasceu com uma base respeitável, pois angariou o apoio e adesão da maioria das CGTs estaduais, que se recusaram a seguir o esteio do peleguismo "de resultados".

Por suas propostas avançadas e sua prática combativa, a corrente ampliou sua influência. Mesmo com uma estrutura material frágil, pode-se dizer até inexistente, jogou seu papel no combate à trama do "pacto social", num momento em que a CGT era participante ativa da comédia e setores majoritários da CUT demonstraram vacilações e, mais recentemente, defendeu com firmeza a proposta de greve geral contra o p verão, recessivo e entreguista, do governo Sarney.

CURTAS

Foi "uma provocação a toda a sociedade brasileira", conforme o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Marcelo Felício. O Exército resolveu condecorar os PMs que participaram da chacina na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que resultou no assassinato de três operários, em novembro do ano passado, com a Medalha do Pacificador, uma das mais altas da instituição. A conduta cínica revela bem o ódio do Exército à classe operária e ao povo brasileiro, seu papel de serviçal das classes dominantes e inimigo dos trabalhadores.

Não se sabe ainda se por coincidência, um dia depois da condecoração dos PMs pelo Exército, na manhã de 21 de fevereiro, o prefeito de Volta Redonda e ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da cidade, Juárez Antunes,

morreu vitimado por um ainda inexplicado acidente automobilístico, na estrada Belo Horizonte—Brasília, a 200 quilômetros da capital mineira. Os operários pararam a empresa no dia e realizaram uma passeata até a Prefeitura, onde estava o corpo de Antunes e marcaram paralisações parciais para o dia seguinte. Pairem fortes suspeitas de que não se tratou de um simples "acidente", uma vez que o metalúrgico (trabalhou como tal 26 anos na CSN) estava ameaçado de morte pela UDR, juntamente com o bispo diocesano da cidade, dom Waldir Calheiros.

O metalúrgico Geraldo Gomes da Silva, 32 anos, casado e pai de dois filhos, estava operando uma prensa hidráulica quando teve sua cabeça esmagada pela máquina e morreu na manhã do dia 20, no interior da Volkswagen (multinacional alemã) em São Bernardo do Campo. O acidente ocorreu por falta de manutenção nos equipamentos da empresa. Os operários

reagiram indignados à negligência criminoso da multinacional, paralisaram a empresa e fizeram uma passeata da fábrica à Igreja Matriz da cidade. O sindicato da categoria registrou a ocorrência de 5 mil acidentes de trabalho no ano passado, seis deles fatais.

Os dados são dramáticos e tratam fielmente o descaso do patronato perante a vida dos trabalhadores. Foram coletados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Referem-se aos acidentes de trabalho naquele município. Em apenas um ano, o de 1988, registraram-se ali nada menos do que 19.756 acidentes. Nos últimos 10 anos (1979/88) ocorreram 156.767 acidentes resultando em 357 mortos, 667 incapacitações permanentes e 131 doenças profissionais.

O juiz da 15ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo considerou arbitrarias e ilegais as

demissões dos 30 membros do Conselho de Representantes de Empregados do Metrô (CRE) e quatro dirigentes sindicais, efetuadas pelo governador Orestes Quércia após a greve realizada nos dias 4, 5, 6, 7 e 8 de novembro. Os trabalhadores serão reintegrados às suas funções nesta quinta-feira, dia 23, por determinação do magistrado, expedida através de medida cautelar. "Quércia não respeitou sequer os funcionários que tinham estabilidade no emprego", lembra Wagner Gomes, acrescentando: "Agora nossa luta é pela readmissão dos outros 314 metroviários que foram colocados no olho da rua."

Os jornalistas cariocas deflagram greve no dia 14 reivindicando reajuste de 107% ao patronato. O movimento contou com uma adesão parcial, mas **Fundação Nacional de Doutrina e Cultura** e **Fundação Nacional de Doutrina e Cultura** nas rádios Globo e Jovem Pan, bem como nos jornais do Comércio, Última Hora, Tribuna da Imprensa e emissoras de televisão (TVS, Bandeirã-

tes, Manchete e Rio) a adesão foi de 100%.

A Fiesp decidiu que não vai cumprir as cláusulas do acordo coletivo que firmou em novembro do ano passado com os metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, alegando que ele contraria o plano verão de Sarney. Um desrespeito aberto aos trabalhadores, que constitui também uma ilegalidade (acordo coletivo tem valor de lei). Muitos operários da região estão pensando em reagir à altura: com greves.

O governo anda com dificuldades nesses dias para emitir dinheiro. E que os 2,8 mil funcionários da Casa da Moeda estão há vários dias em greve reivindicando a reposição de perdas salariais, incluindo os 16,6% cobrados pelo Plano Bresser, além de 19% referentes a aumento real mais a produtividade relativa ao período de um ano.



QUESTÃO DE ORDEM

João Batista Lemos*

Quais os rumos da corrente classista?

Educar e organizar o proletariado em torno dos seus objetivos centrais — a liquidação do capitalismo e a conquista de um novo sistema social — constitui a tarefa da Corrente Sindical Classista (CSC). Mas não é nada simples executá-la. Ela pressupõe uma luta enérgica contra o caráter imediato e economicista das batalhas travadas pelo movimento sindical, a derrota das concepções reformistas hoje predominantes neste meio e a multiplicação de lideranças classistas.

Tendo em vista este objetivo, é preciso saber identificar os rumos que se devem seguir para viabilizá-lo. Desde sua fundação, em abril do ano passado, a corrente nunca pretendeu se constituir como uma nova central sindical. A mais ampla unidade do movimento sindical sempre foi, e com certeza continuará sendo, uma de suas bandeiras fundamentais.

A unidade, com efeito, é uma alavanca poderosa e insubstituível para o fortalecimento da luta dos assalariados contra a exploração, facilita a conscientização das classes trabalhadoras acerca de seus objetivos no combate contra o capital, favorece a formação de um sindicalismo classista, democrático e de luta. Formar, neste momento, uma outra central sindical resultaria no aprofundamento da divisão. Seria, por consequência, um ato contrário aos interesses do proletariado e, por extensão, da Corrente Sindical Classista.

Isto não significa, porém, que se deva desprezar a existência e a importância das centrais sindicais. Ao contrário, interessa ao proletariado a formação e consolidação de uma única central, um comando único para a luta de classes dos trabalhadores a nível nacional. Não é esta, evidentemente, a realidade do movimento sindical brasileiro hoje. A existência de mais de uma central é um fato, desagradável mas com o qual somos forçados a conviver no momento.

E é dentro desta conjuntura sindical (adversa sob

muitos aspectos) que se discute os rumos da CSC. Embora compreendendo a importância da central única, a corrente organiza-se presentemente à margem das articulações intersindicais que reivindicam o status de centrais (CUT e CGT, principalmente). Trata-se de uma conduta coerente com os princípios de um sindicalismo classista e unitário, mas seria errado, além de indesejável, pretender que ela tenha um caráter permanente.

A CSC continuará procurando as formas concretas de viabilizar a unidade do movimento sindical. E, ainda que de imediato não venha a se constituir uma central unitária um primeiro passo (premente) é a união das forças mais progressistas do sindicalismo. Isto corresponde, também, à necessidade que se manifesta num plano mais amplo, político, de formação de uma frente com a nova configuração que a realidade criada pelas eleições do ano passado exige, uma frente que unifique as esquerdas.

A luz dessas observações não é difícil verificar que a CGT, transformada num aparelho do sindicalismo pelego de direita (de resto imobilista), deve ser excluída das cogitações da corrente na articulação de uma maior unidade entre os setores progressistas do movimento sindical. Impõe-se o estabelecimento de uma aliança prioritária da CSC com a Central Única dos Trabalhadores, a CUT. Apesar dos problemas e debilidades da CUT, ela reúne lideranças expressivas — e combativas — do proletariado, e tem conseguido se viabilizar como central. Neste rumo, a corrente deve trabalhar, igualmente, para que a frente com a CUT tenha desdobramentos mais avançados, desembocando numa unificação mais ampla com a perspectiva de atingir, mais tarde, o objetivo de uma central verdadeiramente única dos trabalhadores.

*da Direção Nacional do PCdoB

A agitação da greve geral já teve início

Dois dias de greve geral contra o pacote econômico de Sarney: 14 e 15 de março. Foi esta a decisão tomada pelas centrais sindicais em reunião realizada dia 13 deste mês em Brasília. A mobilização dos trabalhadores para a paralisação já foi iniciada, com atos públicos nos dias 16 e 18 em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O repúdio popular ao plano verão, captado inclusive pelas pesquisas, evidencia a existência de condições favoráveis ao movimento, que tende a ter uma adesão mais ampla que as greves gerais realizadas em 1983, 1986 e 1987. Constatam-se, porém, alguns problemas. A Corrente Sindical Classista, por exemplo, ainda não foi convidada a participar do comando nacional de greve, enquanto a CGT, embora tenha aderido formalmente à paralisação, nada fez até agora para ajudar na mobilização dos assalariados.

Erundina

Em São Paulo, a prefeita Luíza Erundina participou da manifestação realizada dia 16 na Praça da Sé a fim de convocar a greve, que reuniu cerca de 2 mil pessoas. Explicando que comparecia à praça na condição de militante política, e não como prefeita, ela fez duras críticas ao plano verão, declarou que a greve é um direito democrático dos trabalhadores consagrado na Constituição e esclareceu que não punirá os funcionários municipais que aderirem ao movimento. Falaram também no ato representantes de partidos políticos (como o vereador Eustáquio Vital Nolasco, pelo PCdoB) e o coordenador da Corrente Classista, Nivaldo Santana.

No Rio de Janeiro, a passeata convocada para divulgar a greve reuniu 4 mil pessoas. O ato político com que foi concluída, no entanto, revelou-se estreito. A Corrente Sindical

Classista (CSC), que havia participado intensamente da convocação ao lado da CUT, não pôde falar, assim como representantes de partidos políticos. A palavra foi aberta apenas para um dirigente da CUT e outro da CGT, embora esta última central pouco ou nada tenha feito no sentido de mobilizar o povo para a manifestação. Em Belo Horizonte, cerca de 800 pessoas estiveram presentes ao ato convocado pelos sindicalistas para preparar a greve geral.

Ainda como atividade de preparação está prevista para esta sexta-feira, dia 24, uma reunião entre sindicalistas e representantes dos partidos políticos para definir formas mais amplas de apoio e participação na paralisação. E o dia 1º de março foi escolhido Dia Nacional de Mobilização pela Greve Geral, estando previstas manifestações em todo o país.

Greve política

A Corrente Sindical Classista (CSC) “mobilizará todas as suas forças para a greve”, garante Jamil Murad, diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo. “No momento”, comenta, “nós estamos organizando o congresso, a ser realizado no Rio dias 24 e 26, mas estamos vinculando esta atividade com a convocação para a paralisação. O próprio congresso será um momento privilegiado de debate e agitação da greve, nossa posição é firme em favor do movimento e faremos de tudo para que conte com uma grande adesão dos trabalhadores”.

Ele acrescenta que quem está efetivamente trabalhando a favor da greve “é a CUT e a CSC, onde vem sendo realizado ato público é porque nós os preparamos juntamente com a CUT, a CGT só está apoiando de boca, para não ficar desmoralizada. Mas não tem feito nada”. Murad entende que o movimento sindical deve buscar o apoio na sociedade “in-

clusive em setores não assalariados, como pequenos e médios empresários, que também estão sendo prejudicados pela política econômica em vigor”.

Outro membro da corrente classista, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Sabesp e Cetesb, Nivaldo Santana, enfatiza que a greve “é essencialmente política e este seu caráter tem de ser ressaltado. A CSC vai divulgar amplamente isto, inclusive como meio de conscientizar os assalariados e ajudá-los a compreender o alcance desta luta. Não nos interessa nem ocultar isto e muito menos diminuir a dimensão do movimento, como vem sendo feito pela CGT, que não aceitou a inclusão da palavra-de-ordem ‘Fora Sarney’ na pauta da greve”.

Para Nivaldo Santana “é patente que a greve se volta contra o governo Sarney e sua política econômica entreguista, a serviço dos agiotas internacionais e do FMI. É claro, igualmente, que enquanto perdurar este desgoverno os trabalhadores não terão suas reivindicações econômicas atendidas. É preciso, portanto, lutar por um novo governo, democrático e comprometido com os interesses populares. Não há motivos para esconder esta realidade aos trabalhadores. Pelo contrário, é preciso que eles se conscientizem disto. Ele finaliza argumentando que “além de exigir a reposição das perdas salariais, o movimento deve incorporar outras bandeiras como a do não pagamento da dívida externa, a luta contra a privatização, o desemprego e a recessão, assim como o ‘Fora Sarney’, entre outras. É preciso ainda ter em conta que a greve se realiza num momento de grande polarização política no país, onde de um lado se colocam as forças de esquerda e de outro as de direita. Evidentemente devemos trabalhar no sentido de que a greve favoreça o campo progressista”.



Luíza Erundina, prefeita de São Paulo, foi à Praça da Sé dia 16 e manifestou seu apoio à paralisação

Reforço do PCdoB nas regiões proletárias de São Paulo

Nos dois principais centros operários de São Paulo, Zona Sul e Mooca, foram realizadas Conferências Distritais do PCdoB visando reforçar as direções do partido nas áreas. Na Zona Sul, Aurélio Peres foi eleito secretário político, com Joel Batista na secretaria de organização e Arnaldo Alves na secretaria de agitação e propaganda.

Todos os organismos de base da região participaram da conferência. Segundo Aurélio Peres, ex-deputado federal do partido, a reunião ganhou importância "na medida em que, depois de enfrentar os problemas que nossa organização viveu em São Paulo, particularmente na Zona Sul, fatos novos aconteceram na conjuntura nacional e local. A conferência não se realiza para corrigir problemas graves, mas inspirada por coisas positivas. Ela vai afinar o partido para que ele jogue seu papel, fique enraizado na classe operária. Vamos consolidar os atuais dirigentes, incorporar novos que se destaca na luta e preparar e reforçar a organização política de proletariado".

Vital Nolasco, operário da Zona Sul eleito vereador, destacou que o partido "sempre teve como característica a combatividade e a influência de massas nesta região. Mas sempre tivemos dificuldades organizativas. Agora vamos dar um salto, organizando um partido grande, de operários, nas fábricas, em bases leninistas".

Joel salientou que o plano do PCdoB na Zona Sul "é multiplicar o número de bases e ligar o partido às massas. Temos presente a questão fundamental de reforçar os laços do partido com a classe operária. Estamos tratando também de concepções organizativas. O Partido deve ter uma direção

coletiva, e não individual. E temos que buscar uma atividade de planificação, que rejeite o espontaneísmo".

Defesa do Partido

Arnaldo Alves foi incisivo: "Os inimigos fizeram de tudo para sabotar a construção do Partido e minar as bases de sua concepção ideológica. Mas as alterações que hoje fazemos na direção não se deve ao fato dela não ter cumprido seu papel. Não. Nós vamos reorganizá-la para que fique melhor ajustada à realidade, para azeitar o funcionamento de nosso Partido, objetivando construir bases sólidas".

Maria Saraiva, antiga militante da região, líder de movimentos populares desde a época do Movimento Contra a Carestia, nos anos 70, deu seu depoimento: "Eu, que acompanhei e vivi as baixas e as traições ocorridas no Partido aqui na Zona Sul, vejo agora esta Conferência como uma grande vitória do Partido, dos que ficaram fiéis aos objetivos da classe operária. Daqui para a frente o Partido vai avançar, haja vista a vitória eleitoral aqui na Zona Sul. Vamos defender o Partido e avançar para a revolução".

Reforço na Mooca

Também na região da Mooca o PCdoB realizou conferência distrital. Jairo José, operário têxtil, foi reeleito secretário político; Neleu Alves, ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, ficou na secretaria de organização; e Gregório Poço, operário na CMTC, foi para a secretaria de agitação e propaganda.

Jairo afirmou que "a prioridade de nossa atuação é o movimento operário. Esta é a segunda região operária da capital, em metalúrgicos e têxteis.

E os têxteis têm o segundo maior sindicato da capital, com 80 mil operários na base. Por isso vamos priorizar o trabalho com essas categorias, sem esquecer a importância de nossa atividade entre os operários das indústrias de laticínios e entre os professores, onde te-

mos grande influência, além das frentes da juventude, da mulher e de bairros".

Na opinião de Gregório Poço "o Partido precisa escancarar suas portas na Mooca. Precisamos levar nossa política para as grandes massas". Nele completou afirmando que a

direção distrital "tem um plano de atuação. Mas não é um plano acabado. É um plano de discutirmos com os organismos de base, para aperfeiçoar. Temos 3 milhões de habitantes nesta região, e precisamos apresentar a eles a política revolucionária do PCdoB".

Direções firmes e capazes

Walter Sorrentino*

A Conferência Extraordinária em Santo Amaro foi a última de uma série de medidas destinadas a preparar o terreno para o fortalecimento do partido em São Paulo. Inseriu-se no plano da direção regional em reorganizar o trabalho de direção intermediária distrital nas áreas da capital — entre elas Santo Amaro, Mooca e Lapa, que são os principais distritos operários. Com o mesmo objetivo foram constituídos órgãos zonais no interior, que potencializam a formação dos dirigentes comunistas de importantes pólos — as regiões do ABC paulista, de Campinas, do Vale do Paraíba e de Marília — e permitem um contato mais próximo e regular do partido nessas áreas com a Executiva Regional.

Essas medidas partem do reconhecimento de que o elo principal das medidas organizativas necessárias ao fortalecimento do partido reside na existência de sólidos núcleos dirigentes em todos os níveis, particularmente nos distritais e municipais, mas também nas organizações de base. Formar esses dirigentes, construir essas direções, consolidar esses núcleos é tarefa de primeiríssima ordem neste momento.

A experiência viva tem dado provas de que onde há núcleos dirigentes estáveis, formados por camaradas firmes e experientes, capacitados a orientar de forma viva e concreta a ação das OBs — militantes nas várias frentes de atuação, que sejam eles próprios referências políticas de massas, o partido se desenvolve, intensifica sua ação política e fortalece a organização. Os quadros vão se formando na escola da luta; os militantes que ingressam tem sua evolução favorecida. Dizemos que, nessas circunstâncias, a vida de partido é uma "boa escola".

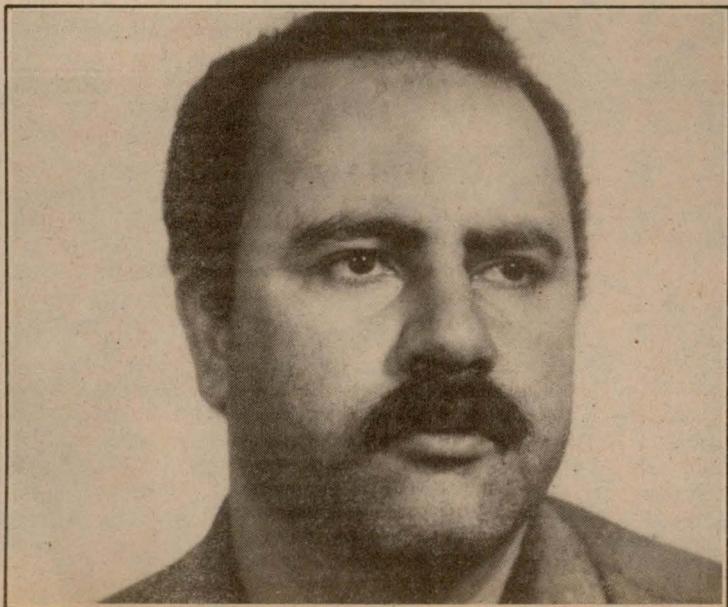
Com as novas direções intermediárias, temos agora uma base mais sólida para o esforço concentrado do par-

tido em São Paulo em fortalecer numericamente suas fileiras militantes. O órgão oficial do Diretório Regional, o "Unidade da Classe Operária", dá os objetivos e meios dessa campanha, que é alvo de planejamento de alto a baixo no partido, em correlação com as tarefas políticas colocadas na ordem do dia. Está prevista a realização de um Seminário Político Estadual nos dias 18 e 19 de março, para debater esses temas e comemorar o 25 de março, quando se completam 67 anos da fundação de nosso partido.

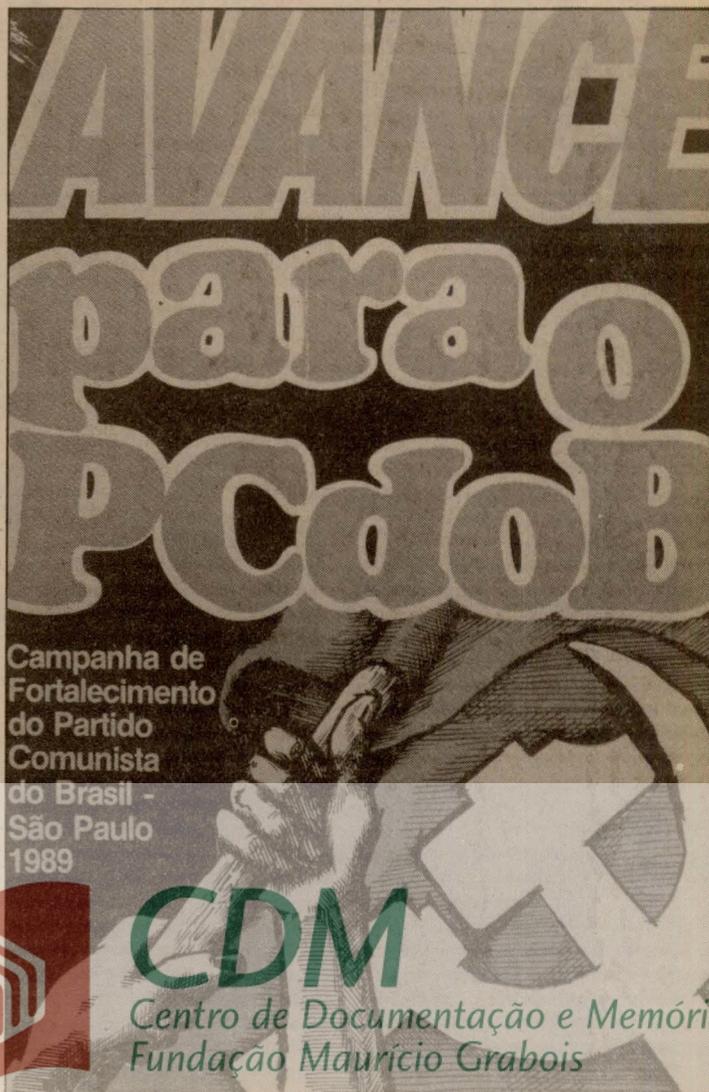
Abriu-se para os comunistas em São Paulo um novo período. A vitória política de novembro passado, particu-

larmente na capital, retomando o espaço de atuação parlamentar perdido em 1986, comprovou o acerto da reorganização partidária em curso nos últimos dois anos. Estabeleceu-se sólida unidade entre direções e bases, recobrou-se a autoconfiança. A Executiva Regional congratula-se com o coletivo e conclama à retomada plena do espírito combativo e de ampla ação política de massas, que é a vocação do PCdoB — ontem, hoje e sempre.

*Secretário de organização do DR-SP e membro da Direção Nacional do PCdoB



Aurélio: "Conferência vai afinar o Partido na Zona Sul".



Os 27 anos de reorganização do Partido Comunista do Brasil

CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Unidade: teoria e atividade prática

Rogério Lustosa *

Um partido revolucionário se apóia na unidade do povo. Para os comunistas, não basta aceitar formalmente esta orientação mas sim transformá-la em referencial prático da atividade cotidiana. E na luta ideológica denunciar que os que se opõem à unidade, são contra o progresso.

TENTAÇÃO E DESEJO

A sucessão presidencial deste ano será um teste importante para a aplicação desta diretriz. A proposta do PC do B, de união das forças populares para derrotar as elites, terá que sair da simples distribuição descomprometida de panfletos, para o terreno do combate acirrado e da defesa apaixonada e entusiástica por todos os militantes.

Apesar da concordância teórica, certas manifestações no dia a dia revelam, no mínimo, incompreensão. Alguns alegam que "o PT é muito exclusivista, contrário à unidade". Outros esmeram-se em encontrar defeitos nas administrações petistas recém-eleitas. Em muitos casos fica até difícil esconder "o desejo" de que, "por culpa do PT", a frente progressista não se realize. E que o Partido "seja forçado" a lançar um candidato por sua própria legenda. Parece que o cidadão foge da tentação (de se isolar) mas torce para que ela seja mais rápida e o alcance.

A QUEM INTERESSA

O erro de tais raciocínios está no ponto de partida. A quem interessa unir as forças de esquerda? Esta é a questão central. O fato desta ou daquela corrente pautar-se por orientações equivocadas deve ser levado em conta, mas não pode servir de pretexto para não se buscar o entendimento em torno de objetivos concretos.

Nos marcos do regime burguês, é compreensível que organizações não proletárias — e a própria burguesia — exerçam influência sobre significativas camadas de trabalhadores. Só

nas situações revolucionárias, se os comunistas adotarem uma política acertada nos períodos de "evolução pacífica", será possível um salto de qualidade na consciência da grande maioria e uma postura radical das massas diante do pensamento e do poder dominante.

Não custa lembrar que Tancredo Neves sempre se caracterizou pela conciliação. Mas a união das forças democráticas na luta das diretas-já conduziu Tancredo à posição de candidato da oposição contra a ditadura. Embora sem abdicar de suas convicções, foi forçado a mudar parte de seus planos e cumprir um papel que contribuiu para elevar a consciência e organização do povo.

PAPEL DE VANGUARDA

A última resistência é de caráter "prático". Tudo bem, diz nosso desconfiado combatente. Mas se o candidato for este ou aquele, terá condições de fazer um bom governo?

É claro que, mesmo nos marcos do sistema capitalista, interessa aos trabalhadores conquistar um governo mais democrático. Mas o objetivo de uma frente progressista, como propõe o PC do B, transcende em muito a simples busca de "um bom governo". O nome a ser indicado deve portanto, principalmente, unir o máximo de organizações ligadas ao povo.

O ator pode não ser o melhor. Mas o papel é convincente e empolgante. O cenário é vibrante e o elenco (o povo) é da melhor qualidade. Com tudo isto, para atuar de fato como vanguarda, o partido do proletariado se empenhará com o maior afinco na construção da frente. Muitos falam em unidade. Mas só os comunistas batalham por ela até às últimas conseqüências. Pois sabem que só com a união do povo a revolução se concretiza.

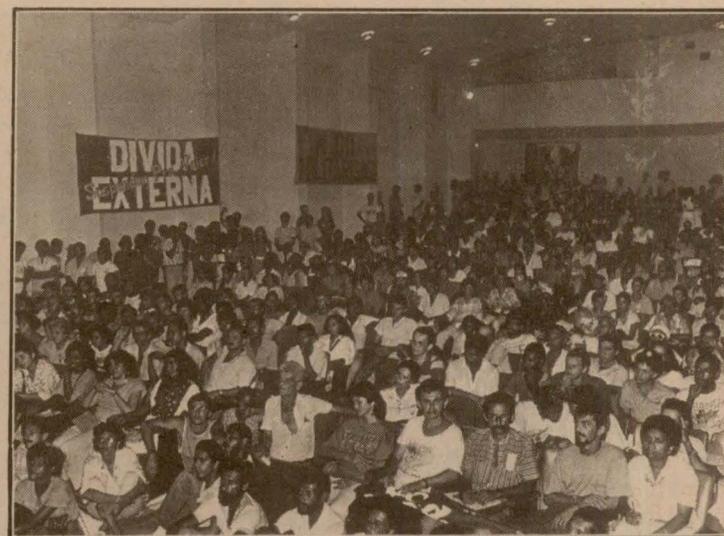
* da Direção Nacional do PCdoB

Transcorreu no dia 18 de fevereiro o 27º aniversário da Conferência Nacional Extraordinária que reorganizou o Partido Comunista do Brasil, reunida em 1962 na rua do Manifesto, bairro do Ipiranga, na cidade de São Paulo. A data é lembrada, e comemorada, com justo orgulho pelo movimento operário e comunista, pois refere-se a um momento particularmente grandioso e épico de nossa história.

A decisão de reorganizar o partido foi tomada e levada a efeito por algumas (poucas) dezenas de revolucionários, movidos por admirável instinto proletário e encabeçados por João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli, Lincoln Oeste e Elza Monerat, entre outros.

Compreende-se melhor a dimensão histórica e o caráter heróico da conferência quando se tem em mente algumas características do período em que ela ocorreu. A ascensão do revisionismo na União Soviética acabara de erguer uma enorme cortina de fumaça sobre o horizonte histórico, o movimento operário estava submerso em terrível confusão. Não era uma coisa simples manter a perspectiva e reencontrar o rumo da revolução proletária. Demandava audácia, perspicácia na defesa dos princípios marxistas-leninistas e muita coragem.

Os revisionistas liderados por Prestes, seguindo as pegadas de Krushev, impuseram a falsa linha do caminho pacífico para o socialismo, alteraram o nome do partido (para Partido Comunista



Comemoração dos 65 anos do PCdoB na Bahia: vitalidade

Brasileiro), assim como seus estatutos (abandonando o internacionalismo proletário e retirando a referência de que os comunistas se guiam pelo marxismo-leninismo), a fim de agradar a burguesia. Isto determinou a ruptura e a decisão de reorganização do Partido Comunista do Brasil.

Aquela altura ainda não estava suficientemente clara a traição revisionista operada na URSS, mas o faro de classe, o apego proletário aos princípios revolucionários, não deixavam margem a dúvidas sobre o odor fétido que emanava das idéias do renegado Prestes e seus seguidores.

Esses vinte sete anos de história comprovam que o ato, de grande coragem, foi obra de quem estava seguro de seus princípios e não de aventureiros. O partido não enfrentou apenas a terrível tempestade desencadeada pelo revisionis-

mo soviético, que teve outros desdobramentos como a proliferação de grupos pequeno-burgueses de variadas matizes na década de 60 e depois. Também teve de suportar a fúria assassina do regime militar. O PCdoB foi o partido que mais perdeu quadros e militantes durante a ditadura. Os generais mataram metade do Comitê Central do partido e, ao todo, aproximadamente uma centena de comunistas.

No entanto, desfruta atualmente de um vigor invejável — enquanto, de outro lado, os revisionistas do PCB marcharam para a desagregação, estão desmoralizados e divididos, sem peso político ou social que mereça consideração. A vida mostrou que o partido existe com a força característica de uma necessidade histórica, é uma vã ilusão burguesa imaginar que se pode esmagá-lo ou destruí-lo.

“Vamos para o socialismo”

O presidente do PCdoB, João Amazonas, participou recentemente de dois programas de televisão, “Vamos sair da crise”, da TV Gazeta, e “Roda Viva”, da TV Cultura de São Paulo, ambos retransmitidos para Brasília. No primeiro programa, Amazonas foi entrevistado por Alexandre Machado, que lhe fez perguntas sobre sua trajetória política, sua ascendência indígena, a luta em defesa da Amazônia e as posições do PCdoB, particularmente no que diz respeito à sucessão presidencial.

As eleições presidenciais também foram abordadas no programa “Roda Viva”, coordenado pelo jornalista Augusto Nunes e com a participação de entrevistadores das revistas “Veja” e “Isto é”, dos jornais “Folha” e “O Estado de São Paulo”, da TV Record, da Anistia Internacional, dentre outros.

Amazonas considerou uma incompreensão do momento político, por parte do partido



Amazonas, presidente do PCdoB

reita também é... Dentro desse mingau baiano não vai caber o bom apetite de ninguém”.

O presidente do PCdoB considerou que “a candidatura de Lula tem maior expressão popular. E tudo vai se resumir em que se chegue a uma coligação de amplas forças, com um núcleo de esquerda, mas que agregue também outros setores progressistas da sociedade brasileira. Um movimento amplo, com comando próprio, tempo de TV próprio, reunindo forças em torno de um candidato que não seria exclusivo de um partido, mas de todos os setores democráticos do país”.

Quando questionado sobre para onde caminham as águas da modernidade hoje, Amazonas respondeu: “Essas águas estão contidas. Foram criadas barreiras para impedir que elas cheguem ao mar. Mas a humanidade avança, inevitavelmente, para o progresso. Vamos para o socialismo!”

revisionista, o lançamento da candidatura de Roberto Freire a presidente, pelo PCB: “uma tentativa de dividir a esquerda, que não irá adiante”. Sobre Leonel Brizola, considerou que “ele teve uma trajetória democrática, de 1961 até o golpe de 64. Agora sua candidatura insiste em se apresentar como de esquerda. Mas no mesmo tempo Brizola declara que ‘o petróleo é nosso, e a di-

A URSS tem seu "Vietnã"

José Reinaldo Carvalho

No último dia 15 terminou a ocupação militar soviética no Afeganistão, iniciada há quase 10 anos. O governo da URSS tentou criar um clima festivo e até recebeu o general Boris Grasmov e suas tropas com fanfarras e manifestações no lado soviético da fronteira. Para efeito propagandístico interno e externo apresenta o fato como "mais uma iniciativa pacifista da era Gorbachev". Mas é muito difícil camuflar o que está por demais evidente dentro da própria União Soviética e em todo o mundo: a contundente derrota militar que sofreu. A própria imprensa oficial soviética foi obrigada a publicar declarações de ex-combatentes na guerra do Afeganistão, espelhando o clima de dor, desolação e lamentação nacional por ter participado de uma guerra a todos os títulos injusta, como o são todas as guerras em que uma das partes almeja objetivos escravizadores e a negação da soberania alheia.

Falta de motivação

A derrota militar e política da URSS no Afeganistão impele a reflexões. Mais apropriado do que comemorações de fãncaria é invocar a memória nacional. Os soldados cabisbaixos que cruzaram a fronteira soviética-afegã trazem à tona a imagem de 1812, quando o considerado imbatível exército de Napoleão Bonaparte deixou o território da velha Rússia em debandada, maltrapilho, desarmado e rendido pela guerrilha espontânea da população. Ou de 1942, quando a infernal máquina de guerra hitleriana foi destroçada na heróica Stalingrado. Num e noutro caso, para o povo russo e soviético, a guerra era justa, motivada por sentimentos patrióticos, movida pelo objetivo da libertação nacional.

Mas agora, que queria o "Exército Vermelho" em território afegão? O que levou à ocupação militar (115 mil soldados, segundo dados oficiais)? O que justificou a morte de 15 mil filhos do povo soviético e a mutilação de 35 mil (também segundo dados oficiais)? O preço de uma guerra é sempre alto e os povos e nações estão dispostos a pagá-lo se a causa é justa. Reside aí a fraqueza intrínseca da ocupação militar soviética no Afeganistão: a falta de uma motivação política, ideológica e moralmente justificável do ponto de vista revolucionário e socialista. Por conseguinte, está aí também a causa da derrota.



Os soldados soviéticos ostentam medalhas mas o semblante desolado expressa a dor da derrota.

Interesses estratégicos

O Exército soviético invadiu o Afeganistão no dia 27 de dezembro de 1979, pretextando os mesmos argumentos que se ouve amiúde dos potentados fascistas, imperialistas e militaristas: "O governo afegão fez uma solicitação premente à URSS para que lhe desse ajuda política, moral, econômica e militar em caráter urgente", anunciou a agência TASS, logo após a penetração em território afegão de 45 mil homens, 10 mil dos quais integrantes de tropas de elite, mil tanques, aviões MIG-25 e helicópteros MI-24. Na verdade, o texto emitido em despacho pela agência noticiosa soviética é a reprodução literal de uma cláusula do "Tratado de amizade e cooperação" que a URSS mantém com todos os países revisionistas membros do Pacto de Varsóvia e mais uma série de países asiáticos e africanos, entre eles o Iêmen do Sul, a Índia, a Mongólia, o Vietnã, Moçambique, Angola

e Etiópia. Nesses mesmos termos e escorado pelo mesmo Tratado, a URSS invadiu também a Tchecoslováquia em agosto de 1968.

A ironia desse tipo de justificativa é que o governo "solicitante" da intervenção militar foi imediatamente derrubado e seu chefe, Hafizullah Amin, assassinado. Amin foi alçado ao poder no Afeganistão em setembro de 1979, depois de derrubar Mohamed Taraki, líder em 1978 de um movimento vitorioso denominado "Revolução de abril". Ambos eram pró-soviéticos, representantes de alas diferentes do partido Popular Democrático afegão, no poder. Mas a URSS confiava mais em Taraki e ficou contrariada com o golpe de Estado. Além disso, Amin não tinha força política nem habilidade para conter a oposição armada. A fragilidade do poder de Amin e o avanço da guerrilha muçulmana levaram a URSS a se adiantar para não perder o controle da situação.

Os socialimperialistas soviéticos decidiram então pela intervenção militar e pela instalação no poder de um novo títere, mais confiável, Babrak Karmal, desafeto de Amin, que se encontrava exilado num país do Leste europeu.

A lógica da ocupação militar do Afeganistão e das disputas interimperialistas pelo controle desse país reside na sua importância estratégica. O Afeganistão tem uma longa fronteira a norte com a URSS, a nordeste com a China, a leste e ao sul com o Paquistão e a oeste com o Irã. É uma espécie de "corredor" rumo às "águas quentes" do sul, no Oceano Índico, onde se localizam ricas fontes energéticas e importantes posições para a eventualidade de um conflito global. Dessa forma, a invasão do Afeganistão marcou o início da caminhada do socialim-

perialismo soviético rumo a essa importante zona estratégica. Por isso, para ser entendida não deve ser analisada apenas do ponto de vista da defesa da fronteira soviética, nem muito menos, como propagandeiavam os revisionistas, da "ação internacionalista" para "ajudar" um "país amigo" ameaçado de agressão pelo imperialismo. Ela se inscreve no quadro geral de uma política expansionista e de rivalidade com os EUA pela hegemonia mundial, que está na base das relações externas da URSS desde que passou para o campo do revisionismo e se transformou numa superpotência imperialista.

Atos de banditismo

A intervenção soviética no Afeganistão foi marcada por uma crueldade sem par. Calcula-se que durante os nove anos que durou a ocupação, os soviéticos mataram 1 milhão e 300 mil cidadãos, 8% da população. O "Exército Vermelho", guarda avançada das conquistas da revolução e do socialismo no passado, dizimou aldeias, bombardeou cidades, torturou e praticou saques e outros atos de banditismo. Anualmente o Estado soviético dispendeu (e continua gastando) 2 bilhões de dólares para financiar a ocupação.

Apesar disso, o movimento de resistência não foi contido e hoje o governo fantoche de Najibullah, sucessor de Babrak Karmal, que os soviéticos descartaram em 1986, encontra-se sitiado na capital, Cabul, às vésperas de cair. É a história do Vietnã se repetindo, agora como tragédia e farsa para os soviéticos.

A retirada das tropas soviéticas não significa a renúncia, pela URSS, à política expan-

sionista e de intervenção militar. Mas é um recuo, causado pela derrota nos campos de batalha, pela precária situação interna na URSS (o povo soviético não apoiava a intervenção e dava visíveis mostras de instigação e cansaço com ela) e pela negativa repercussão internacional da guerra.

Por outro lado, a saída das tropas russas do Afeganistão deve ser compreendida no quadro das relações entre as duas superpotências imperialistas. Sem abrir mão da luta pela hegemonia e do recurso à força, EUA e URSS procuram implementar uma política tendente a pôr fim a conflitos regionais através de soluções negociadas entre ambos.

Para os povos, contudo, tais soluções negociadas não alteram na essência a natureza dos seus problemas, pois o pressuposto da negociação é a continuidade da ingerência norte-americana e soviética em seus assuntos internos. Durante o período que durou a ocupação soviética, os EUA forneceram US\$ 3 bilhões de dólares a diversos grupos armados, além de armamento convencional sofisticado. O governo de Bush já anunciou que continuará alimentando a guerrilha muçulmana. Através do Paquistão, cujo território foi transformado em base para operações de alguns grupos da oposição armada, os EUA fazem agora uma ofensiva política para garantir a influência sobre o Afeganistão em caso de queda do governo fantoche. Também a China, que tem uma pequena fronteira com o Afeganistão e interesses estratégicos na região, articula seus projetos. Na recente visita que a primeira-ministra do Paquistão, Benazir Bhutto, fez à China, ambos os governos se comprometeram a manter uma estratégia conjunta para a formação de um novo governo no Afeganistão.

A URSS, por seu turno, atua em duas frentes. De um lado, mantém seu apoio ao agonizante governo de Najibullah e continua enviando-lhe recursos e armas. Por outro lado, vendo que as posições de Cabul periclitam cada vez mais, negocia secretamente com os grupos da guerrilha muçulmana para formar um governo em que continue tendo influência.

Tudo isso indica que a saída das tropas soviéticas do Afeganistão é apenas um episódio da luta de libertação nacional do povo afegão. Mas o país, mantida a ingerência das potências imperialistas e do MIZ, ainda está longe de ser pacificado e de se tornar independente.



Najibullah, angustiado, na iminência de ser derrubado.

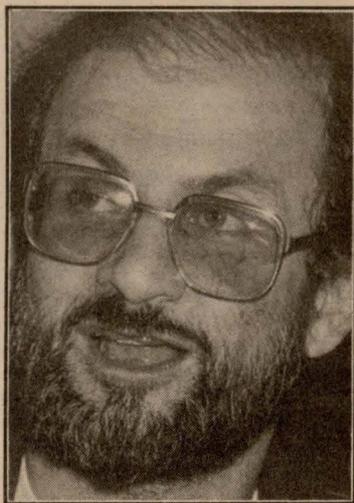
CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O delírio do aiatolá

Num assomo de delírio obscurantista, o aiatolá Khomeini, do Irã, apelou para que seus fanáticos seguidores assassinem o escritor Salman Rushdie. O crime do romancista foi escrever o livro "Os versos satânicos", que Khomeini considerou ofensivo à sua seita religiosa. Os governos do Irã e da Índia proibiram a publicação da obra em seus países. Confiando mais nos valores terrenos do que em seus dogmas espirituais, Khomeini resolveu também oferecer uma vultosa soma em dinheiro (5 milhões de dólares) para quem matar o artista.

Na Itália, a Igreja Católica aliou-se a Khomeini e pressionou a editora Mondadori, que ia publicar "Os versos satânicos", a cancelar a edição da obra em italiano.

Diante das ameaças, o escritor Salman Rushdie teve que sair de circulação pública — não está podendo sequer comparecer às sessões de lançamento de seu livro —, pois pode ser vítima de um atentado a qualquer momento. Rushdie tem dois livros publicados no Brasil, pela editora Guanabara: "O sorriso do jaguar", relato de uma viagem sua à Nicarágua; e "Os filhos da meia-



A autor de "Versos Satânicos"

noite", sobre a vida de um jovem indiano nascido no ano da proclamação da independência da Índia, 1947. Rushdie é indiano, mas vive na Inglaterra.

Protesto diplomático

Mesmo no Brasil a Embaixada do Irã divulgou um texto conclamando ao assassinato do escritor e dos "donos das empresas de publicação e distribuição do livro". A atitude levou o Brasil a protestar junto à embaixada, por incitamento a crime dentro de nosso território.

Em Bruxelas, os 12 países

da Comunidade Econômica Européia tomaram decisão conjunta contra o Irã, destacando-se três medidas: 1) Cada país membro vai trazer seu embaixador do Irã "para consultas"; 2) Estão suspensas as visitas de alto nível ao Irã; 3) Os países membros se comprometem a dar segurança ao escritor Rushdie e seus editores.

Além do Irã, Canadá e Índia proibiram a publicação de "Versos satânicos". Na Suécia o tradutor do livro, um paquistanês, teve que se esconder devido às ameaças contra sua vida.

O episódio serviu para revelar, também, as divergências internas no regime de Teerã. Setores do governo opuseram-se à atitude de Khomeini, de conclamar ao assassinato do escritor. Chegaram mesmo a aventar a possibilidade de Rushdie ser "perdoado" se declarasse seu "arrependimento" por ter escrito o livro. Rushdie divulgou uma nota desculpando-se por ter escrito "Versos satânicos". Mas seu gesto só serviu para gerar o protesto de escritores e intelectuais na Inglaterra, e Khomeini manteve a sua "sentença de morte" e "condenação aos infernos"...

Ofensiva racista

O ministro da Lei e da Ordem da África do Sul, Adriaan Vlick, aceitou negociar com os advogados de mais de 300 presos políticos negros do país no último dia 14. Os presos estavam em greve de fome há 22 dias. Era o protesto por estarem presos sem acusação formal. Vários foram hospitalizados.

Ao mesmo tempo, o gover-

no racista lançou uma nova ofensiva contra Winnie, a esposa do líder opositor Nelson Mandela — condenado à prisão perpétua e encarcerado há mais de 20 anos. Agora o governo do apartheid — a pretexto de investigar um assassinato em que os guardacostas de Winnie seriam suspeitos — mantém a casa dela sob constante vigilância.

Crime sem castigo

A população de Bhopal protestou, dia 15, contra a decisão da Suprema Corte da Índia de fixar em apenas 470 milhões de dólares a indenização que a indústria norte-americana Union Carbide terá de pagar às vítimas de uma tragédia ocorrida em 1984. Em dezembro daquele ano, um vazamento na indústria química matou

pelo menos 3 mil pessoas e causou ferimentos (muitos irreversíveis, como a cegueira) em outras 200 mil. Vítimas da tragédia consideraram a decisão da Corte "uma traição ao povo indiano". Nenhum dos dirigentes da empresa foi punido criminalmente por sua responsabilidade no acidente.

Nazismo americano

O líder da organização criminosa racista Ku Klux Klan, David Duke, foi eleito deputado estadual em Louisiana, nos Estados Unidos. David Duke, candidatou-se ao cargo pelo Partido Republicano — o mesmo do presidente George Bush. Um dado importante: dos 21 mil eleitores do distrito de Metairie, que o elegeu, apenas 47 são negros. Na adolescência, Duke defendia o ideário do Partido Nazista, de Adolph Hitler, chegando inclusive a vergar o uniforme na-

zista. Segundo o novo deputado republicano, "as raças são diferentes e temos o direito de lutar pela supremacia nossa" (ele é branco).

David Duke diz que o nome Ku Klux Klan tem origem no derivado grego *Kyklos*, "o símbolo da sabedoria, da criatividade e da unidade". A sociedade racista surgiu em 1865, integrada por senhores de escravos inconformados com a vitória de Lincoln e dos abolicionistas na guerra de Secessão.

Homem dos banqueiros

Não é por inveja que se diz que os governantes dos Estados Unidos são representantes dos magnatas ianques. Longa, porém, é a vida da ingenuidade, pois para muitos isto ainda é apresentado como um segredo — de polichinelos, porém um segredo. E foi um jornal norte-americano conservador, o "Washington Post", quem revelou a novidade, aparentando indignação: o secretário de Estado ianque, James Baker III, comandou as negociações da dívida externa com os países dependentes orientado por interesses próprios. Inacreditável não? Mas é verdade.

De acordo com as informações do "Washington Post", Baker — que foi secretário do Tesouro de Reagan e é secretário de Estado do senhor Bush — também gosta de ocupar seu tempo acumulando uma expressiva quantidade de ações das grandes bancos norte-americanos. Só do Chemical Bank (um dos maiores credores do intitulado "Terceiro Mundo", com US\$ 4,5 bilhões emprestados, sendo US\$ 2,5 bilhões somente ao Brasil) ele possui por baixo 250 mil dólares em ações. "Alguns ob-

servadores acreditam que o montante ultrapasse muitas vezes essa quantia", esclarece o economista americano Jeffrey Sachs, em artigo publicado na "Folha de S. Paulo".

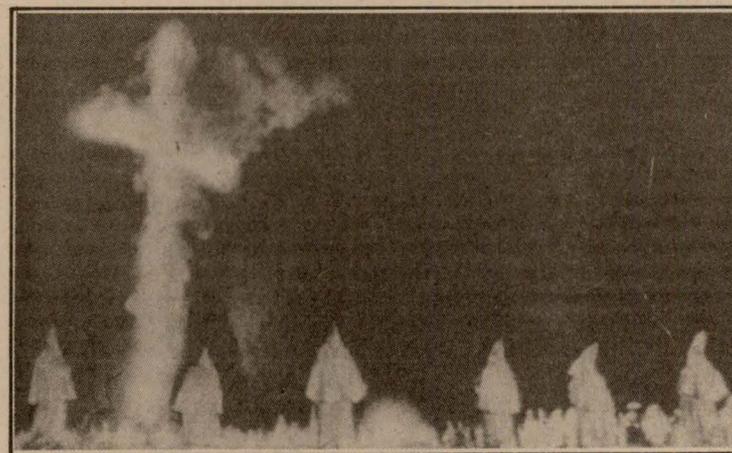
Baker, lembremos, foi autor do famoso plano que leva seu nome ("Plano Baker"), incorporado oficialmente como política dos credores em relação à dívida externa na não menos famosa reunião conjunta do FMI-Banco Mundial realizada em Seul (Coreia), no ano de 1985. Dizem que foi implementado. Deu no que deu. Por dever de ofício convém recordar que ele foi classificado, então, como um "ajuste" ao gosto dos banqueiros.

Mas foi Baker III, também, o promotor daquele humilhante puxão de orelhas no nosso ex-ministro da Fazenda, hoje economista de plantão do PSDB, Luiz Carlos Bresser Pereira, em setembro de 1987. Lembram? Bresser desejava renegociar, de forma dócil e "civilizada", o estoque (ou total) da dívida, incorporando os descontos do mercado secundário — o que equivalia a um abatimento, na-

quele período em torno de 30 a 40%, no valor dos débitos e, claro, por conseqüência, nos juros.

Baker não foi nada cavalheiro, convocou o nosso ministro aos Estados Unidos, deu-lhe um bom pito (de público, chamou Bresser Pereira de pouco menos que um imbecil irresponsável) e as coisas se ajeitaram. Bresser (nenhuma coincidência com a covardia de nossa amável burguesia) retornou com os rabos entre as pernas e deu o dito por não dito (jurou que não havia feito proposta alguma).

Pois é, contam que os bancos norte-americanos ganharam alguns bilhões com a brincadeira. "Quando a posição de negociação brasileira entrou em colapso", diz Jeffrey Sachs, "o preço das ações dos bancos que centralizam dinheiro aumentaram. O Chemical Bank cresceu cerca de 40% entre dezembro de 87 e maio de 88". E Baker continua secretário. Falam até que o sistema está ficando mais descarado, mas, de qualquer forma, ele prometeu se redimir, vendendo todas as ações de bancos que acaso possuía.



Cerimônia da organização criminosa Ku Klux Klan

Livraria Vitória

Relação dos livros que você pode encontrar na nossa livraria:

LÊNIN:

Materialismo e Empirio-criticismo (vol. encadernado) — NCz\$ 2,34
A Aliança da Classe Operária e Camponesa (encadernado) — NCz\$ 2,90

Um passo à frente, dois atrás — NCz\$ 2,77

Como Iludir o Povo — NCz\$ 2,10

Partido Proletário de novo tipo — NCz\$ 1,56

O trabalho do Partido entre as massas — NCz\$ 5,80

A ditadura do proletariado e o renegado

Kautski — NCz\$ 5,80

Marx e o desenvolvimento histórico do Marxismo — NCz\$ 3,00

Aos pobres do campo — NCz\$ 1,84

Teses de Abril — NCz\$ 1,58

Contra o Trotskismo — NCz\$ 15,00

O Estado e a revolução — NCz\$ 5,08

Que Fazer? — 5,08

As três Fontes e as três partes constitutivas do

marxismo — NCz\$ 2,70

Escritos militares — NCz\$ 3,40

Imperialismo, fase superior do capitalismo — NCz\$ 3,00

Vida e atividade (álbum encadernado e ilustrado, em espanhol) — NCz\$ 16,22

Obras escolhidas (brochura 3 volumes) — NCz\$ 8,70 cada volume

Democracia socialista — NCz\$ 3,00

Não envie dinheiro e nem cheque agora. Você fará o pagamento ao receber o pedido pelo Correio.

Livraria Vitória
Rua das Memórias
andar — CEP 01320 — Liberdade — São Paulo/SP.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício de Lacerda

As origens e significado do 8 de março, dia da mulher

Ana Maria Rocha*

A comemoração do 8 de março está indissolúvelmente ligada à luta da mulher trabalhadora. É uma homenagem às operárias da fábrica têxtil "COTTON", de Nova Iorque, que entraram em greve em 1857, protestando contra as péssimas condições de trabalho e exigindo redução da jornada de 16 horas diárias. Foram assassinadas pelo patrão que mandou atear fogo no prédio, morrendo queimadas as 139 mulheres que ali se encontravam.

Essa data foi consagrada por iniciativa de Clara Zetkin, destacada líder comunista alemã, em um outro momento importante da luta pela afirmação da visão proletária sobre a questão da mulher: a 2ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas realizada em Copenhague, Dinamarca, em 1910. A aprovação dessa proposta coroou um processo de luta de idéias no movimento de mulheres no começo do século na Europa. Naquele momento histórico, de ascenso do movimento revolucionário, sobretudo na Alemanha, duas visões sobre a questão da mulher se confrontavam: uma burguesa, que tentava excluir as operárias do movimento de mulheres e insistia na adoção de uma postura desligada da luta pelo socialismo; e outra, liderada por Clara Zetkin, que defendia a idéia de que a emancipação da mulher estava ligada ao fim da sociedade baseada na exploração do homem pelo homem.

Capitalismo leva a luta da mulher a um novo nível

Clara Zetkin reconhecia que a opressão da mulher datava do surgimento da propriedade privada mas considerava que somente o modo de produção capitalista tinha provocado transtornos sociais que deram vida à questão feminina moderna; destroçou a antiga economia familiar que no período pré-capitalista garantia às grandes massas femininas um meio de sustento e um sentido para sua vida. Segundo Clara, as máquinas e o modo de produção moderno começaram a pôr fim à produção autônoma da família colocando para milhões de mulheres o problema de encontrar um novo meio de sustento, um sentido para sua vida, uma atividade que ao mesmo tempo fosse agradável. Ao buscar isso na sociedade, as mulheres começaram a tomar consciência de que a falta

de direitos tornava muito difícil a salvaguarda de seus interesses e é a partir desse momento que, segundo Clara Zetkin, surge a verdadeira questão feminina moderna. Daí se explica a consagração do Dia Internacional da Mulher em homenagem a uma luta de operárias por seus direitos, expressão viva do novo patamar em que se colocava a luta da mulher da nossa época.

Várias manifestações reafirmaram nos anos seguintes o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. Em 1911, mais de um milhão de mulheres foram às ruas na Europa para comemorar seu dia. Em 1913, numerosos encontros clandestinos foram realizados na Rússia em meio ao processo revolucionário que amadurecia naquele país. Em 1915, as mulheres aproveitaram o seu dia em Oslo, Noruega, para repudiar a 1ª Guerra Mundial, enfrentando a polícia e a reação.

No Brasil, o 8 de março sempre foi lembrado pelas forças progressistas, muitas vezes comemorado clandestinamente nos anos da repressão e até

mesmo nos cárceres. Esse era o dia em que se homenageava as mulheres que participaram com bravura em momentos decisivos da história do Brasil: na luta pela Independência, contra a escravatura, contra as guerras injustas e nas campanhas patrióticas; as mulheres que assumiram a batalha pelo direito ao voto, conquistado em 1932 e pela educação; as que lutaram contra o nazismo; as que engrossaram os comitês pela anistia, pela constituinte e pela redemocratização do país em 1945; as mulheres que sustentaram a campanha do "Petróleo é Nosso"; as mulheres que aqui ficaram e as que tiveram de ir para o exílio após 64; as que lutaram pela anistia, em defesa da liberdade e pelos interesses da nação e do povo; as que foram presas, perseguidas, torturadas e assassinadas nos negros anos do regime militar.

Mas é a partir de 1975, que o 8 de março é mais comemorado publicamente no Brasil e torna-se amplamente conhecido. Esse ano foi considerado pela ONU como Ano Internacional da Mulher. Isso coinci-

de com o crescimento da resistência democrática no Brasil, propiciando o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia e de outras organizações femininas, gerando um amplo debate no país sobre a questão da mulher. O 8 de março passa a ser uma data em que as mulheres discutem e avaliam sua participação, traçam planos para avançar na conquista de seus direitos, realizam encontros e congressos para fazer denúncias de sua discriminação e fortalecer sua organização. O 8 de março na verdade torna-se a caixa de ressonância das dificuldades, conflitos e avanços do movimento de mulheres. De encontros localizados, de debates em recintos fechados, de encontros divididos, polêmicos, a manifestações unitárias, mas mantendo sempre um fio condutor: divulgar para a sociedade os anseios e inquietações de uma nova mulher que está surgindo, disposta a ocupar o espaço que lhe é de direito.

A mulher brasileira percorreu uma trajetória de luta que a levou a alcançar vitórias importantes. Conquistas no pla-

no institucional como a criação dos Conselhos da Condição Feminina e das Delegacias da Mulher, crescimento da participação feminina na produção e em setores antes só ocupados por homens, levaram o debate sobre a questão da opressão da mulher para o conjunto da sociedade, despertando desde as donas de casa até setores antes adormecidos a tomarem consciência da opressão específica da mulher. Tudo isso fez com que a Constituinte registrasse direitos importantes antes negados à brasileira.

No Brasil, o dia é comemorado com bandeiras de luta

Esse amplo debate travado na sociedade e o fato da nova Constituição reconhecer importantes avanços rumo à igualdade da mulher em relação ao homem resultam de transformações objetivas ocorridas na realidade brasileira e que elevaram a mulher a um novo estágio na sociedade, seja no plano econômico, político ou cultural.

Esse novo patamar da mulher brasileira na realidade econômica e nas leis, empurra-a para uma nova postura, a enfrentar novos desafios e a ocupar espaços antes inimagináveis, ganhando maior confiabilidade do conjunto da sociedade, que constrói uma nova imagem da mulher, mais real, mais humana, tão capaz quanto o homem.

Este 8 de março de 1989 também expressará o nível de consciência, participação e mobilização das mulheres brasileiras. Seguramente, elas irão às ruas manifestar seu repúdio ao governo Sarney e seu "plano de verão" que só trouxeram dificuldades para os trabalhadores. Comemorarão as conquistas obtidas na Constituinte, denunciarão os setores retrógrados que tentam de todas as formas burlar a lei e impedir na prática os avanços. Colocarão em evidência a defesa dos direitos da mãe trabalhadora, pela garantia das creches, da licença maternidade de 120 dias e de outras condições que lhes assegurem o acesso ao emprego, sem que sua maternidade seja fator de discriminação e alijamento do mercado de trabalho. Dessa forma, estarão fazendo juz à verdadeira origem e justificativa do Dia Internacional da Mulher.

*Membro do Diretório Nacional do PCdoB, responsável pela frente de mulheres.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Níquel Náusea, um rato que rói a realidade

Fernando Gonsales, autor de "Níquel Náusea" e do vestibulando "Benedito Cujo", fala, nesta entrevista concedida a Jeosafá Fernandez, da "Classe", dos quadrinhos nacionais e da sua arte. Ele trouxe para as tiras a temática ecológica e a realidade encarada pelos olhos de um rato indefeso. Os animais de Gonsales freqüentam as páginas dos jornais diários e da revista bimestral "Níquel Náusea".

Classe: Quando você interessou-se por quadrinhos?

Fernando: Quando eu era moleque. Lia histórias em quadrinhos, depois passei a desenhar.

Classe: Seu quadrinho é algo novo, fora da temática habitual...

Fernando: É, eu gosto de desenhar os outros habitantes da Terra. Até pela minha formação científica — fiz Veterinária. Às vezes eu complico, boto uma informação pouco conhecida, que escapa do domínio da maioria das pessoas. Eu estou mexendo com outro filão. O pessoal está mexendo mais com política, com sacanagem...

Classe: Os seus quadrinhos também têm um traço humano, sensível...

Fernando: Eu procuro não cristalizar a personalidade dos personagens, senão eles viram uma caricatura, uma coisa irreal. Procuro deixá-los com uma personalidade maleável. Às vezes eles reagem de um jeito, outras de outro, saem fora do normal. Sei lá, estão de lua...

Classe: São humanos?

Fernando: É, acho que é por aí. Se bem que a proposta era que o Níquel Náusea tivesse uma personalidade de rato. Mas não dá. Você tem de fazer ele falar, dar risada. Você tem que dar alguns traços humanos para ele, senão não consegue levar.

Classe: Os seus personagens não foram esmagados pela neurose das metrópoles. Isso é intencional?

Fernando: Não. Eu até premedito alguma coisa, mas não dá para concebê-los prontos. Um personagem existe em movimento. Você coloca-o em ação e conforme ele vai reagindo, vai definindo também seu perfil.

Classe: Os rostos humanos que você desenha são como os dos animais. Com isso você quer associá-los, isto é, homens e animais fazem parte de um mesmo mundo?

Fernando: Bom, isso é o que eu acho. O homem é um animal como qualquer outro. Mas a semelhança no desenho deve-se ao meu traço, somente.

Classe: A quantas anda o quadrinho nacional?

Fernando: Hoje o mercado es-

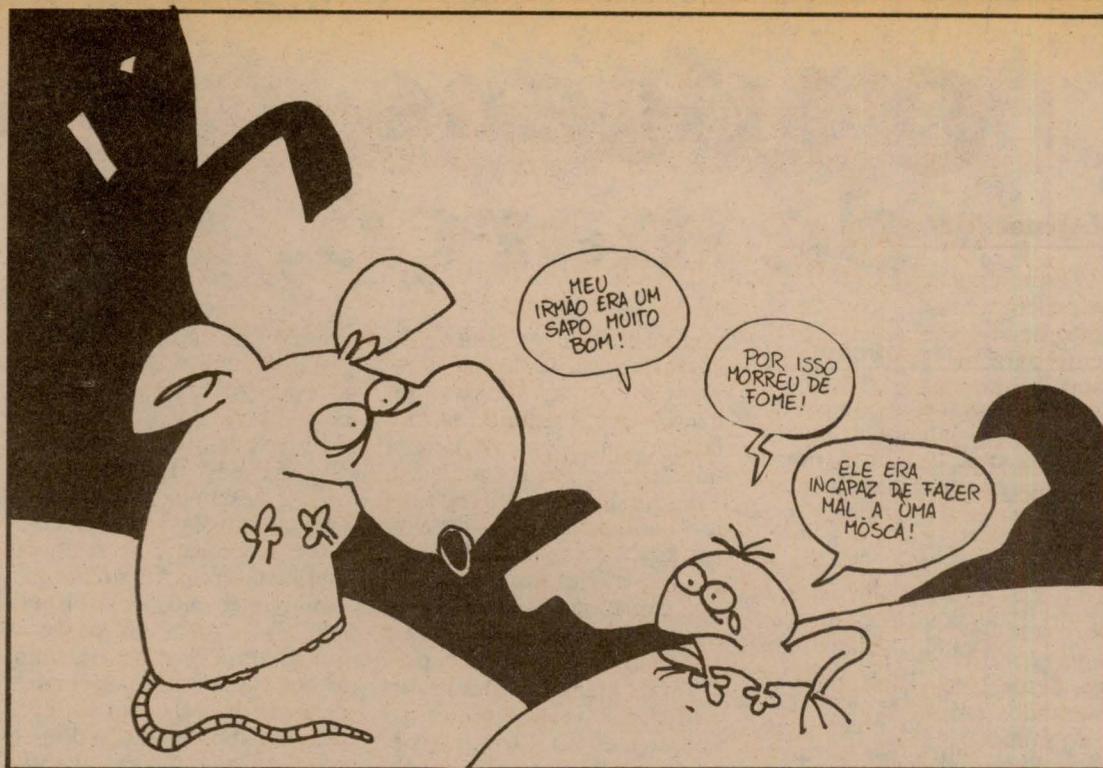
tá melhor. Mas o problema ainda é o público. Pouca gente adulta lê quadrinhos. Isto no Brasil, o que quase restringe a produção ao quadrinho infantil.

Classe: O Tio Patinhas é tido como quadrinho de executivo...

Fernando: Bom, eu raramente vejo um adulto lendo Disney. Não acho que seja regra. De qualquer forma, os quadrinhos norte-americanos sufocam a produção nacional, se bem que, por estarem dirigidos ao mercado infantil, este mercado de quadrinhos para adultos está por ser ocupado. Acontece que mesmo esse mercado é novo no Brasil, e portanto restrito. Na produção infantil, a relação é de causa e efeito. A produção nacional não se desenvolve porque é sufocada. Em função disso, não há gente suficiente para ocupar esse espaço. As produções norte-americanas chegam por um preço muito barato, contra o que, não há concorrentes. Se eles desocupam o mercado hoje, não há gente para ocupar o espaço.

Classe: Você pretende algo maior com quadrinhos? Por exemplo, uma empresa, um esquema mais industrial?

Fernando: Tem dois tipos de



quadrinhos. O industrial, que é aquele em que alguém contrata um monte de desenhistas e os bota para trabalhar para si, com roteiristas, arte-finalistas etc. E tem o que é feito pelo autor, inteiramente, do desenho ao texto, à arte final... a linha que eu, o Glauco, o Angeli, o Laerte estamos querendo seguir é a segunda. Fazer o quadrinho de uma forma pessoal. É lógico, tem o limite de produção. Trabalhar com o quadrinho industrial está difícil, mesmo porque trabalhamos com quadrinho adulto, cujo mercado é limitado, ao menos neste momento.

Classe: Então o quadrinho estrangeiro não ocupou o espaço adulto?

Fernando: Não. O espaço do Glauco, por exemplo, é do Glauco mesmo. Não existe nenhum similar estrangeiro que concorra com ele.

Classe: Existe contradição entre arte e indústria na sua opinião?

Fernando: Não. Acho que a contradição começa quando a produção industrial passa a reduzir a qualidade do quadrinho. Tem aquele problema: a revista é quinzenal e tem de sair de qualquer jeito. E esse "de qualquer jeito" acaba afetando a qualidade. Se bem que há quadrinhos industriais excelentes. Aqui no Brasil o Canini revolucionou nesse campo. Era ele quem desenhava o Zé Carioca, a quem somou uma porção de personagens e botou morando no morro. Revolucionou tanto que veio uma ordem dos Estados Unidos para ele parar de desenhar.

Classe: Então vocês não pretendem entrar no esquema industrial, mesmo que haja condições?

Fernando: O que pretendemos, havendo condições, é aumentar a tiragem das revistas. Assim atingiremos um público maior, mas não sacrificando a qualidade. Contratar gente pa-

ra fazer o meu desenho — isso eu respondo por mim —, não vou fazer. O caso do Laerte, por exemplo. Quem é que vai conseguir imitar o desenho dele, com perspectiva etc? Não dá.

Classe: Seu quadrinho apresenta uma certa dificuldade para ser compreendido em relação a outros...

Fernando: Se for partir para uma linha mais simples, deixa de ser quadrinho para adultos. Passa a disputar o mercado infantil. Além do quê, o que eu gosto de fazer é isso. Se há mercado para o meu trabalho, muito bem. Se não, eu não posso ficar me moldando ao mercado sob pena de descaracterizar minha produção, torná-la... comercial. O que eu posso fazer é torcer para que haja um mercado para o meu trabalho.

Classe: Qual o posicionamento político de seus personagens?

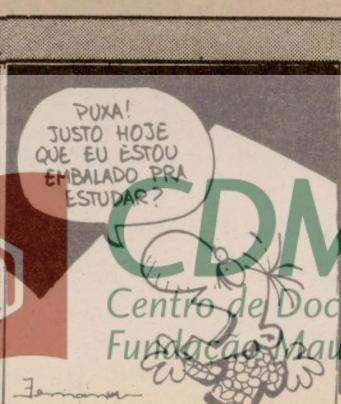
Fernando: Acho que são apolíticos. Um rato não é nem de esquerda, nem de direita. Um rato é um roedor. Um rato quer comer... Bem, nesse sentido, talvez... ao defender-se da predação humana, de gatos, de cachorros...

Classe: O que aconteceu com o Benedito Cujo, você o engavetou?

Fernando: O Benedito Cujo surgiu de encomenda. Podia ter sido um professor de cursinho... mas eu me identifiquei mais com um estudante. Ele foi criado com um fim específico — o de acompanhar os exames vestibulares. À medida que os resultados dos exames iam saindo, e ocupando maior espaço na página, ele foi sendo despejado. Eu tinha em mente terminá-lo ao menos, levá-lo até o fim dos exames, mas... Agora estou armando uma história completa para colocá-lo na revista "Níquel Náusea". Botá-lo numa loja de vídeos, dar-lhe um emprego... Casar, dar-lhe um emprego nesta época de crise...

Fernando: É, tem isso...

NÍQUEL NÁUSEA



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O Universo tem sentido?

Lejeune Mato Grosso*

O estudo e a divulgação das concepções científicas são muito importantes, particularmente para os marxistas-leninistas. Comentaremos aqui o livro "A hora do deslumbramento: o Universo tem sentido?", de Hubert Reeves, lançado pela Editora Martins Fontes.

O autor é canadense, doutor em Astrofísica Nuclear. Professor universitário, é conselheiro científico da NASA. Dirige, desde 1966, um dos mais renomados centros de pesquisa do mundo, o Centre National de Recherche Scientifique, e participa do Centro de Estudos Nucleares de Saclay.

Reeves não se coloca como um materialista dialético. Mas faz em seu livro um combate

constante às explicações irracionais, criacionistas da origem do Universo e do homem. Ele ajuda o leitor leigo a compreender essas incógnitas constantes em nossas vidas.

Origem das coisas

Suas posturas são quase ecológicas. Ele fornece números que desmistificam a necessidade do grande investimento que se faz em pesquisas nucleares como fonte energética, pois ela não é inesgotável e é por demais poluente. Além disso as pesquisas não são para fins pacíficos — quase sempre têm objetivos militares.

Demonstrando despreendimento científico e intelectual, Hubert Reeves reconhece a ignorância da Física para explicar muitos fenômenos da na-

tureza. Chega a elaborar um termo, o "Muro de Planck", para referir-se ao exato momento pelo qual, anteriormente a ele, nada mais se conhece (é a chamada Hora Planck, quando em 10^{43} segundos, teria ocorrido a grande explosão — Big Bang — que deu início ao processo de solidificação de toda a matéria do Universo)

Mas se a Física não domina esses conhecimentos, como poderíamos saber sobre as origens das coisas? Vejamos o exemplo de Guilherme Tell. Quando esse arqueiro acertou a maçã na cabeça de seu filho, ele teria calculado o ângulo de inclinação do arco, a força e a tensão das cordas, a velocidade do vento e outros fatores. Um simples erro teria sido fatal.

Um físico, mesmo não conhecendo esses dados iniciais do fenômeno (tiro da flecha), poderia observá-la cravada a maçã e deduzir de forma retroativa todos os dados anteriores. Isso porque ele teria o ângulo da entrada da flecha na maçã, sua inclinação, a profundidade da penetração, a resistência do ar; calcularia a velocidade final e inicial da flecha e chegaria até mesmo à conclusão da distância do disparo.

Assim a Física procede para explicar fenômenos que ocorreram há bilhões de anos atrás. Por isso é possível afirmar que "nossos ancestrais viram a luz pela primeira vez ao saírem da vagina de uma linhagem de primatas" (página 174).

Ciência e política

As análises políticas de Reeves são superficiais. Não deixa claro por que os homens guerreiam entre si, por que as potências buscam a superioridade nuclear etc. Fala de Marx superficialmente, mas demonstra conhecer sua obra, quando cita uma das suas passagens em que ele combate a imagem de deus como chefe espiritual das nações. A leitura de "A hora do deslumbramento: o Universo tem sentido?" é recomendada.

* Sociólogo e professor de Sociologia da Universidade Metodista de Piracicaba e mestrando dessa instituição.

Jorge perde o rumo

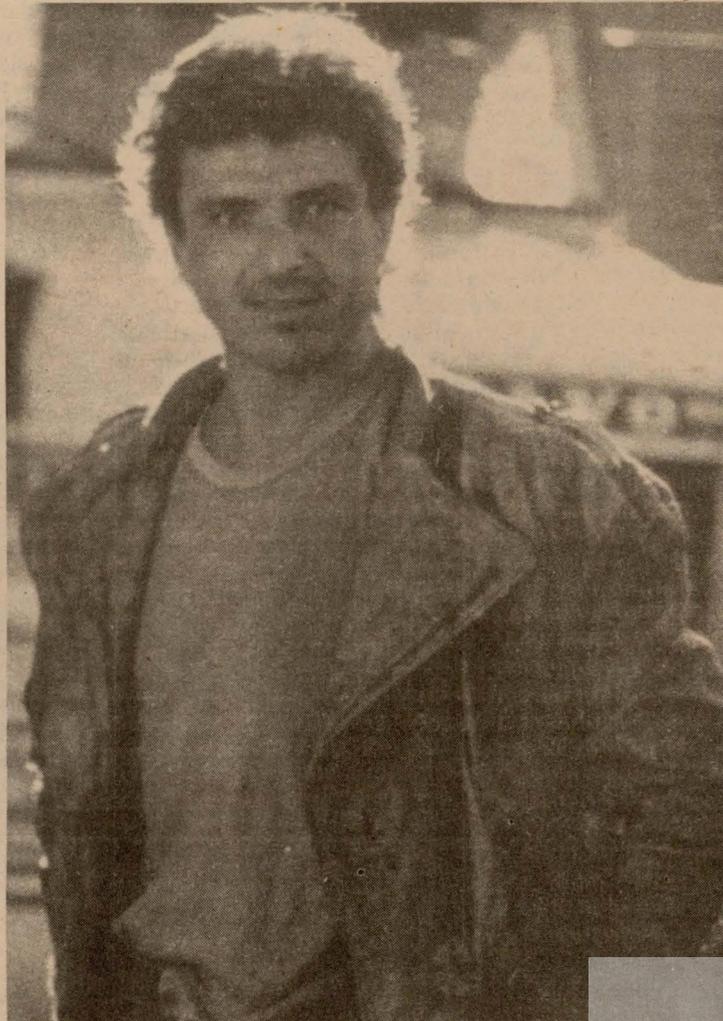
Foto: Arquivo

Cloves Geraldo*

Estreou nos cinemas o filme "Jorge, um brasileiro", de Paulo Thiago, com música de Milton Nascimento, baseado no romance de Oswaldo França Júnior. O romance foi um merecido best-seller nos anos 70. A Globo havia feito uma série com base nele, com resultados até satisfatórios. Paulo Thiago, diretor de "A batalha de Guararapes" e "Senhores da terra", tinha motivos e condições de realizar um filme que permitisse uma visão ampla do país hoje. A oportunidade ficou para trás.

Thiago começa o filme usando flash-backs em preto e branco e falando da amizade entre o caminhoneiro Jorge (Carlos Alberto Ricelli) e seu patrão (o norte-americano Dean Stockwell). Ai começam suas complicações. Ele não marca a passagem de um nível narrativo para outro, pulando da primeira para a terceira pessoa. Isto é, do personagem narrando sua história e da ação ocorrendo enquanto isso.

É o caso, logo no início do filme, quando Jorge viaja para Governador Valadares e é envolvido num desastre de caminhão com ônibus e relembra a morte do pai. Tudo fica nebuloso. A transformação de Jorge, de verdadeiro puxa-saco do patrão para um ser solidário com os caminhoneiros, ocorre de um modo quase imperceptível e até forçado.



Carlos Alberto Ricelli no papel de Jorge, o caminhoneiro

Transposição e Brasil

A história é simples. Um caminhoneiro, muito amigo do patrão, é incumbido de pegar

uma carga de milho em Governador Valadares e levá-la para Belo Horizonte, onde será inaugurado um centro escolar. O milho seria para a merenda dos alunos. O governo exige que tudo seja feito em tempo

recorde. Mas a chuva destruiu as estradas e ainda há gente mau humorada pelo caminho para ser enfrentada.

Jorge quer levar a carga a qualquer custo, mesmo sacrificando companheiros de trabalho. Sofre diversos revezes e conclui que não deve sacrificar sua condição humana para cumprir uma missão impossível. Porém, além das dificuldades apontadas anteriormente, inclusive as possibilidades de se traçar um painel do Brasil atual, ocorreram outras.

Faltou mostrar as razões de uma viagem por estradas intransitáveis e ligar isso à situação do governo da época (é de Médici ou de Sarney?). É apontado o desvio da conservação de estradas para a construção da Norte-Sul, por exemplo. Se a intenção era atualizar a história, que se colocasse num contexto real...

Posseiros e UDR

Há assuntos demais e pouco relacionados. Quando o combóio de caminhões Volvo (Thiago faz merchandising desta multinacional o tempo todo) se defronta com uma passeata de posseiros, isso ocorre sem muita explicação. Não há preparação suficiente da platéia para ela se tornar cúmplice ou não da viagem de Jorge. Também é nebuloso o episódio em que o caminhoneiro mais velho (o personagem melhor trabalhado do filme, vivido por Jackson de

Souza) é baleado por um jagunço. Adivinha-se que o pistoleiro é da UDR.

De positiva resta a idéia de um Brasil miserável, sem estradas vicinais ou perspectivas de vida melhor para a juventude (é o caso do personagem de Denise Dumont, que se decepção ao buscar um futuro risonho em Belo Horizonte) e corrupto.

A tentativa de humanizar Jorge, levando-o a desferrar suas mágoas numa relação passageira com a mulher do patrão e depois num diálogo meio à farwest spaghetti é ambígua. É muita coisa para um filme só. O filme se filia à corrente cinemanovista, sem a profundidade desta. Busca-se um discurso liberal. Mas a proposta de Thiago falha.

Tempo de Sarney

Henry-Georges Closout, em "Salário de medo", com menos pompa e dinheiro fez um filme hoje clássico. Um grupo de caminhoneiros transporta nitroglicerina e se submete a condições subumanas. "Jorge, um brasileiro" é um filme dos tempos de Sarney. Existem muitos problemas a serem resolvidos. Paulo Thiago diz que o caminho é deixar o patrão de lado e por outro rumo na vida. Este fica a critério do público. É democrático.

* Jornalista e crítico de cinema, colaborador da "Classe" em Vitória-ES

A Disciplina do Amor

Lygia Fagundes Telles

A contista e romancista Lygia Fagundes Telles é um dos principais nomes da moderna literatura brasileira, não só entre as mulheres. Ela se distingue mesmo comparada com o conjunto do universo literário. Nasceu em São Paulo mas passou sua infância em pequenas cidades do interior, onde seu pai foi promotor público ou juiz. Coursou o ginásio no Instituto Caetano de Campos e ingressou em duas faculdades — a Escola Superior de Educação Física e a Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

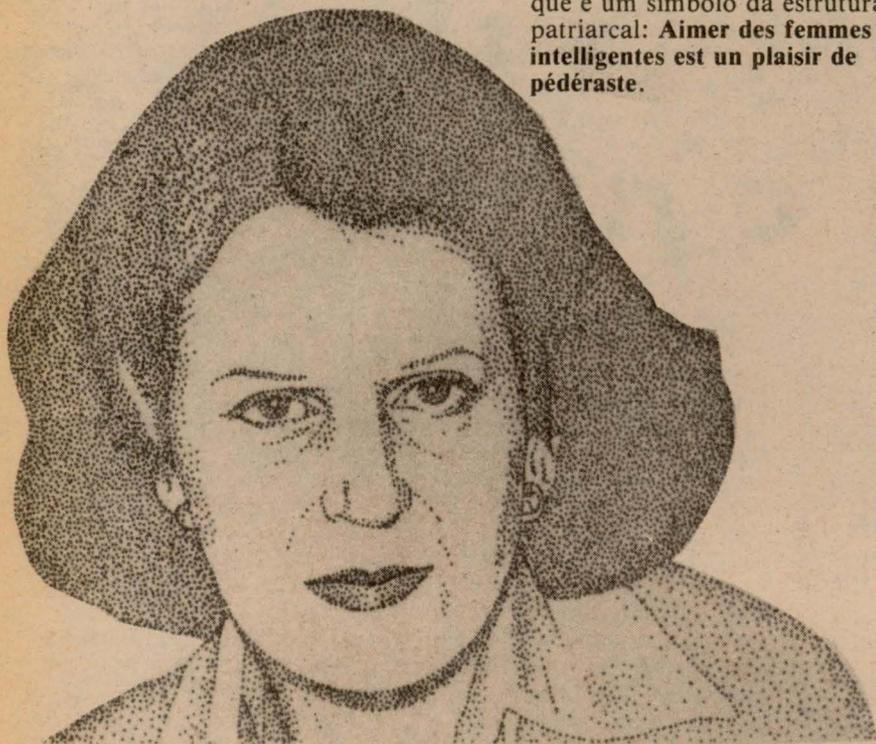
Lygia é detentora de vários prêmios literários: Prêmio Afonso Arinos, da Academia Brasileira de Letras (1949); Prêmio do Instituto Nacional do Livro (1958); Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro (1965); Prêmio Internacional de Contos Estrangeiros, em Cannes, França (1968); Prêmio Guimarães Rosa, da Funde-

par do Paraná (1972); Prêmio Coelho Neto, da Academia Brasileira de Letras (1974); Prêmio Ficção da Associação Paulista de Críticos de Arte (1974); Prêmio Jabuti (1974); Prêmio Pen Clube do Brasil (1977) e Prêmio Ficção da Associação Paulista de Críticos de Arte (1980). Em 1987 foi eleita membro da Academia Brasileira de Letras.

Suas principais obras, editadas pela Nova Fronteira: **Ciranda de Pedra** (romance), **Verão no Aquário** (romance), **As Meninas** (romance), **Antes do Baile Verde** (contos), **Seminário dos Ratos** (contos), **A Disciplina do Amor** (fragmentos), **Mistérios** (contos). Há também uma antologia intitulada **Os melhores contos de Lygia Fagundes Telles**, da Global Editora.

Os textos aqui publicados foram extraídos do livro **A Disciplina do Amor**.

Tu quoque Baudelaire?! Sim, ele também, por que não? Anoto este seu pensamento que é um símbolo da estrutura patriarcal: **Aimer des femmes intelligentes est un plaisir de pédéraste.**



Sempre fomos o que os homens disseram que nós éramos. Agora somos nós que vamos dizer o que

somos — declarou a personagem de um romance que escrevi em 1970. Publicado em 73.

Roxo é a cor da paixão

Filomena escondia o leite, queria guardá-lo inteiro para o bezerro. Tia L. escondia sua poesia, quis guardá-la para a morte. Dessa remota tiazinha ficou apenas um desbotado retrato no álbum: vestido de tafetá preto de gola alta, agarrada ao pescoço para deixar escapar só a fimbria da rendinha. Cintura de vespa, toda dura sob as barbatanas do espartilho. E a carinha em pânico. Leve, descontraída, a sombrinha branca com seus babados frouxos e um laçarote transparente no cabo.

Escrevia os poemas escondida, fechada no quarto, a letra tremida, a tinta roxa. Meu bisavô ficou meio desconfiado e fez o seu discurso: "umas desfrutáveis, mana, umas pobres desfrutáveis essas moças que começam com caraminholas, metidas a literatas!" Ela entendeu e fechou a

sete chaves a obra proibida. Antes de morrer (morreu de amor contrariado), pediu que enchessem com seus versos o travesseiro do caixão branco, era moda caixões com travesseiros. Foram tantos os versos, mas tantos que tiveram que encher também o acetinado colchão da mocinha duplamente inédita, era virgem.

Mas quem ousava desafiar a família e a sociedade? Aqui no Brasil foram bem poucas as que chegaram a se manifestar. Lá fora o número de artistas até que foi razoável nos moldes de uma George Sand que assumiu ofício e sexo com total arrogância. Mas se passando para a outra banda: amiga dos homens, assinava seus escritos com nome de homem, vestiu-se como um homem e fumava tranqüila seus charutinhos. Uma época. Dois estilos.

Não era em vão que as mulheres disfarçavam a inteligência que repelia pretendentes aos invés de atraí-los, mulher inteligente chegava a assustar. Me lembro do tio J. dizendo à minha mãe que romperia o noivado com M.I. porque ela era inteligente demais, culta demais, andava exausto com suas elucubrações intelectuais, queria uma gueixa e não uma Minerva: "Parece um homem falando! Me deitar com ela é me deitar com a Mulher Barbada do circo". Minha mãe riu, eu fiquei rindo junto, mas um tanto preocupada, era adolescente, com certos planos. A sabedoria era fazer como a nossa vaquinha Filomena que escondia o leite? Filomena escondia o leite, era sonsa.

Os amantes

Estranho, sim. As pessoas ficam desconfiadas, ambíguas diante dos apaixonados. Aproximam-se deles, dizem coisas amáveis, mas guardam certa distância, não invadem o casulo imantado que envolve os amantes e que pode explodir como um terreno minado, muita cautela ao pisar nesse terreno. Com sua disciplina indisciplinada, os amantes são seres diferentes e o ser diferente é excluído porque vira desafio, ameaça. Se o amor na sua doação absoluta os faz mais frágeis, ao mesmo tempo os protege como uma armadura. Os apaixonados voltaram ao Jardim do Paraíso, provaram da Árvore do Conhecimento e agora sabem.

A disciplina do amor (II)*

* No livro **A disciplina do Amor** há dois contos com este título

Conheceu-a na pensão alegre da Rosinha Ruiva e passou a procurá-la aos sábados, com hora marcada. Até que achou um desaforo esse negócio de marcar hora, por que marcar hora? E se a gente tiver vontade de ficar mais tempo juntos? Combinou então a noite inteira, mas continuou insatisfação, por que não vê-la também nas segundas e quintas-feiras? A semana era comprida

demais e podia pagar perfeitamente essas horas extras, não podia? Começou a ficar inquieto de novo, só três vezes por semana era pouco, queria todos os dias, sim senhora, todos os dias! Acabar com essa história de dividi-la com a homenzarrada, mulher tem que ser inteira só da gente, era preciso botar um pouco de ordem nisso. Foram morar juntos no Hotel Las Vegas, perto da Estação Rodoviária, mas só enquanto esperavam pelo quarto que um colega de serviço prometeu desocupar quando viajasse para Goiás. Não chegaram a se mudar para esse quarto porque antes da mudança já tinham percebido que aquele amor de fogaréu, beleza de amor! estava acabado. Ficavam a noite inteira deitados na cama de casal que tinham comprado numa queima da Paschoal Bianco e nada. Até domingos inteiros tinham ficado assim, esperando que acontecesse. Não acontecia. Então acendiam um cigarro e ligavam o radinho de pilha no programa de calouros. Ele às vezes chorava, envergonhado, devia estar doente, dava murros na parede. Ela o consolava, se dizia culpada, chorava junto e iam depois tomar uma cerveja. Ou uma sopa na casa de uma senhora alagoana que fornecia marmitas, aos sábados tinha feijoada completa. Passaram a falar muito e essas eram conversas tristes, lembranças pesadas de ressentimentos que vinham de longe, quando ainda nem se conheciam. Ela lembrava a infância ruim. O caso dele era diferente, fora um moleque alegre, depois é que a coisa azedou. Dormiam de mãos dadas. Tinham marcado o casamento para maio, mas em abril, de comum acordo, resolveram se separar. Venderam a cama e o criado-mudo, repartiram o dinheiro, ela ficou com as alianças como recordação e não se viram mais até junho, quando uma noite ele foi dar uma espiada lá na pensão da Rosinha onde tinha sido tão feliz. O coração começou a bater feito louco quando deu com ela toda decotada, bebendo com um tipo. Arrancou-a da mesa aos socos, chegou a se atracar com o tipo que ficou um tigre e depois riram e choraram muito enquanto se amaram com abrasadora paixão. Prometendo que quando passasse a ganhar uns extras que não perdidos com a suspensão da greve, ficariam juntos a noite inteira, mas por enquanto convinha se sujeitar ao horário da casa.